



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DEPARTAMENTO DE
CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA CAROLINE FERREIRA

**O humano nu e abandonado do meu tempo:
reflexões sobre Abu Ghraib e o processo de
desumanização do humano.**

Londrina

2019

ANA CAROLINE FERREIRA

**O humano nu e abandonado do meu tempo:
reflexões sobre Abu Ghraib e o processo de
desumanização do humano.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Carla Delgado de Souza.

Londrina

2019

Ana Caroline Ferreira

O humano nu e abandonado do meu tempo: reflexões sobre Abu Ghraib e o processo de desumanização do humano.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Carla Delgado de Souza (Orientadora).
Departamento de Ciências Sociais/UEL

Prof. Dr. Fernando Kulaitis
Departamento de Ciências Sociais/UEL

Prof. Dr. Giovanni Cirino
Departamento de Ciências Sociais/UEL

Londrina–PR,

10 de julho de 2019

À Julia *in memoriam*, a responsável por desbravar as estradas mais árduas para garantir a nossa existência, sendo forte e brilhante. Iniciada nos mistérios da natureza e do feminino, foi através de suas mãos de parteira que muitas vidas chegaram a este mundo hostil com imensa doçura.

À Ana *in memoriam*, que decidiu me deixar pouco tempo antes de eu concluir este “livro” e presenteá-la com o mesmo. Gratidão por ter me amado e ter me ensinado a amar, mesmo diante das maiores dificuldades, do maior sofrimento. Por ter me ensinado a observar o mundo através de múltiplas perspectivas, por ter sido o meu maior exemplo de força e por me mostrar todos os dias que apesar de toda a tristeza que acarreta a existência do humano, ainda é possível ter esperança, perseverar e permitir que o coração seja povoado de cantigas antigas. Você era fácil demais de amar, vovó.

À Celia, que nesta vida a conheci como mãe e me faz sentir grata por isso todos os dias. Por ter me apresentado às letras e ter me ensinado que estudar era a coisa mais linda que eu poderia fazer na minha vida. A história do meu amor por você se perde nas profundezas do tempo.

À Anna Luiza que é mais forte do que a força, a quem eu amei antes mesmo da existência do sol e das estrelas. Escrevo hoje, para que você, assim como outras milhares de meninas, encontrem um mundo justo, seguro e humano para crescer e se desenvolver em paz, longe da submissão e da maldade. É mais do que uma dedicatória Anna Luiza, é *uma prece*.

Habitamos na possibilidade.

amor vincit omnia

“Nós somos homens ociosos os homens empalhados um nos outros amparados. O elmo cheio de nada. Ai de nós! Nossas vozes dessecadas, quando juntos sussurramos, são quietas e inexpressivas como o vento na relva seca ou pés de rato sobre cacos em nossa adega evaporada. *Forma sem forma, sombra sem cor, força paralisada, gesto sem vigor*”. T. S. Eliot, *os homens ociosos*.

“O senhor viu que não é fácil decifrar a escrita com os olhos; mas nosso homem decifra-a com as feridas”. Franz Kafka, *na colônia penal*

“O mundo não é firme”. William Shakespeare, *Hamlet*.

FERREIRA, Ana Caroline. **O humano nu e abandonado do meu tempo: reflexões sobre Abu Ghraib e o processo de desumanização do humano.** Trabalho de Conclusão de Curso para o Bacharelado em Ciências Sociais. Centro de Letras e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Londrina, 2019.

RESUMO

Durante a Guerra do Iraque em 2003, o Exército Americano, respectivamente a inteligência militar e a polícia do exército, assim como a *Central Intelligence Agency* – CIA, cometeram uma série de infrações aos direitos humanos, entre estas: torturas, abusos sexuais, estupros, sodomia e assassinatos contra os detidos da prisão de Abu Ghraib, no Iraque. As atrocidades que foram incumbidas pelos americanos no respectivo presídio, são exemplos do processo de desumanização do humano e a intrincada relação deste com a garantia da soberania estatal das grandes potências, principalmente as militarizadas. Desta forma, a experiência de Abu Ghraib é a materialização do que Giorgio Agamben denomina de bando soberano do Estado, uma profunda zona de indiscernibilidade entre o direito e a suspensão do mesmo. Verdadeiros buracos negros jurídicos onde práticas, como a tortura, se tornam forças-de-lei, sem ao menos serem leis. Por toda via, o humano capturado pelo bando perde não apenas o seu próprio corpo biológico, como também a sua humanidade, transformando-se em lobo, besta fera, *homo sacer*, a figura obscura do direito romano antigo. O mundo tomou conhecimento sobre as violências que ocorreram dentro do presídio americano, após fotografias que a polícia do exército tirou, para seus divertimentos grotescos, terem sido vazadas na imprensa mundial. Sendo assim, utilizando como fontes os jornais da época e principalmente a investigação jornalística de Gourevitch e Morris, publicada com o título de *Procedimento Operacional Padrão* (2008) como campo de pesquisa, este trabalho busca mostrar como todas estas atrocidades foram possíveis e como, *supostamente*, acabaram. Abordando desde os depoimentos dos carrascos aos testemunhos dos torturados.

Palavras-chave: *homo sacer*; vida nua; Guerra do Iraque; Abu Ghraib e desumanização.

FERREIRA, Ana Caroline. **The bare and abandoned human of my time: reflections about Abu Ghraib and the dehumanization process of human being.** Monograph for the Bachelor Degree in Social Sciences. Center of Letters and Human Sciences – Londrina State University, 2019.

ABSTRACT

During the Iraq war at 2003 the United States Army, respectively, the Military Intelligence Corps and the Military Police Brigade as well as the Central Intelligence Agency – CIA, committed a series of offenses to the human rights, among these: tortures, sexual assault, rapes, sodomy, murders against the detained from Abu Ghraib prison, at Iraq. The atrocities committed by the Americans in their prison are examples of the process of human dehumanization and its intricate relationship with the guarantee of state sovereignty of the great powers, especially the militarized ones. In this way, the Abu Ghraib experience is the materialization of what Giorgio Agamben named as the sovereign band of the state, a deep zone of indiscernibility between the law and the suspension of it. True legal black holes where practices, like torture, become law-forces, without even being laws. By all means, the human captured by the band loses not only its own biological body, but also its humanity, transforming into wolf, beast beast, *homo sacer*, the obscure figure of ancient Roman law. The world became aware of the violence that took place inside the American prison, after photos that the army police took, for their grotesque amusements, had been leaked in the world press. Thus, using as sources the newspapers of the time and especially the journalistic investigation of Gourevitch and Morris, published with the title of *Standard Operational Procedure (2008)* as a field of research, this work seeks to show how all these atrocities were possible and how, supposedly, they ended. Addressing from the statements of the executioners to the testimonies of the tortured.

Key Words: *homo sacer*, bare life; Iraq War, Abu Ghraib and dehumanization.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 – Fotografia de Franco Pagetti. Tal Afar (Iraque), 07/12/2005	p. 23
Fig. 2 – Fotografia de Franco Pagetti. Mula'ab/Ramadi (Iraque), s/d	p. 23
Fig. 3 – Fotografia sem autoria. Inglaterra, 03/12/2008	p. 24
Fig. 4 – Cena de clipe musical. Estados Unidos da América, s/d	p. 24
Fig. 5 – Fotografia de Franco Pagetti. Iraque, 07/03/2005	p. 25
Fig. 6 – Print de matéria do jornal “The Telegraph”, 27/03/2006	p. 26
Fig. 7 – Print de matéria do jornal “The Guardian”, 04/07/2006	p. 26
Fig. 8 – Print de matéria do jornal “The Guardian”, 14/12/2017	p. 27
Fig. 9 – Print de matéria do jornal “The Washington Post”, 15/09/2002	p. 27
Fig. 10 – Cena de clipe musical. Estados Unidos da América, s/d	p. 28
Fig. 11 – Cena de clipe musical. Estados Unidos da América, s/d	p. 28
Fig. 12 – Print de matéria do jornal “The Guardian”, 07/10/2014	p. 29
Fig. 13 – Print de matéria do jornal “Al-Jazeera”, 08/11/2005	p. 30
Fig. 14 – Print de matéria do jornal “The Guardian”, 20/10/2006	p. 30
Fig. 15 – Print de matéria do jornal “The Guardian”, 29/03/2018	p. 31
Fig. 16 – Fotografia do presidente Bush, sem autoria. San Diego, 2003	p. 44
Fig. 17 – Fotografia do presidente Bush, sem autoria. San Diego, 2003	p. 45
Fig. 18 – Fotografia de Charles Graner. Abu Ghraib (Iraque), 2003	p. 89
Fig. 19 – Fotografia de Charles Graner. Abu Ghraib (Iraque), 2003	p. 93
Fig. 20 – Fotografia de Charles Graner. Abu Ghraib (Iraque), 2003	p. 97
Fig. 21 – Fotografia de autoria desconhecida. Abu Ghraib (Iraque), 2003	p. 98
Fig. 22 – Print de matéria do jornal “The Guardian”, 07/10/2005	p.110
Fig. 23 – Print de matéria do jornal “Independent”, 07/10/2005	p. 110
Fig. 24 – Print de matéria do jornal “Chicago Tribune”, 08/03/2019	p. 111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: “O BOM SENSO EXISTE SÓ NAS FERAS, O HOMEM PERDE A RAZÃO”	10
PARTE I: O HOMEM ABANDONADO, O HUMANO MAIS BREVE	32
I. ABU GHRAIB: VIDA NUA, ABANDONO E DESUMANIZAÇÃO.	32
a) Construções e reconstruções de um espaço simbólico da morte	32
b) Discursos e performances: o presidente de “faro militar”	43
c) A “nova” Abu Ghraib (ou como o exército estadunidense realizou sua política de segurança no Iraque)	50
d) As reações iraquianas e mundiais à “nova Abu Ghraib”	59
e) O prisma analítico e os dispositivos de tortura	64
II. O BISCLAVRET OU DA TRISTEZA DO HOMEM LOBO.....	80
PARTE II: CONGRESSO INTERNACIONAL DO MEDO	102
I. ODE AO DISFORME.....	102
II. A SÍNDROME DE MOREL.....	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS: “VEM MADAME HESTER, E EXIBE A TUA LETRA ESCARLATE EM PRAÇA PÚBLICA”	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	147
ANEXOS:	154
ANEXO I: A CARTA DE TOMAS YOUNG, VETERANO DA GUERRA DO IRAQUE, PARA GEORGE W. BUSH E DICK CHENEY:	154
ANEXO II: A DECLARAÇÃO DE GUERRA CONTRA O IRAQUE FEITA PELO ENTÃO PRESIDENTE AMERICANO GEORGE W. BUSH:.....	157
ANEXO III: LAUDO DA MORTE DE AL-JAMIDE FEITO PELO <i>ARMED FORCES INSTITUTE OF PATHOLOGY</i>	159
ANEXO IV: DEPOIMENTO DE UM CATIVO DE ABU GHRAIB SOBRE AS TORTURAS QUE SOFREU NA PRISÃO:	167

INTRODUÇÃO: “o bom senso existe só nas feras, o homem perde a razão”¹.

Em 17 de novembro de 2014, o *The New York Times*, um dos jornais mais importantes em língua inglesa do mundo, noticiava em sua capa a morte do veterano da guerra do Iraque Tomas Young, aos 34 anos de idade². A princípio a notícia não parecia nada surpreendente, já que a Guerra do Iraque de George W. Bush, Dick Cheney, Condoleezza Rice e Tony Blair foi uma verdadeira máquina de assassinatos, seja em terras estrangeiras, no Oriente Médio, ou no próprio solo americano, com o suicídio em massa dos veteranos que voltavam da guerra constituindo um problema imenso para o governo americano.

Inclusive, para Joe Chenelly, diretor executivo do grupo nacional de veteranos, a onda de suicídios, principalmente entre a faixa etária de 18 a 34 anos, dos veteranos da Guerra do Iraque e do Afeganistão, “*era uma emergência nacional*”. Para o respectivo diretor, as agências de reintegração social haviam falhado significativamente no processo de reestabelecer os soldados no pós-guerra. Estima-se que mais de 6.000 veteranos tenham se suicidado a cada ano nos Estados Unidos, no período entre 2008 e 2016³.

Os veteranos das guerras de Bush também morriam de outras formas, como por exemplo, por exaustão de dor como foi o caso de Tomas Young, que por fim, infelizmente teve toda a sua condição física e psicológica ignorada pelos “*especialistas*” da *Veterans Affair* – VA, a agência do governo americano responsável pelo processo de reintegração social dos veteranos de guerra e por proporcionar aos mesmos uma boa condição de vida após a experiência nos campos de batalhas. Entretanto, ao contrário dos seus companheiros de guerra,

¹ O título da introdução é uma frase da peça “*Júlio César*”, de Shakespeare, como pode ser averiguado em SHAKESPEARE, W. *Júlio César*. São Paulo: Nova Fronteira, 2014. p.77.

² Cf. pode ser averiguado em: MARTIN, Douglas. “Tomas Young, army veteran, dies at 34; critic of war in film”. In: *The New York Times*, 16/11/2004. Disponível online em: <https://www.nytimes.com/2014/11/17/us/tomas-young-dies-at-34-critic-of-iraq-war-in-film.html>, acesso em 03/07/2019.

³ Cf. pode ser averiguado em: DURKIN, Erin. “A national emergency: suicide rate spikes among US veterans”. In: *The Guardian*, 26/09/2018. Disponível online em: <https://www.theguardian.com/us-news/2018/sep/26/suicide-rate-young-us-veterans-jumps>, acesso em 03/07/2019.

Tomas Young não morreu silenciado. Quando voltou da Guerra do Iraque – poucos dias depois de embarcar para a mesma, com um tiro na coluna que o deixou paraplégico – Young, lutando contra a depressão e o estresse pós-traumático, começou, junto a outros veteranos da Guerra do Iraque e do Afeganistão, uma onda de protestos pelo país, fortalecendo ainda mais o discurso antiguerra da *Iraq Veterans Against War – IVAW*.

Em 2007, Young estrelou o documentário “*Body of War*”, no qual mostrou a sua luta diária para sobreviver com um corpo que se tornou um resíduo da guerra de George W. Bush, assim como mostra sua militância pelo país em prol de melhores condições para os veteranos, além de enfatizar um forte discurso contra a guerra que ainda permanecia em curso. O documentário dirigido por Phil Donahue (2007) é pungente, amargo e tristemente belo. Enfatiza constantemente que na história da *guerra contra o terror*, Young, entre outros jovens, fora apenas o corpo cruelmente instrumentalizado e enganado para materializar os jogos de interesse do Estado americano.

O documentário, quando estreado, foi muito bem recebido pela crítica, chegando a ser premiado com o *The National Board of Review* como melhor documentário. Inclusive, a *The Academy of Motion Pictures Arts and Sciences* manifestou um forte interesse em indicar “*Body of War*” ao Oscar. Entretanto, a nomeação ao Oscar não foi realizada e o trabalho de Donahue e Young nem sequer conseguiu um distribuidor, por motivos óbvios, é claro: o corpo nu e em agonia de Tomas Young, na tela *full screen*, mostrando aos jovens ainda em plena saúde (principalmente aos potenciais soldados estadunidenses) quais eram os custos e os custos de uma guerra cheia de mentiras e de interesses pessoais de Bush, além de interpelar imagens de Bush legitimando a invasão ao Iraque em 2003 com as cenas de intensa dor e sofrimento de Tomas, fora *disfarçadamente* censurado.

Tomas ganhou notabilidade nos Estados Unidos: frequentou programas jornalísticos de grande importância como o de *60 minutes* e fez das marcas do seu corpo (as *heranças que havia ganhado* por ter permanecido tão pouco tempo na guerra), veículo de comunicação para desmascarar as guerras sujas de Bush, principalmente a Guerra do Iraque e as barbáries cometidas por soldados com a autorização e a pressão do governo americano no Oriente Médio.

Com o comprometimento cada vez maior do seu corpo devido à gravidade do ferimento que sofreu na coluna e, com as censuras cada vez mais frequentes que suas falas e sua militância sofria, Tomas Young, imerso em depressão e em traumas, decidiu que optaria pelo fim do pouco que havia restado de sua vida, no décimo aniversário da Guerra do Iraque, em março de 2013. Decidiu, então, que escreveria suas últimas palavras para George Bush e Dick Cheney. Entretanto, com a intervenção de sua família e um suporte psicológico ainda mais assistido, Tomas desistiu do suicídio, mas ainda assim publicou a sua carta no site *Dig The Truth*, que decidi aqui inserir em totalidade, dada a sua importância histórica e principalmente humana para compreender os matizes da Guerra do Iraque, assim como de qualquer outra guerra:

*Para: George W. Bush e Dick Cheney
De: Tomas Young*

Eu escrevo esta carta no 10º aniversário da Guerra do Iraque em nome dos meus colegas veteranos da Guerra. Eu escrevo esta carta em nome dos 4,488 soldados e fuzileiros navais que morreram no Iraque. Eu escrevo esta carta em nome das centenas de milhares de veteranos que foram feridos e em nome daqueles cujo as feridas físicas e psicológicas tem destruído suas vidas. Eu sou um dos que ficaram gravemente feridos. Eu fiquei paraplégico em uma emboscada insurgente em 2004 em Sadr City. Minha vida está chegando ao fim agora. Estou vivendo sob cuidados paliativos. Eu escrevo esta carta em nome dos esposos e esposas que perderam seus cônjuges, em nome das crianças que perderem seus pais, em nome dos pais e das mães que perderam seus filhos e filhas e em nome daqueles que se importam pelos milhares de meus companheiros veteranos que tiveram lesões cerebrais. Escrevo em nome daqueles veteranos cujo trauma e a auto repulsa por aquilo que eles testemunharam, suportaram e fizeram no Iraque os levou a cometer suicídio e escrevo em nome dos soldados e fuzileiros navais da ativa, que cometem, em média, um suicídio por dia. Eu escrevo esta carta em nome do um milhão de iraquianos mortos e em nome dos incontáveis feridos. Eu escrevo esta carta em nome de todos nós – os restos humanos que sua guerra deixou para trás, aqueles que irão passar suas vidas em dor e sofrimento intermináveis.

Eu escrevo esta carta, minha última carta, para o Sr. Bush e o Sr. Cheney. Eu escrevo não porque eu ache que vocês entendam as terríveis consequências humanas e morais de suas mentiras, manipulações e sede de riqueza e poder. Eu escrevo esta carta porque, antes da minha morte, eu quero deixar claro que eu, e outra centena de milhares de meus companheiros veteranos, concomitante aos meus milhões de companheiros civis, além de centenas de milhões de pessoas no Iraque e no Oriente Médio, saibam quem vocês realmente são e o que fizeram. Vocês podem escapar da justiça, mas em nossos olhos cada um de vocês são culpados por crimes de guerra notórios, pilhagem, e, finalmente, de assassinato, incluindo o assassinato de milhares de jovens americanos – meus companheiros americanos – que o futuro vocês roubaram.

Suas posições de autoridade, seus milhões de dólares de suas riquezas pessoais, seus consultores de relações públicas, seus privilégios e seus poderes não conseguem mascarar o quão vazio é o caráter de vocês. Vocês nos enviaram para lutar e morrer no Iraque, depois que você, Sr. Cheney, se esquivou do recrutamento no Vietnã, e você Sr. Bush foi um desertor⁴ da sua unidade da Guarda Nacional. Suas covardias e egoísmo foram estabelecidas há décadas atrás. Vocês não estavam dispostos a se arriscarem em nome da sua nação, mas enviaram centenas de milhares de jovens homens e mulheres para serem sacrificados em uma guerra sem sentido que não exigia pensar mais do que o ato de pôr o lixo na lixeira. Eu me juntei ao Exército dois dias depois dos atentados de 11 de setembro. Eu me juntei ao Exército porque nosso país havia sido atacado. Eu gostaria de atacar aqueles que mataram cerca de 3.000 dos meus concidadãos. Eu não me alistei ao Exército para ir ao Iraque, um país que não tinha parte algum com os atentados de 11 de setembro e que não possuía nenhuma ameaça para seus vizinhos, muito menos para os Estados Unidos.

Eu não me alistei ao Exército para “liberar” iraquianos ou para destruir instalações místicas de armas de destruição em massa ou para implementar o que vocês chamam cinicamente de “democracia” em Bagdá e no Oriente Médio. Eu não me juntei ao Exército para reconstruir o Iraque, que naquele momento vocês nos disseram que poderia ser pago pelos rendimentos públicos do petróleo iraquiano. Ao contrário, esta guerra tem custado aos Estados Unidos mais de 3 trilhões de dólares. Eu não me juntei ao Exército para apoiar uma guerra preventiva. Guerras preventivas são ilegais de acordo com as leis internacionais. E como um soldado, no Iraque, agora eu sei, que eu estava cumprindo com as suas idiotices e seus crimes. A Guerra do Iraque é o maior erro estratégico da história dos Estados Unidos. A guerra extinguiu a balança de poderes no Oriente Médio. Fez com que fosse instalado um governo corrupto e brutal, além de pró Iraniano em Bagdá, um governo que se assegura no poder através do uso da tortura, de esquadrões de morte e de terror. E isso tem deixado o Irã como força dominante na região. Em cada mero aspecto – moral, estratégico, militar e econômico – a Guerra do Iraque foi um fracasso. E foram vocês, Sr. Bush e Sr. Cheney quem começou esta guerra. São vocês que deveriam pagar as consequências.

Eu não estaria escrevendo esta carta se eu tivesse sido ferido lutando no Afeganistão contra as forças que estavam envolvidas nos ataques de 11 de setembro. Se eu tivesse sido ferido lá, eu ainda continuaria em uma condição miserável por conta da minha deterioração física e minha morte eminente, mas eu iria, no mínimo, ter o conforto de saber que as minhas injúrias eram a consequência da minha própria decisão de defender o país que eu amo. Eu não teria que deitar em minha cama, com meu corpo cheio de analgésicos, enquanto minha vida está desaparecendo, e concordar com o fato de que centena de milhares de seres humanos, incluindo crianças, incluindo eu mesmo, foram sacrificados por vocês por um pouco mais da ganância das companhias de petróleo, por suas alianças com os sheiks do petróleo na Arábia Saudita e suas insanas visões de império.

Eu tenho, assim como muitos outros veteranos incapacitados pela guerra, sofrido com os cuidados inadequados e frequentemente ineptos providos pela Administração dos Veteranos. Eu, assim como muitos outros veteranos incapacitados pela guerra, tenho notado que nossas feridas físicas e emocionais não são do interesse de vocês, aliás não são do interesse de nenhum político. Nós fomos usados. Nós fomos traídos. E nós fomos abandonados. Você, Sr. Bush, faz muita pretensão de ser um cristão. Mas não é a mentira um pecado?

⁴ Do inglês AWOL que significa *absent without leave*, ou seja, um membro das Forças Armadas que deixou a mesma sem permissão.

Não é o assassinato um pecado? Roubo e ambição também não são pecados? Eu não sou cristão. Mas acredito no ideal do cristianismo. Eu acredito que o que você faz para o menor dos seus irmãos, você, finalmente, faz para você mesmo, para a sua própria alma.

O dia do meu julgamento está chegando. O de vocês também chegará. Eu espero que vocês sejam levados a um tribunal. Mas, mais ainda, eu espero, para o próprio bem de vocês, que vocês encontrem moral e coragem para encarar o que vocês fizeram para mim e para muitos e muitos outros que mereciam viver. Eu espero que antes do tempo de vocês na terra acabar, assim como o meu está acabando agora, vocês possam encontrar forças em seu caráter para ficar diante do público americano e do mundo, e em particular do povo iraquiano, e implorar por perdão⁵.

Tomas Young publicou esta carta na internet no dia 19 de março de 2013. As severidades de seus problemas de saúde não conseguiam ser freadas pelos medicamentos que ele fazia uso contínuo (Tomas ingeria por volta de 30 pílulas por dia). A carta de Tomas Young nunca recebeu uma resposta oficial do governo dos Estados Unidos da América. E, cerca de um ano e oito meses depois de ser publicada, seu autor, Tomas Vicent Young não resistiu aos seus ferimentos e faleceu no dia 14 de novembro de 2014.

O *corpo da guerra* de Tomas Young morreu com dificuldades severas para conseguir se comunicar, com perda massiva de memória recente e, com o pouco da mobilidade que lhe restou após o tiro na coluna seriamente comprometida. Isso porque em março de 2008, o corpo de Young havia sofrido um segundo colapso após o acidente em Sadr City: devido ao fato de sua mobilidade estar severamente prejudicada, um coágulo se formou embaixo da tatuagem que Tomas Young tinha em seu braço direito (e que homenageava um dos maiores escritores americanos Maurice Sendak, respectivamente a sua obra mais conhecida “*onde vivem os monstros*”). O coágulo migrou do braço para o pulmão levando Tomas Young a uma embolia pulmonar e por fim, ao coma.

Quando despertou do coma, para mantê-lo vivo, uma série de modificações severas foram feitas em seu corpo. A mais drástica delas foi a retirada de todo o cólon do soldado, uma decisão médica com a finalidade de amenizar a forte dor que ele sentia no abdômen. Na opinião médica, inserir uma

⁵ A carta em original no inglês pode ser lida na íntegra no Anexo I deste trabalho, conheço os limites da tradução e seus possíveis problemas, mas optei por traduzir a carta para permitir que o texto deste respectivo trabalho não ficasse truncado e “cirúrgico” demais. A tradução da carta, no caso deste trabalho que está sendo escrito em português, possibilita ao leitor, pelo menos ao meu ver, uma imersão mais intensa na leitura e uma empatia ainda maior pelo drama humano consequente de uma guerra tão injusta e suja.

bolsa de colostomia seria melhor e mais eficiente do que a decisão radical pela retirada do órgão e foi esse o primeiro procedimento realizado. No entanto, a dor contínua de Young ficou ainda mais severa e insuportável. A segunda medida depois da operação de retirada do cólon foi impor uma restrição alimentar ao jovem Young, então com apenas vinte e nove anos, mas mesmo assim a dor persistia.

Mesmo com todos esses procedimentos, as dores de Tomas Young continuavam. Os médicos então decidiram realizar uma cirurgia no estômago, com o intuito de dilatá-lo. Após o procedimento a dor ainda insistia. Suspenderam toda a alimentação e passaram a alimentá-lo através de um tubo. A dor no abdômen desistiu de “doer”, mas outras vieram no seu lugar. A ideia do suicídio veio neste momento: Tomas queria se matar cortando o tubo que o alimentava. A carta que escreveu a Bush e Cheney exprime a sua reação ao ver o pouco corpo que lhe restava ser diminuído a cada vez mais.

Nos seus últimos oito meses de vida, a *Veterans Affair* decidiu restringir a quantidade de medicamento que repassava para Tomas, por julgar que o mesmo *estava se viciando* nas drogas que diminuían, mesmo que minimamente, as suas dores. O restante do corpo que havia sobrado após a última operação mergulhou em profunda agonia. Sem as pílulas que o ajudavam a suportar a dor, os últimos dias de Young foram imersos em ingestões de morfina e Lorazepam. Para a esposa de Tomas, o veterano da Guerra do Iraque morreu de exaustão e de tanto sentir dor.

A *Veterans Affair* exigiu que o que restasse do corpo de Tomas passasse por uma autópsia. E mesmo sem vida, mesmo tendo sido negligenciado pela agência de suporte aos veteranos do governo, mesmo não tendo mais valor algum para aos jogos de interesse da política americana, o seu corpo foi cortado e mutilado mais uma vez. O corpo de Young fora a tábula rasa da Guerra. A *tanapolítica* norte-americana marcou o mesmo como uso e posse e enfiou suas garras ambiciosas sobre a sua carne, mesmo quando esta já não apresentava valor e nem perigo algum. A autópsia do corpo que morreu de tanto sentir dor, exemplifica a impetuosidade da politização da vida biológica e por consequência a desumanização do humano, em síntese, nos permite visualizar o *homem, que passou a ser só corpo, nu e abandonado* à sua própria sorte.

A Guerra do Iraque é uma guerra de corpos, de homens abandonados, despidos da sua humanidade e profundamente biopolitizados aos interesses dos Estados Unidos da América. Se, por um lado, tomamos o conhecimento da desumanização do humano e da politização da vida biológica do homem que lutou pelos interesses do Estado americano (e ainda assim fora submetido a todos estes processos de imensa crueldade), com o outro lado da guerra, o lado que condiz ao inimigo, não foi diferente.

O corpo do inimigo e, por conseguinte a sua vida biológica, passou por processos semelhantes, e em alguns casos, até piores, aos quais Tomas Young, entre outros veteranos, foram submetidos. O corpo inimigo também fora mutilado pelos armamentos, mas diferente dos veteranos, fora submetido constantes vezes ao martírio. *A Guerra do Iraque é uma guerra de corpos e também de tortura*.

No “ocidente”, o homem americano nu e abandonado por todos, em cima de uma cama em quartos escuros, silenciosos e secretos. No “oriente”, o homem iraquiano, nu e abandonado em cima de uma caixa de papelão com os braços estendidos e ligados a fios de volta voltagem, com os ossos de seu corpo quebrados, severamente machucado e aguardando a morte.

Se a *Veterans Affair* qualificava os veteranos da guerra como viciados e por isso acabava aprisionando estes à uma margem da sociedade, em muitos casos sem qualquer tipo de acesso a medicamentos ou tratamentos para seus problemas psicológicos e físicos, Abu Ghraib, a prisão americana no Iraque, fazia praticamente o mesmo: *criminaliza* a vida humana, pelo simples fato dela ser o outro, o “menos humano” e o “*mais* diferente”.

Mesmo que os números sobre os veteranos da Guerra do Iraque e do Afeganistão apresentados pela *Veterans Affair*, sejam duvidáveis, há ainda, uma estimativa da situação das vítimas estadunidenses de guerra. Em contrapartida, não há números claros e verdadeiros sobre as centenas de milhares de iraquianos mortos ou feridos durante a invasão no Iraque. O mundo só tomou conhecimento do que havia acontecido na guerra quando documentos foram vazados, para o desespero do governo americano, na internet, seja pelo *the torture data base* ou pelo próprio Wikileaks.

Durante o funcionamento de Abu Ghraib, os documentos da prisão foram forjados, censurados e até mesmo destruídos. O que realmente conta a história

da guerra e seus instrumentos nefastos, são os corpos, novamente, desintegrados pela tortura e pela desumanização e os poucos documentos que sobraram e foram vazados, mesmo que sejam as autópsias desses já referidos.

Caminhar pelas fronteiras do humano e do desumano da Guerra do Iraque foi a parte mais árdua desta pesquisa. *É uma exploração aos extremos*, como outrora pontuou Jacques Sémelin (2009). A cada descoberta, a cada novo texto, meus sentimentos ficavam à flor da pele, provocando reações iguais de paixão e de rejeição pelo o que eu lia ou escrevia. Aliás, ponto que este texto não é uma estética do horror e nem uma etnografia da Guerra do Iraque: *este texto é sobre o humano, que na realidade, há muito já deixou de ser, do meu tempo*.

Seria mais correto dizer, que este texto é uma reflexão, como já deixei claro no título, sobre as ferramentas que capturam a vida biológica, transformando-a em vida nua e conseqüentemente desumanizando o humano. Debrucei-me sobre os episódios de tortura e de descumprimento dos direitos humanos, que ocorreram na Guerra do Iraque em 2003 não como uma mera ilustração para mostrar que a tecnologia, a política e a comunicação vem, a cada dia mais, empenhando-se no processo de desumanização do humano. Mas como um exemplo claro e direto do que nos acontece *todos os dias*, de como somos vulneráveis diante da força imensurável de grandes potências militares, de como somos inseridos no direito através da suspensão do mesmo e como nossa existência pode ser, em um piscar de olhos, *criminalizada*.

Em síntese, esta pesquisa é sobre o *não humano do meu tempo*, sobre o quão perto, eu na minha condição de cientista social e mulher, assim como outras e outros milhares de seres humanos, estamos à beira do abismo jurídico e político. Podemos, a qualquer momento, perder tudo o que conseguimos. E creio que este trabalho é uma forma de fazer-nos visualizar a instabilidade da nossa condição, através da experiência alheia. Como Brutus na peça de Shakespeare dissera a Cassius: *“os olhos não se enxergam a si mesmos, se não por outras coisas que o reflitam”* (SHAKESPEARE, 2014, p. 20). Escrevo sobre o processo de desumanização do humano em um momento em que o Brasil vive dias de trevas profundas, onde conspiradores ascenderam ao poder *democraticamente* e fazem do debate público, púlpito para assuntos pessoais e mesquinhos.

“*Governa*”, como um militar fajuto o atual presidente brasileiro, um país à beira da catástrofe. Alcançou o poder com uma retórica violenta, doentia, venerando uma espécie de antipolítica e posicionando-se claramente e inúmeras vezes contra os direitos humanos, as mulheres e a todo tipo de minoria política e social. Os absurdos que defende, inclusive a sujeição de seu próprio povo aos interesses neoimperialistas americanos, atinge níveis superiores aos daqueles que os precederam e que estiveram, de alguma forma, comprometidos com o grande capital estadunidense.

Por inúmeras vezes o atual presidente brasileiro se mostrou favorável a prática da tortura. Em 8 de novembro de 2016, durante o Conselho de Ética da Câmara chamou o ex-Coronel Carlos Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI do II Exército durante a ditadura militar do Brasil (1º de abril de 1964 – 15 de março de 1985), e um dos maiores torturadores do período, que foi inclusive marcado por torturas e assassinatos gratuitos legitimados pelo Estado, de “*herói brasileiro*”⁶. Além do mais, enquanto finalizo este trabalho, o governo brasileiro acaba de ser chamado a sede da ONU em Genebra para se explicar por que motivos *esvaziou os mecanismos de combate à tortura no país*⁷. São tempos muito estranhos no Brasil.

Obviamente, a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso está imersa nesse cenário de horror no qual estou inserida na contemporaneidade. Não poderia ser diferente. Além disso, os acontecimentos que analiso e tiveram lugar na guerra do Iraque aconteceram a pouco tempo e demonstram um modo de fazer guerra e política que, como já disse, é característico dos dias atuais. Assim, o material analisado tocou-me por ser também um atestado de meu tempo e suas barbáries.

Para a construção deste texto, usei em abundância a sensibilidade e a experimentação que só a literatura é capaz de proporcionar quando não podemos estar presente e cravar em nosso âmago os acontecimentos humanos. Acredito, fielmente, na posição de Lynn Hunt (2007), que a literatura desperta

⁶ Cf. pode ser averiguado em: “Bolsonaro diz no Conselho de Ética que Coronel Ustra é ‘herói brasileiro’”. In: G1, 08/11/2016. Disponível online em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>

⁷ Cf. pode ser averiguado em: WENTZEL, Mariana: “Brasil é chamado a se explicar na ONU por esvaziar mecanismos de combate à tortura. In: BBC Brasil, 01/07/2019. Disponível online em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48834185>

empatia no humano. E, tanto o cientista social como o literato exercem exatamente a mesma profissão: escrevem sobre o mundo, embora sob perspectivas diferentes.

Com imenso respeito a condição humana, sigo os passos de Agamben que critica tão enfaticamente a problemática do “objeto” nas ciências sociais. É um velho estrabismo das mesmas, esta busca enfadonha por uma objetividade científica a custo de qualquer coisa e que por fim nem se quer existe e ainda colabora diretamente para fundamentar violências epistêmicas que alimentam o processo de desumanização do humano.

O humano que estuda o outro, e ainda por cima o chama de objeto, arranca deste último a sua humanidade, privando-o de algo tão importante e caro nos tempos atuais. Se considerar importante suficiente para chamar outro humano de objeto, é forçar uma apropriação do que não é apropriável. Sendo assim, desconsidero a noção de objeto neste texto e acredito que “uma ciência sem objeto não é um paradoxo divertido, mas a tarefa mais séria que nosso tempo confia ao pensamento” (CASTRO, 2016, p. 29).

Concomitante a problemática prática das ciências sociais em objetificar seres humanos, há ainda a eterna infância que muitos pesquisadores conduzem os seres humanos que integram suas pesquisas. Quando falo sobre infância, não estou me referindo a condição psicossomática de um ser humano, muito menos me refiro a uma questão cronológica. Uso o termo in-fância da mesma forma que Agamben o utiliza em seus textos, que neste contexto quer dizer “aquele que não fala”. Por não ter conseguido nenhum acesso direto aos sobreviventes dos processos de tortura e desumanização que ocorreram dentro do presídio de Abu Ghraib no Iraque, utilizei maciçamente fontes jornalísticas que me proporcionavam ouvir o máximo de voz desses sujeitos, assim como também passei meses pesquisando em documentos vazados na internet qualquer tipo de prova que proporcionava ao torturado acesso a linguagem, a fala. Para isso, algumas vezes tive que usar documentos incomuns, como os textos das autópsias de algumas vítimas da guerra que analiso.

Lutei para que a construção deste texto não negligenciasse o que poderia encontrar de registro do *homo sacer*, embora saiba que o material que tive acesso não foi produzido, em larga escala, pelos meus sujeitos de pesquisa. Em uma perspectiva crítica, procurei representar o *homo sacer* com a maior

dignidade possível. Tentei narrar sua história, de forma a permitir sua representação, mesmo que através de minhas palavras, para que ele pudesse ser o humano novamente. Com os recursos limitados de uma estudante, empenhei-me o máximo para encontrar os jornais que permitisse a materialização da minha análise e fiz do texto jornalístico de Gourevitch e Morris (2008) a minha principal fonte para adentrar aos corredores frios e sombrios de Abu Ghraib.

Como já mencionei no início desta introdução, a Guerra do Iraque, foi uma guerra de corpos instrumentalizados para as diversas atividades políticas dos Estados Unidos, sejam dos soldados americanos ou da população do Iraque. Independente de estarem vivos ou mortos, esses corpos, quando capturados pela esfera do bando soberano do Estado, integravam com seus ossos, seus litros de sangue e sua carne interesses muito específicos da guerra. Se eram iraquianos, tinham os corpos marcados pela tortura ou pelo abuso da força, se eram americanos tinham os corpos marcados por instrumentos de guerra.

A estimativa do portal *Iraq Body Count* é que 288.000 pessoas morreram na Guerra do Iraque, sendo a grande maioria composta de civis – os dados revelam 206.273 mortes⁸. Importante frisar que as estimativas do *Iraq Body Count* divergem das estimativas dos dados vazados pelo *Iraq War Logs do WikiLeaks*, e por não existir estatísticas do governo americano que não mascaram os dados, decidi apresentar ao leitor as duas. Nenhum número do governo americano referente as Guerras do Afeganistão e do Iraque são plausíveis de confiança e pelo fato das estatísticas dos dois portais online serem construídas a partir de vazamento de documentos oficiais dos Estados Unidos, não há como ter uma certeza absoluta entre os dados e muito menos desenvolver um critério para julgar qual estimativa é a mais correta. Por isso, na minha concepção como pesquisadora, a atitude mais correta é mostrar as duas ao leitor e esperar que com o tempo possamos ter dados mais certos e confiáveis até mesmo como uma forma de respeito as vítimas.

Da mesma forma que apresentei ao leitor *os dados vazados*, ou seja, não oficiais, correspondentes as guerras de Bush, considerei justo mostrar as

⁸ Os dados referidos podem ser averiguados em: www.iraqbodycount.com.org

estatísticas oficiais do governo americano sobre uma das consequências mais cruéis para os soldados: a amputação. De acordo com os dados, juntas, a Guerra do Iraque e do Afeganistão somam cerca de 1.221 soldados americanos que necessitaram passar por algum processo cirúrgico traumático, que resultou em alguma amputação no corpo dos mesmos. No total, os documentos do governo apontam que foram feitas 1.631 amputações, ou seja, 30% dos amputados sofreram múltiplas amputações (368 soldados tiveram mais de uma parte dos seus corpos amputadas).

A maioria das amputações ocorreu no transtibial (683 soldados, correspondente a 41,8%) e transfemoral (564 soldados, correspondente a 34,5%). Cerca de 127 soldados só foram amputados depois de 90 dias de terem sido lesionados⁹. Mas volto a afirmar: por mais que os dados não oficiais não sejam tão específicos, os dados oficiais do governo americano, inclusive este que acabei de apresentar sobre os militares que passaram por alguma amputação, são de pouquíssima confiança. Mas é a única forma que tenho para apresentar ao leitor os números das guerras de Bush.

Mesmo depois de treze anos após a invasão no Iraque, em 2016, ainda estimava-se que a cada 24 horas 16,4 veteranos se suicidavam, totalizando cerca de 6 mil suicídios por ano¹⁰. O restante das estatísticas sobre a Guerra do Iraque, incluindo os dados sobre o impacto da mesma na sociedade iraquiana, *ainda nos é desconhecido* e só nos resta o *silêncio*.

Após a conspiração que depôs Júlio César (com o assassinato do mesmo) na obra shakespeariana, Marcu Antônio, imerso em dor e fúria, no velório do monarca, com seu discurso cínico em relação aos conspiradores, afirma que *a razão habita na fera e não mais no homem*. Agamben, como veremos nos próximos capítulos, falará sobre o *homo sacer* a partir de analogias com o *lobo*, o *animalesco* e o *disforme*, feitas a partir dos carrascos dos mesmos ou de seus *superiores*. Na prisão de Abu Ghraib, no Iraque, entre as várias práticas de tortura cometidas pela polícia do exército e pela Inteligência Militar, se destacava uma: animalizar os prisioneiros, obrigando os mesmos a andarem

⁹ Os dados podem ser conferidos em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23192067>

¹⁰ Os dados sobre suicídio e estresse pós-traumático podem ser visualizados em: <https://www.mintpressnews.com/report-finds-suicide-rate-surgin-among-afghanistan-iraq-war-veterans/250073/>

e a se portarem como cães, inclusive, estando nus e acorrentados. Diante de atos de tremenda selvageria dos ditos *civilizados*, e, por conseguinte, se autoproclamados como *superiores*, não há dúvida em relação a máxima de Marcu Antônio na peça de Shakespeare: *o discurso dominante inverteu a ordem das coisas, e é no ser considerado besta fera que realmente habita a razão*.

Seja do corpo que fora instrumentalizado para cumprir assassinatos em nome do Estado americano, integrando a esfera política como se estivesse fazendo parte do corpo do Levitã, assim como no frontispício da famosa obra hobbesiana, ao corpo que fora capturado pelo Estado para garantir que o mesmo não tivesse direitos e nem fosse mais considerado como humano: o signo do selvagem, do animalesco se faz presente da mesma forma e praticamente na mesma intensidade. Do humano soldado, ao humano que o Estado americano denominava como “terrorista”, os corpos são considerados inválidos, deformados demais e selvagens ao extremo.

Por fim, antes do leitor prosseguir com a leitura deste meu texto, deixo aqui por último, a inacreditável declaração da Guerra do Iraque, feita por George W. Bush três dias depois de já ter invadido o país. Tomei a liberdade que só futuro pode proporcionar, e a “ilustrei” com matérias dos jornais mais importantes do mundo que contradizem *cada um dos pontos* defendidos por Bush no seu discurso repleto de infâmia, mentiras e ódio disfarçado. O discurso presidencial é aqui apresentado em língua portuguesa, devido aos mesmos motivos que me levaram a traduzir a carta de Tomas Young. Como também acontece com o documento anterior (anexo I), apresento-o na íntegra e na língua original como anexo 2 deste trabalho:

* * *

Discurso presidencial de George W. Bush, ilustrado e traduzido:

Meus concidadãos. A esta hora, forças americanas e outras forças de coalização estão em seus primeiros estágios da operação militar para desarmar o Iraque, para libertar as suas pessoas e defender o mundo de grave perigo.



Figura 1 - Soldados estadunidenses procuram de casa em casa por insurgente suspeito. Cidade de Tal Afar, 07/12/2005. Fotografia de Franco Pagetti, disponível em galeria junto à matéria publicada por BUTET-ROCH, Laurence. How one photographer aims to make sense of the Iraq war. In: Time, 02/05/2017, disponível online em: <http://time.com/4758416/iraq-war-franco-pagetti/>)

Sob as minhas ordens, forças de coalização tem começado a atacar alvos selecionados de importância militar para enfraquecer a capacidade de Saddam Hussein de travar uma guerra. Estes são os estágios iniciais do que será uma ampla campanha de ataque.



Figura 2 - Soldados do Primeiro Batalhão fazem buscas por insurgentes no distrito de Mula'ab em Ramadi e vedam os olhos dos homens da casa. Fotografia de Franco Pagetti, disponível em galeria junto à matéria publicada por BUTET-ROCH, Laurence. How one photographer aims to make sense of the Iraq war. In: Time, 02/05/2017, disponível online em: <http://time.com/4758416/iraq-war-franco-pagetti/>)

Mais de 35 países estão dando um suporte crucial para o uso de bases navais e aéreas para ajudar com inteligência e logística para a implementação de unidades de combate. Cada nação nesta coalização

tem escolhido cumprir o dever e compartilhar a honra de servir em nossa defesa em comum.



Figura 3 - O príncipe de Gales felicita os paraquedistas ingleses que se juntam aos EUA na Guerra do Iraque. Fotografia sem autoria, publicada na matéria de LEVY, Andrew. "Pictures of courage: Britain's injured war heroes struggle to their feet to be honoured by Charles and Camilla. In: Daily Mail, 03/12/2008. Disponível online em: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1091385/Pictures-courage-Britains-injured-war-heroes-struggle-feet-honoured-Charles-Camilla.html>

Para todos os homens e mulheres das forças armadas dos Estados Unidos que estão agora no Oriente Médio, a paz de um mundo perturbado e as esperanças de um povo oprimido dependem agora de você. Esta confiança está bem localizada.

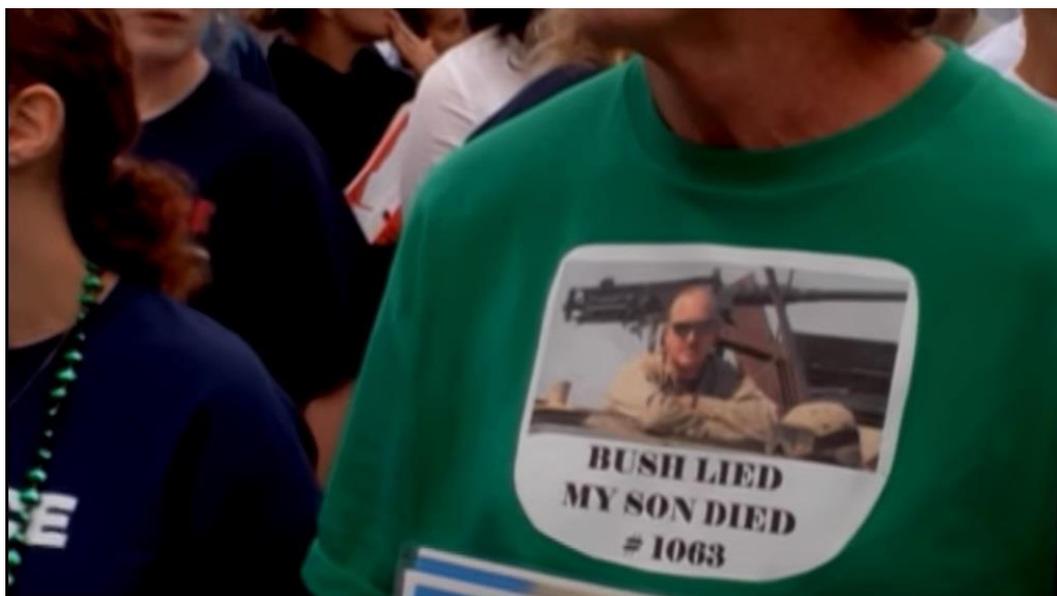


Figura 4 - Homem em um protesto organizado pela Iraq Veterans against war - IVAW, nos Estados Unidos, vestindo uma camiseta na qual se lê: Bush mentiu meu filho morreu. Cena do clipe da música "No more war", de Eddie Vedder. Warner Bros. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=qqPzS8Y27Ks>

Os inimigos que vocês confrontarão irão saber de suas habilidades e bravura. As pessoas que vocês liberarem serão testemunhas do honroso e decente espírito dos militares americanos.



Figura 5 - Durante uma revista de casa em casa em busca de insurgentes, uma criança chora ao ver seu pai sendo levado pelos soldados americanos no Iraque. 07/03/2005. Fotografia de Franco Pagetti, disponível em galeria junto à matéria publicada por BUTET-ROCH, Laurence. How one photographer aims to make sense of the Iraq war. In: Time, 02/05/2017, disponível online em: <http://time.com/4758416/iraq-war-franco-pagetti/>)

Neste conflito, a América encara um inimigo que não tem nenhum respeito pelas convenções de guerra ou regras de moralidade. Saddam Hussein posicionou tropas iraquianas e equipamentos militares em áreas civis, tentando usar homens, mulheres e crianças inocentes como escudo para seus próprios militares. Uma completa atrocidade contra seu próprio povo. Eu quero que os americanos e todo o Mundo saibam que estas forças de coalização irão fazer todo tipo de esforço para separar civis inocentes de qualquer mal.

HOME » NEWS » WORLD NEWS » NORTH AMERICA » USA

'Worst war crime' committed by US in Iraq



A video shot on November 19 2005 shows bodies in a Haditha morgue

By Oliver Poole in Baghdad
12:01AM BST 27 May 2006

A US military investigation is expected to conclude that a unit of marines killed 24 civilians, among them women and children, in retaliation for the death of a comrade, reports published in America yesterday said.

If confirmed when the official findings are published next week the incident would be the worst war crime committed by US forces in Iraq.

Though on a smaller scale, it will inevitably spark comparisons with the massacre of up to 500 Vietnamese villagers at My Lai in 1968. Citing Congressional, military and Pentagon officials, the reports in US newspapers



USA
News » World News » Iraq »

Related Partners

The best way to transfer money overseas

EXTERNAL LINKS

Military to Report Marines Killed Iraqi Civilians [26 May 06] - The New York Times

One Morning in Haditha [Mar 27 06] - Time

Geneva Conventions In USA



Bizarre police booking mugshots



The Telegraph

f Curtir Página 4,4 mi curtidas

Figura 6 - Print de matéria de jornal sobre os crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos no Iraque contra civis. Fonte: POOLE, Oliver. "Worst war crime committed by US in Iraq". In: The Telegraph, 27/03/2006. Disponível online em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/1519608/Worst-war-crime-committed-by-US-in-Iraq.html>)

Uma campanha em um terreno tão austero de uma nação tão grande quanto o estado da Califórnia poderá ser mais longo e mais difícil do que alguns preveem e ajudar os iraquianos a alcançar um país unido, estável e livre, exigirá nosso empenho contínuo.

Opinion
Iraq

The Guardian view on war in Iraq: a country that we helped to ruin
Editorial

Mon 4 Jul 2016 19:40 BST

The cycle of corruption and atrocity continues. But there is a distant end in sight

1,430 236

Figura 7 – Print da matéria do jornal sobre a destruição que os Estados Unidos Iraque durante a guerra. Fonte: "The Guardian view on war in Iraq: a country that we helped to ruin". In: The Guardian, 04/07/2006. Disponível online em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/04/the-guardian-view-on-war-in-iraq-a-country-that-we-helped-to-ruin>)

Nós chegamos ao Iraque com respeito por seus cidadãos, por sua grande civilização e pelas religiões que praticam.

Iraq

British troops breached Geneva conventions in Iraq, high court rules

Court says soldiers subjected civilians to cruel and inhuman treatment, in cases that may determine handling of further claims

Jan Cobain
Thu 14 Dec 2017 13:28 GMT

f t e 1,242

This article is over 10 months old



▲ British soldiers guard prisoners in southern Iraq in 2003. The high court awarded four men £84,000 in compensation. Photograph: Reuters

Figura 8 - Print de matéria do jornal sobre o descumprimento das convenções de Genebra durante a Guerra do Iraque. Fonte “*British troops breached Geneva conventions in Iraq, high court rules*”. In: The Guardian, 14/12/2017. Disponível online em: <https://www.theguardian.com/world/2017/dec/14/british-troops-breached-geneva-conventions-in-iraq-high-court-rules>

Nós não temos nenhuma ambição no Iraque, exceto remover a ameaça e restaurar o controle do país para seu próprio povo.

In Iraqi War Scenario, Oil Is Key Issue

By **Dan Morgan** and **David B. Ottaway**
September 15, 2002

A U.S.-led ouster of Iraqi President Saddam Hussein could open a bonanza for American oil companies long banished from Iraq, scuttling oil deals between Baghdad and Russia, France and other countries, and reshuffling world petroleum markets, according to industry officials and leaders of the Iraqi opposition.

Although senior Bush administration officials say they have not begun to focus on the issues involving oil and Iraq, American and foreign oil companies have already begun maneuvering for a stake in the country's huge proven reserves of 112 billion barrels of crude oil, the largest in the world outside Saudi Arabia.

Figura 9 - Print de matéria do jornal sobre os interesses americanos no petróleo do Iraque. Fonte: MORGAN, Dan; OTTAWAY, David B. “*In Iraq war Scenario, Oil is a key issue*”. In: The Washington Post, 15/09/2002. Disponível online em: https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2002/09/15/in-iraqi-war-scenario-oil-is-key-issue/ba43d2a9-abe5-4371-8f2c-445e262778a1/?noredirect=on&utm_term=.e7d4906eb0bf

Estágio em História História Vagas: 2
Estágio em Relações Internacionais Humanas > Relações Internacionais Vagas: 1
Estágio em História História Vagas: 1
Estágio em Pedagogia Humanas > Pedagogia Vagas: 1
Estágio em História, Pedagogia ou Técnico de Museu

Eu sei que as famílias dos nossos militares estão rezando para que todos aqueles que estão servindo na missão retornem seguros e

rápido. Milhões de americanos estão rezando com vocês para a segurança dos nossos entes amados e para a proteção dos inocentes.



Figura 10 - Homenagem em um cemitério norte-americano aos soldados mortos em combate na Guerra do Iraque. Na faixa se lê: "Traga os de volta antes que mais um filho de uma mãe seja perdido". Cena do clipe da música "No more war", de Eddie Vedder. Warner Bros. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch?v=qgPzS8Y27Ks>

Para o seu sacrifício você tem a gratidão e o respeito do povo americano, e você pode ficar certo de que nossas forças irão retornar para a casa o mais breve possível que o trabalho deles terminar.



Figura 11 - Protesto organizado pela American Veterans Against War - IVAW, nos Estados Unidos. No cartaz lê-se "Traga os de volta para casa". Cena do clipe da música "No more war", de Eddie Vedder. Warner Bros. Disponível online em: <https://www.youtube.com/watch>

“Nossa nação entrou relutantemente neste conflito, ainda assim nosso propósito é certo. As pessoas dos Estados Unidos, assim como nossos amigos e aliados não irão viver sobre a misericórdia de um regime ilegal que ameaça à paz com armas de destruição em massa.

World news

There were no weapons of mass destruction in Iraq

1,625 UN and US inspectors spent two years searching 1,700 sites at a cost of more than \$1bn. Yesterday they delivered their verdict

Julian Borger in Washington
Thu 7 Oct 2004 11:35 BST

f t e 1,071



▲ The UN searches the desert around Falluja in February 2003. Photograph: David Guttenfelder/AP

Figura 12 - Print de matéria de jornal afirmando sobre a inexistência das armas de destruição em massa no Iraque. Fonte: BORGGER, Julian. “There were no weapons of mass destruction in Iraq”. In: The Guardian, 07/10/2014. Disponível online em: <https://www.theguardian.com/world/2004/oct/07/usa.iraq1>

Nós iremos conhecer esta ameaça agora com o nosso Exército, Força Aérea, Marinha, Guarda Costeira e os fuzileiros navais, para que nós não tenhamos que conhecê-la mais tarde com os nossos exércitos de bombeiros, policiais e médicos nas ruas de nossas cidades.

ALJAZEERA News Middle East Documentaries Shows Investigations Opinion In Pictures More

US 'war on terror' has killed over half a million people: Study

Between 480,000-507,000 people were killed in Afghanistan, Pakistan and Iraq in the wake of 9/11 attacks, study says.

an hour ago  



Figura 13 – Print de matéria do jornal afirmando que *as guerras contra o terror* de George W. Bush, já haviam matado em cerca de meio milhão de pessoas. Fonte: “US ‘war on terror’ has killed over half a million people: study”. In: Al-Jazeera, 08/11/2018. Disponível online em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/11/wars-terror-killed-million-people-study-181109080620011.html>

Agora que o momento deste conflito chegou, a única forma de limitar a sua duração é aplicar ao mesmo forças decisivas, e eu os asseguro que esta não será uma campanha de meias medidas, e nós não iremos aceitar nenhum resultado a não ser a vitória.

World news

We've lost battle for Baghdad, US admits

- President concedes war may be at turning point
- Mounting death toll brings comparison with Vietnam

Suzanne Goldenberg in Washington
 @suzylj
 Fri 20 Oct 2006 09.01 BST



Figura 14 – Print de matéria do jornal afirmando que os Estados Unidos perdeu a batalha por Bagdá. Fonte: GOLDERNBERG, Suzanne. “We’ve lost battle for Baghdad, US admits”. In: The Guardian, 20/10/2006. Disponível online em: <https://www.theguardian.com/world/2006/oct/20/usa.iraq>

Meus concidadãos, os perigos para o nosso país, assim como para o Mundo, serão superados. Passaremos por este tempo de perigo e levaremos adiante o trabalho de paz. Defenderemos nossa liberdade. Nós levaremos liberdades aos outros e prevaleceremos.

Opinion
US military

Iraq is a reminder: US crimes against humanity predate Trump

Ajay Singh Chaudhary

Thu 29 Mar 2018 11:00 BST

2,062 1,182

This month marks 15 years since the US-led invasion of Iraq. With all the talk of 'totalitarianism' in the Trump era, let's not forget what came before

THE WHITE HOUSE
WASHINGTON

Figura 15 – Print de matéria de jornal falando sobre os crimes contra a humanidade que o governo americano já cometeu. Fonte: “Iraq is a reminder: US crimes against humanity predate Trump”. In: The Guardian, 29/03/2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/29/iraq-war-15-years-later-george-bush-war-crimes>

May God bless our country and all who defend her."

Parte I: o homem abandonado, o humano mais breve

I. Abu Ghraib: vida nua, abandono e desumanização.

a) Construções e reconstruções de um espaço simbólico da morte

Em outubro de 2002, agências de inteligência estadunidense afirmavam que o governo iraquiano estava reativando um programa de armas de destruição em massa que havia sido interrompido no início de 1990. Houve discordâncias dentro do Departamento de Inteligência e Pesquisa, assim como dentro do Departamento de Energia, a respeito desta nova informação. Estes respectivos departamentos constituem os principais órgãos americanos sobre armas nucleares, e, que diante de tamanha descoberta, não conseguiram manter um consentimento sobre a veracidade do fato.

No mesmo mês, funcionários do governo dos Estados Unidos da América vazaram para o jornal *The New York Times* que o governo iraquiano estava obtendo grandes quantidades de tubos de alumínio, os quais, de acordo com a fonte, constituíam um material perfeitamente compatível para enriquecer urânio. Entretanto, o Departamento de Energia americano afirmou que os tubos de alumínio eram inadequados para tal finalidade, e que provavelmente seriam destinados para construir foguetes de artilharia.

George Tenet, diretor da Agência Central de Inteligência – CIA em 2002, pediu para que o governo americano tomasse cuidado ao divulgar informações sobre a compra de urânio pelo Iraque na África, ou até mesmo sobre as compras dos tubos de alumínio, devido ao fato de que estas informações não estavam completamente apuradas e que mesmo se as compras tivessem sido feitas, não se poderia ter a precisão para qual motivo os respectivos objetos teriam sido comprados. O pedido de Tenet foi ignorado. E além disso, essas informações rapidamente *basearam discursos presidenciais inflamados*, que passaram a falar abertamente sobre o caso, *manifestando grande preocupação com o perigo de países como o Iraque terem armas nucleares*.

Quinta-feira, 12 de setembro de 2002, exatamente um ano e um dia após os atentados de 11 de setembro, em seu discurso nas Nações Unidas, George W. Bush, 43º presidente americano e o maior responsável pelas investidas

contra o governo iraquiano, o idealizador e, por conseguinte, implementador de uma *guerra preventiva* contra o Iraque, afirmou:

Saddam Hussein (...) *continua desenvolvendo armas de destruição em massa. A primeira vez que poderíamos estar completamente certos de ele possui armas de destruição em massa será quando, que Deus nos livre, ele as usar. Nós devemos isso para todos os cidadãos, de fazer alguma coisa que está em nosso poder para prevenir que este dia chegue* ¹¹.

Bagdá, outubro de 2002. Concomitante com o êxtase da imprensa mundial, diante das acusações norte americanas de que Saddam Hussein estava efetivamente, desenvolvendo mais do que nunca, seu programa de armas de destruição em massa, um pleito burlesco ocorria no Iraque, com um resultado ainda mais risível, para não dizer trágico: Saddam Hussein, acabava de ser, tranquilamente, reeleito presidente do país com cem por cento dos votos. Um “pleito” sem oposição.

Diante da placidez de quem acabara de ser escolhido integralmente pela nação, Saddam Hussein decidiu que era o momento de “agradecer ao povo” pelo ato tão *extraordinário*, enquanto permanecia “supostamente” *indiferente* à gravidade das acusações de que ele era o alvo nos últimos dias, devido a suposta reativação do programa de armas de destruição em massa. E assim, em uma manhã de domingo do mês já citado, o mais *novo presidente* iraquiano decidiu que era o momento de desmantelar todo o sistema penitenciário do país, inclusive a prisão mais importante dos seus regimes, palco das maiores barbáries contra a humanidade: Abu Ghraib.

Localizada a 32 quilômetros a oeste de Bagdá, a respectiva prisão mantinha fielmente a sua *agenda* de barbáries: às quartas e aos domingos eram dias de enforcamento aleatório entre os detidos, enquanto que no restante da semana o assassinato dos presos se dava de forma ainda mais imprevista e

¹¹Devido à gravidade das (des)informações do presidente americano George W. Bush em seu discurso, justamente em um órgão que fora fundado para garantir a paz e a segurança dos países, julguei como necessário, para que o texto ficasse o mais claro e fluído possível, traduzi-las. Entretanto, segue o respectivo trecho usado, no original: “*But Saddam Hussein (...) continues to develop weapons of mass destruction. The first time we may be completely certain he has nuclear weapons is when, God forbid, he uses one. We owe it to all our citizens to do everything in our power to prevent that day from coming*”. (FONTE: Discurso de George Bush, publicado pela CBS News e disponível na íntegra no link: <https://www.cbsnews.com/news/text-of-bush-iraq-speech-to-un-12-09-2002/>).

improvisada, como por exemplo, nesses dias os enforcamentos eram em cadafalsos improvisados. De acordo com Gourevitch & Morris (2008) que estudaram de perto a história de Abu Ghraib, as execuções tornavam-se mais ou menos frequentes segundo um critério simples: a superlotação. Assim, se em determinados períodos do ano a prisão começasse a ter problemas por estar muito cheia, “*a casa da morte fazia hora extra*” (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, p.14).

As prisões do governo de Saddam Hussein eram máquinas de produzir terror e fundamentar todo tipo de tortura imaginável. Eram os mais fortes pilares de seus governos, consequências de um ordenamento jurídico que previa de tortura à pena de morte para toda a sorte de crimes cometidos contra o Estado, mesmo alguns que pudessem ser tidos como *imaginados*¹². Do aglomerado de prisões existentes no país, Abu Ghraib era a mais notória de todas, e nela coabitavam pessoas que haviam cometido crimes de “naturezas” distintas: tanto os chamados “ladrões da galinha” (pessoas que haviam cometido pequenos delitos) quanto “terroristas” tinham dentro das paredes da respectiva prisão, sentenças muito semelhantes. Em suma, Abu Ghraib era a prisão mais violenta de Saddam, por isso era considerada a mais notória e a mais original representação da noção de justiça iraquiana durante os governos do respectivo presidente.

A superlotação de celas era um problema recorrente, mesmo com as medidas extremas (o extermínio de uma grande parte da parcela dos detidos), o crescimento da população carcerária era contínuo e demasiado. A experiência de viver em Abu Ghraib era mais do que árdua: era desumana. Como mostra Gourevitch & Morris (2008), o cotidiano na prisão variava entre extermínios em massa, celas maciçamente lotadas e miséria absoluta. As celas eram tão pequenas e superlotadas que era impossível que todos se sentassem ao mesmo tempo, de forma que, para que uma metade dos cativos pudesse se sentar, a

¹² No Estado de Polícia, que Saddam Hussein construiu em seus trinta anos como principal governante do Iraque, fazer piadas em público ou meras brincadeiras que levassem o nome do então “presidente”, já era mais do que o suficiente para ser entendido como um crime contra o Estado e ser sentenciado à morte. Estas situações extremas que eram tomadas pelo governo iraquiano podem ser lidas na íntegra na matéria do *The New York Times* de 30 de dezembro de 2006 que, ao falar sobre a morte de Hussein, que fora decretada após o mesmo ter sido levado à Corte Internacional e ser condenado por crimes contra a humanidade, também faz um interessante resumo biográfico do então líder iraquiano: <https://www.nytimes.com/2006/12/30/world/middleeast/30saddam.html>

outra metade tinha que permanecer em pé. Além do mais, os presos não tinham camas e eram alimentados apenas uma vez ao dia com uma sopa, ou um pouco de arroz ou um pedaço de pão, jamais as três ofertas juntas.

A corrupção também faz parte da história da prisão preferida de Hussein, visto que os carcereiros só alimentavam os presos que *pagavam* pela comida. Dessa maneira, extorquiam os cativos e suas famílias de todas as formas possíveis, inclusive prometendo proteção aos presos, sabendo que, independente de seus acordos, se Qusay, um dos filhos de Saddam Hussein, fosse visitar a prisão de mal humor, mais de mil pessoas poderiam ser executadas simultaneamente.

Abu Ghraib também era estruturada de forma a conter, arquitetonicamente, espaços destinados à tortura e à morte. Como fora exposto pelos jornalistas, que escreveram o livro que fornece dados etnográficos para esta etnografia, era comum que os aprisionados tivessem parte de seus corpos mutiladas¹³.

No final de outubro de 2002, o anúncio do desmanche e, por conseguinte, a liberação de praticamente todos os detidos de Abu Ghraib, pegou toda a população iraquiana de surpresa. Além do mais, não era apenas Abu Ghraib que seria desmanchada, mas junto com esta *todo o sistema penitenciário* iraquiano. O respectivo anúncio foi transmitido via rádio e dizia que a anistia dada pelo presidente só não valeria para sionistas e espões americanos. O comunicado foi recebido com alegria pela população que saiu as em um tremendo frenesi, inclusive disparando salvas de fuzil para o alto. O Iraque estava, depois de anos tão árduos devido a condução política do Estado de forma tão violenta, *finalmente*, em festa.

A liberação dos cativos não tinha data e nem hora marcada para acontecer, logo esta situação gerou uma condição de suspense muito grande em toda a sociedade, de forma que os familiares dos apenados juntaram-se à frente da prisão, para esperar a saída daqueles que lhes eram próximos e que há tantos anos não tinham notícias. Estima-se que 50 mil pessoas

¹³ De acordo com Gourevitch & Morris (2008), as evidências de que havia mutilações em Abu Ghraib se fizeram presentes quando a prisão passou a ser objeto de reconstrução por parte do governo norte-americano, sob a supervisão de McCotter, como veremos adiante.

compareceram, até o final da manhã, nos portões de Abu Ghraib. O povo, em histeria, ansiava pela liberação dos prisioneiros.

Ao meio-dia a paciência do povo se esvaiu, e com lampejos de fúria derrubaram os portões e adentraram na prisão. Ao encontro da população que invadia o prédio vinham os presos, maltrapilhos agarrados a colchonetes imundos, ainda incrédulos em relação à anistia dada pelo presidente. Gourevitch & Morris (2008) narram ainda que, neste momento, alguns guardas se juntaram a alegria da população e ajudaram, chegando até a arrancarem tijolos das paredes para facilitar a libertação dos presos que ainda permaneciam nas masmorras. Outros guardas, no entanto, manifestavam-se, como embebedos em cólera e, espancavam prisioneiros, já anistiados, até a morte. A dissolução de Abu Ghraib foi um frenesi de atitudes e sentimentos paradoxais, desde a decisão do governo até a recepção do povo e dos funcionários do lugar.

Desta forma, em menos de 24 horas, a sociedade iraquiana presenciou todo o sistema penitenciário do país, ruir por completo. Uma população de aproximadamente 150 mil prisioneiros, cujo haviam sido sentenciados pelos mais diversos crimes, ganharam as ruas de Bagdá naquele dia *memorável*. Mas, os presentes de Saddam Hussein ainda não haviam acabado. Logo após o desmanche de Abu Ghraib e das demais prisões, as rádios voltaram a ler mais um comunicado oficial do governo: em uma forma de agradecer a população *por ter ganhado as eleições presidências com cem por cento dos votos*, o então presidente, Saddam Hussein, iria presentear aqueles que gostariam de se casar, oferecendo um conjunto de itens para as noivas, constituído por: luvas, vestido, sapatos, bolsa e véu. Os casamentos teriam que acontecer logo e as noivas só precisariam devolver os vestidos, podendo guardar de lembrança os outros itens do pacote.

As ações tomadas por Hussein naquele outubro de 2002 no Iraque, com o desmanche de todo o sistema penitenciário, mais especificamente com a *destruição simbólica de Abu Ghraib*, pois é importante frisar que a respectiva prisão possuía uma simbologia muito forte em relação ao *nómos* do poder soberano do Iraque, assim como a ajuda no financiamento de casamentos, *mascararam-se* ao povo como uma espécie de *mera gratificação*. Entretanto, as dádivas de Saddam Hussein não podem ser lidas como atitudes benevolentes e desinteressadas. Como já analisou Marcel Mauss (2003) não é dessa forma que

se constitui um sistema de reciprocidades. Em troca de liberdade e de mulheres, estabelecia-se uma relação estreita com o presidente recém-eleito, que previa a invasão de seu país por tropas estadunidenses. O grande poltlatciraquiano era uma perspicaz estratégia de guerra.

Ao mesmo tempo em que angariou um grande apreço popular com suas ações populistas, Hussein também colocou mais de 150 mil pessoas nas ruas para servirem de escudo humano quando os Estados Unidos realmente chegassem no Iraque. Além disso, Hussein acreditou que a investida armada norte-americana teria grandes dificuldades, já que a sociedade iraquiana havia acabado de passar por mudanças de cunho estrutural extremo, devido ao desmanche do principal pilar penitenciário do país, assim como de todo o sistema penitenciário.

De qualquer forma, Saddam Hussein se preparava para a possível invasão americana que a imprensa mundial já discutia há um tempo. E assim, a guerra, aos poucos, fora sendo planejada por ambos os países, que recorriam a estratégias distintas: de um lado o revisionismo histórico de Bush, do outro o forte apelo emocional que Hussein usou para manipular o seu povo. Em 20 de março de 2003, cinco meses depois de os primeiros estranhamentos públicos dos Estados Unidos contra o Iraque virem a público, iniciava-se uma guerra que pode ser considerada um marco na história do século XXI, devido aos seus escândalos e práticas bélicas nefastas que incluem desde a própria reconstrução de Abu Ghraib, comandada e tutelada pelo exército norte-americano, para servir aos propósitos dos invasores, as práticas de tortura e desumanização dos “prisioneiros de guerra”, que foram documentadas, inclusive imagneticamente, pelos próprios militares.

Em menos de um mês após a invasão estadunidense, justificada nacional e internacionalmente devido à possível existência de armas de destruição em massa em território iraquiano, os combatentes norte-americanos já se manifestavam aflitos com a facilidade com que a respectiva população podia adquirir armas de grosso calibre como fuzis, por exemplo. A venda de armas ocorria em qualquer estabelecimento comercial e se dava com a mesma frequência e facilidade com que se poderia comprar pães. Isso ocorria em detrimento da própria cultura do povo iraquiano e principalmente pela facilidade

velada que o Estado, até então, permitia que as pessoas tivessem acesso a armamentos.

Esta diferença cultural e principalmente do ordenamento jurídico entre Estados Unidos e Iraque, fez com que nos primeiros meses da invasão americana, uma quantidade imensa, mas desconhecida em números, de pessoas se transformassem em prisioneiros dos norte-americanos. A situação era ainda mais grave devido ao desmanche de todo o sistema penitenciário que o Iraque havia passado há alguns meses atrás.

Ou seja, o governo americano estava “resolvendo” o Iraque através das suas próprias experiências legais e culturais, fazendo da prática do orientalismo mais do que uma visão acadêmica, mas também e perigosamente, *legal*. Assim como mais adiante na história da Guerra do Iraque, o orientalismo também fora um forte quesito na condução da biopolítica americana¹⁴. Sendo assim, os presos ficavam em instalações precárias, como barracadas, áreas que eram denominadas no jargão militar de *soft site*. Nelas não havia água, energia elétrica e até mesmo alimentos cozidos para comer.

Nesse contexto de estranhamento cultural e principalmente por falta de infraestrutura para apartar do contexto social seus prisioneiros¹⁵, a inteligência americana tomou as suas providências e recorreram a Lane McCotter e Gary Deland, ex-diretores executivos do Departamento Penitenciário do Estado de Utah. Não era a primeira vez que McCotter era chamado em um país estrangeiro para restaurar prisões que seriam tuteladas pelos Estados Unidos. Em 1968, participou da operação que reconstruiu a prisão de Long Binh no Vietnã em guerra.

Além do mais, na década de 1970, quando se aposentou do Exército Americano, o então militar assumiu o Departamento Penitenciário do Texas que, além de ser o segundo maior sistema penitenciário dos Estados Unidos, também era o pior de todos. O respectivo sistema penitenciário chegou ao ponto de ser

¹⁴ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵ Refiro a *prisioneiros*, unicamente, e não ainda a *prisioneiros de guerra*, porquê neste momento da invasão americana no Iraque, estas primeiras prisões que ocorrem tinham como objetivo cumprir a lei de governo americano de *transformar o Iraque* em uma espécie de *anexo* dos Estados Unidos, em outras palavras, em uma *colônia*. Sendo assim, as poucas leis que ainda restavam no Iraque deveriam ser substituídas urgente e por completo, através da força militar, pelas leis americanas. Ver: GOUREVITCH. Philip; MORRIS. Errol. *Procedimento Operacional Padrão: uma história e guerra*. São Paulo: companhia das letras, 2008.

considerado, durante a época da diretoria de McCotter, *inconstitucional* devido as condições degradantes em que os prisioneiros eram submetidos.

Em entrevista a Philip Gourevitch & Errol Morris (2008, p. 25), Lane McCotter justificou as várias polêmicas que envolveram a sua carreira como algo característico de quem trabalha em sistemas penitenciários. Nas palavras do ex-militar, trabalhar com estes assuntos era “como viver em baixo de um telhado de vidro”.

Depois de aceitarem as suas novas missões, McCotter e Deland se encontraram em Washington, ainda em abril de 2003, para ouvirem as propostas do governo americano para o Iraque. Como pontua a narrativa jornalística de Gourevitch & Morris (2008), e como já citei anteriormente, os Estados Unidos queriam reconstruir todo o sistema da justiça criminal iraquiana à imagem e semelhança da justiça americana. A intenção era que a reconstrução de todos os presídios acontecesse de forma a sempre refletir os EUA, assim como as futuras atividades policiais e as cortes de justiça. Isentos de qualquer conhecimento acerca dos costumes e das leis do Iraque, os americanos, que ficaram como responsáveis pelo processo de americanização da sociedade iraquiana, só conheciam o forte universalismo americano que incansavelmente se declara como a medida do mundo.

O plano inicial (traçado em Washington) era de, em um primeiro momento, a equipe de McCotter levantar pesquisas e descobrir quais penitenciárias poderiam ser reutilizadas pelo governo americano dentro do período de quatro meses; depois disso, a pesquisa seria usada por outra equipe, que se preocuparia com a implementação das ideias. Se o planejamento inicial já não era ideal – uma vez que havia uma separação clara entre aqueles que realizaram a pesquisa e aqueles que efetivariam as ideias, além da inexperiência de campo que os novos oficiais iriam ter de enfrentar – a situação piorou consideravelmente quando a primeira equipe chegou no Iraque: lá o prazo para a realização do levantamento de dados e da pesquisa foi diminuído para apenas 30 dias. Um outro agravante bastante sério: se inicialmente essa equipe não iria se ocupar de efetivar o sistema penitenciário, nesse novo momento, era pressionada para, dentro desse prazo exíguo, deixar, no mínimo, uma penitenciária em funcionamento.

Em apenas um mês, os especialistas americanos teriam não que reconstruir, mas sim *construir* todo um sistema penitenciário e criminal de um país que estava basicamente sem lei alguma. Todas as prisões iraquianas haviam sido saqueadas depois da anistia de Hussein. Foi roubado tudo o que pudesse ter algum valor: do piso às portas, da fiação às janelas. E o que não podia ser levado pela população foi incendiado. Trinta dias não seria nem sequer o suficiente para orçar a construção destas prisões.

Enquanto isso, na perspectiva das forças armadas estadunidenses a demanda por prisões em funcionamento só crescia, uma vez que, ainda de acordo com os soldados americanos o Iraque passava por um devaneio com mais de 150 mil ex-presidiários armados e prontos, à sua maneira, para combater-los. Enquanto a pressão tomava conta dos soldados, que não tinham mais onde colocar detidos, assim como dos especialistas americanos, um Policial do Exército – PE, que acompanhava a jornada de McCotter pelo Iraque em busca de estruturas que poderiam ser reformadas, *sugeriu ao ex-militar uma visita ao maior complexo penitenciário do Iraque, localizada no subúrbio de Bagdá, a prisão de Abu Ghraib.*

Construída em 1960 por engenheiros militares ingleses, durante a ocupação inglesa no Iraque, Abu Ghraib possuía cinco complexos prisionais independentes, sendo estes: um centro administrativo, uma lavanderia, um alojamento para guardas e também uma câmara de morte. Quando McCotter conheceu Abu Ghraib *pressentiu que a prisão tinha potencial.* Apesar de ter sido saqueada como todas as outras, a estrutura estava “boa” para ser reconstruída

Como demonstra Foucault (2012), a necessidade da reforma da prisão, não é um assunto moderno aos presídios, pelo contrário, é contemporâneo dos mesmos, já que a reforma das penitências implica sempre na busca pelo melhor aperfeiçoamento servil do corpo, ou seja, do homem que se encontra encarcerado na mesma. A prisão, pontua o respectivo filósofo francês, jamais se constitui como “uma instituição inerte” (FOUCAULT, 2012, p.221). É inclusive, um lugar de testes, de *experiências*, que a força dominante faz com os seus subordinados. A reforma de Abu Ghraib pelos americanos, colocou a prisão *em movimento* novamente e, com o mesmo propósito que outrora os ingleses a construíram: criar compartimentos em sua estrutura física responsáveis pela sujeição e instrumentalização do corpo desprovido de liberdade. Espaços estes,

conhecidos como alas 1A e 1B, destinadas unicamente para as práticas de abusos e torturas.

Foi assim, *quase* aleatoriamente, que Abu Ghraib fora a primeira prisão após a invasão americana a ser reconstruída. Já em terras estrangeiras, McCotter conseguiu estender um pouco mais o prazo de 30 dias iniciais dado pelo governo americano e, em um curto período de tempo, pode reformar, dada a necessidade urgente, dois blocos de celas da respectiva prisão. Mas pediu que sua equipe esboçasse planos mais ambiciosos para o presídio. Nos anseios pessoais do ex-diretor executivo penitenciário, ele almejava que Abu Ghraib, com o investimento necessário do governo e em um período curto de tempo, se tornasse o verdadeiro modelo de prisão norte americana.

Quando terminou a reforma dos dois primeiros blocos de cela, pediu ao governo americano outra liberação de verba que variava entre um milhão de dólares para reconstruir as alas de segurança máxima. Entretanto, apenas no segundo momento em que precisou liberar verba pública para os planos de reconstrução das penitenciárias do Iraque é que *o governo americano se preocupou em perguntar de qual penitenciária que se tratava a reforma.*

Ao serem informados que era Abu Ghraib, o governo hesitou recusar o pedido do orçamento de McCotter por um único motivo: o simbolismo perturbador que a prisão já possuía. Reconstruir esta prisão em específico, continha uma possibilidade muito grande de debilitar a imagem do país no exterior, aliás, era ali que Hussein e seus militares enforcaram e torturaram milhares de seres humanos. Entretanto, como o governo americano já havia liberado o dinheiro na primeira vez, e com a necessidade da situação, cancelar a reforma seria imprudente. Com isso, foi decidido que as obras de reconstrução de Abu Ghraib fossem continuadas e a verba foi liberada.

Abu Ghraib não havia inferido marcas apenas nos corpos daqueles que foram amargamente capturados pelo *bando* soberano do Estado que Saddam Hussein governava. As marcas das torturas também permaneceram entranhadas em sua estrutura e resistiam no imaginário popular mesmo após ter sido desmantelada e depois reconstruída pelo governo americano. Não havia lugar se quer, em seus 1,5 km de construção, que a linguagem da morte não estivesse visceralmente presente.

De acordo com Gourevitch & Morris (2008), o próprio McCotter já havia percebido a força simbólica e política de Abu Ghraib. Em grande parte, essa percepção só foi possível após ele ter sido pessoalmente procurado por quatro ex-detentos da respectiva prisão, cujo, pelo menos um membro de seus corpos, haviam sido mutilados durante o tempo de cativo. Sendo assim, os ex-cativos queriam de volta os ossos de suas mãos e de seus braços que haviam sido amputados em uma das várias sessões de torturas que haviam sofrido durante o regime de Saddam Hussein. A intensão dos ex-detentos eram recuperar os ossos de seu corpo, já que eles afirmavam saber onde estavam enterrados, para assim conseguirem dar um final digno aos mesmos.

Como mostra Gourevitch & Morris (2008), o encontro com estes ex-prisioneiros de Abu Ghraib, se configurou como algo muito perturbador para McCotter, que chegou a se questionar se realmente valeria a pena os esforços pela reconstrução da prisão. No entanto, a perturbação possibilitou que McCotter e sua equipe percebessem que Abu Ghraib carregava consigo uma intensa simbologia política, que poderia ser trabalhada em favor da armada norte-americana.

Assim, diante do embate simbólico, o ex-diretor penitenciário achou melhor lutar nos campos da linguagem: durante as últimas reformas da prisão, ele pediu que a empreiteira responsável pela obra isolasse do perímetro da penitenciária a antiga câmara de morte, construindo uma entrada para a mesma completamente separada do acesso à prisão. A intenção de McCotter era transformar o lugar em uma espécie de museu em homenagem às vítimas de Saddam Hussein. Assim, logo após concluir a reforma, a antiga câmara de morte fora “entregue” ao povo, como uma espécie de “homenagem” e “reconhecimento” norte americano ao sofrimento daqueles que ali, um dia, haviam padecidos.

Quatro meses depois da chegada da equipe estadunidense para a reconstrução do sistema prisional no Iraque, no dia 25 de agosto de 2003, McCotter e Deland cortaram a fita vermelha inaugural de Abu Ghraib. Foi um “grande” evento, tanto para o povo que morava na localidade, como para a imprensa internacional. As pessoas, que há muito viviam na extrema miséria, acompanhavam a inauguração, sem ter o direito de adentrar no complexo prisional, fascinadas com o tamanho e a riqueza da obra.

Já os jornalistas e outros convidados, cujo a entrada na prisão fora permitida, se depararam com um forte discurso dos americanos da “limpeza total” do lugar, ou seja, era como se após a reconstrução de Abu Ghraib, a mesma estivesse passado por um processo de purificação de toda a simbologia medonha que um dia fora parte integrante de sua estrutura. Tudo isso acompanhado pela música incessante da banda do Exército Americano, de risos de contentamento inconvenientes e de falsos apertos de mãos.

Não havia dúvidas: McCotter e sua equipe haviam proporcionado uma espécie de polimento à prisão, transformando-a na imagem da força-de-lei americana. A melhor descrição para Abu Ghraib era, por fim, o que Kafka havia dito, em sua novela *na colônia penal*, sobre a máquina que restelava no corpo dos condenados a sentença dos mesmos: aquilo era realmente *um aparelho singular*.

b) Discursos e performances: o presidente de “faro militar”

Quinta-feira, 1º de maio de 2003, Estados Unidos. George W. Bush, com apenas 2 meses de investida militar no Iraque, contra o que ele denominou de *guerra ao terror*, pronuncia um de seus discursos mais controversos sobre a guerra: o famoso discurso do *mission accomplished*. Tudo que compõe este pronunciamento de Bush parece, no mínimo, risório e absurdo. Cercado por câmeras de diversas emissoras de televisão, o então presidente americano chega *pilotando* um dos aviões de guerra da marinha americana na base naval denominada de *USS Abraham Lincoln*.

Com seu nome *adesivado* logo abaixo do para-brisa do avião e ocupando o assento de co-piloto da aeronave, em uma aparição completamente performática e televisionada, o então presidente, *fantasiado* de militar, chegou na Costa de San Diego, com o semblante risonho e descontraído, cumprimentando os militares que lá o aguardavam e correndo contra o tempo para trocar *a farda pelo terno* antes de proferir o discurso. Como pode ser visualizado na imagem a seguir:

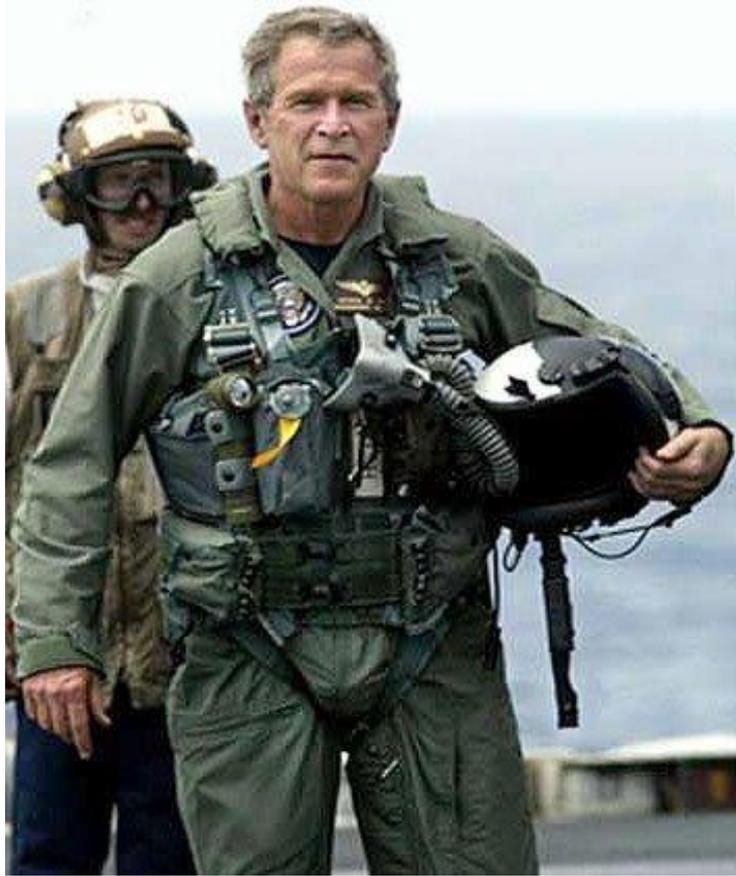


Figura 16 - Presidente Bush chega na base militar americana na costa de San Diego, com uniforme militar de piloto do exército. Fotografia desconhecido, 2003. Fonte: <https://www.ejumpcut.org/archive/jc53.2011/buxtonTxChnswMscr/4.html>

Quando instalado estrategicamente no púlpito, onde atrás do mesmo tremulava uma faixa enorme com as cores da bandeira americana e os dizeres “*missão cumprida*”, o seu semblante descontraído mudou para algo tristonho, como se estivesse implorando a piedade do povo. Em outras palavras, a expressão do presidente americano se tornou apelativa, como se o mesmo estivesse *triste e cansado pelo trabalho árduo que estava fazendo no Iraque*. Como mostra a fotografia abaixo:



Figura 17 – Presidente Bush faz o seu discurso na costa de San Diego, afirmando que as operações de combate no Iraque haviam se encerrado. Na faixa, ao fundo da fotografia, lê-se: “missão cumprida”. Fotógrafo desconhecido, 2003. Fonte: <https://www.dailymail.co.uk/news/article-1386784/Osama-Bin-Laden-dead-George-W-Bush-eating-souffle-Obama-rang.html>

Segundo Bush, “as maiores operações de combate no Iraque já haviam acabado. (...) E agora nossa coalização está engajada na segurança e na reconstrução do país”¹⁶. O presidente americano também falou que naquele momento, em 2003, os Estados Unidos eram mais seguros, uma vez que por conta do esforço dos militares, os tiranos no Iraque haviam caído e o respectivo país havia se tornado um lugar livre¹⁷. Com um discurso carregado de emoção, relembrou os grandes feitos americanos durante a Segunda Guerra Mundial, e mais especificamente o desembarque na Normandia na França e a árdua batalha de Iwo Jima, nas ilhas do pacífico, para alcançar o Japão. Todavia, o discurso não anunciava o fim da guerra, mesmo *com os dizeres de “missão cumprida” ao fundo da imagem do presidente, assim como também afirmado em seu discurso*. Ao final, Bush dizia que ainda era necessário encontrar os líderes do antigo regime, para responsabilizá-los por seus crimes:

¹⁶ No original: “major combat operations in Iraq have ended. (...) And now our coalition is engaged in securing and reconstructing that country”. FONTE: <https://genius.com/George-w-bush-mission-accomplished-speech-annotated>

¹⁷ No original: “(...) Because of you, our nation is more secure. Because of you, the tyrant has fallen, and Iraq is free”. FONTE: <https://genius.com/George-w-bush-mission-accomplished-speech-annotated>

Nós ainda temos trabalho duro para se fazer no Iraque. Nós estamos levando ordem a partes do respectivo país que ainda permanecem em perigo. Estamos buscando e encontrando líderes do antigo regime que serão responsabilizados por seus crimes (George Bush, discurso presidencial¹⁸).

O discurso engendrou uma imensa problemática: se as operações de combate mais importantes já haviam acabado, é difícil imaginar que ainda havia trabalho árduo para ser feito e principalmente a continuidade de uma condição de guerra no país estrangeiro. São afirmações, que dentro de uma situação de conflito armado, além de serem excludentes, faltam com respeito a própria população por serem descaradamente mentirosas. E como forma de fundamentar sua insistência na continuidade da guerra com o Iraque, o presidente voltou novamente ao assunto das armas de destruição em massa, que até então ainda não haviam sido encontradas. A justificativa, dada pelo presidente, para a permanência das tropas americanas em solo iraquiano, se conectava diretamente à necessidade de encontrar (e, em seguida, destruir) as tão perigosas armas de destruição em massa que foram o estopim para que a guerra acontecesse. Assim, retorno ao discurso de Bush:

Começamos a busca por armas químicas e biológicas escondidas, e já conhecemos centenas de lugares que serão investigados. Estamos ajudando a reconstruir o Iraque, onde o ditador construiu palácios para si mesmo, em vez de hospitais e escolas. (...) A transição da ditadura para a democracia levará tempo, mas vale a pena todo o esforço. Nossa coalizãõ permanecerá até que nosso trabalho esteja concluído. E então sairemos – e deixaremos um Iraque livre (George Bush, discurso presidencial¹⁹).

As inconsistências do discurso de Bush embaixo da faixa que dizia “*missão cumprida*”, enquanto o mesmo falava que a guerra permaneceria,

¹⁸ No original: “We have difficult work to do in Iraq. We are bringing order to parts of that country that remain dangerous. We are pursuing and finding leaders of the old regime, who will be held to account for their crimes”. FONTE: <https://genius.com/George-w-bush-mission-accomplished-speech-annotated>

¹⁹ No original: “We have begun the search for hidden chemical and biological weapons, and already know of hundreds of sites that will be investigated. We are helping to rebuild Iraq, where the dictator built palaces for himself, instead of hospitals and schools. And we will stand with the new leaders of Iraq as they establish a government of, by, and for the Iraqi people. The transition from dictatorship to democracy will take time, but it is worth every effort. Our coalition will stay until our work is done. And then we will leave — and we will leave behind a free Iraq”. FONTE: <https://genius.com/George-w-bush-mission-accomplished-speech-annotated>

resultaria em frutos perversos. Durante o primeiro esforço intenso de guerra no Iraque, conhecido como *blitzkrieg*²⁰, os estadunidenses e seus aliados respeitaram a Terceira Convenção de Genebra (na medida do possível) que assegura exatamente os direitos humanos dos prisioneiros de guerra.

Paradoxalmente, o discurso nominado “*missão cumprida*” no Iraque mostrava que a ocupação do Iraque estava longe de ter fim, assim como a própria guerra em curso. Em outras palavras, o discurso não colocava fim à guerra e muito menos as suas práticas violentas, ao contrário, mostrou-se como uma estratégia para estendê-la. Ainda no final de 2002, antes do discurso performático de Bush acima exposto, como mostra a investigação de Gourevitch & Morris (2008), o assessor do presidente, David Addington, cumprindo ordens do gabinete presidencial, liderou uma produção extensa de diversos tipos de memorandos internos que ignoravam todos os preceitos da jurisprudência internacional. Apoiando as causas de Bush, Addington afirmava que o presidente americano, em tempos de guerra, detinha total poder em decidir ou não, em cumprir as leis internacionais. Estes memorandos foram os primeiros passos para a legitimação do uso da tortura nas guerras que estavam sendo travadas pelos Estados Unidos na época, ou seja, servia tanto para o Iraque, como para o Afeganistão.

Na investigação jornalística de Scahill (2014), David Addington aparece, da mesma maneira que no trabalho de Gourevitch & Morris (2008), como uma liderança dentro do governo americano que tentava de todas as formas, provar para seus colegas de trabalho que o poder do executivo norte americano, era ilimitado. A diferença entre as investigações jornalísticas citadas anteriormente, é que o trabalho de Scahill se debruçou praticamente sobre todas as operações ilegais e clandestinas, que os Estados Unidos estiveram envolvidos nas conduções das guerras do Afeganistão e do Iraque, ao passo que Gourevitch e Morris investigaram unicamente os processos ilegais que estavam envolvidos com a prisão de Abu Ghraib, no Iraque.

²⁰ Expressão alemã que significa “guerra-relâmpago”, consiste em uma estratégia militar de nível operacional, ou seja, *prático*, onde utiliza-se forças móveis tanto terrestres como aéreas, podendo ser blindados ou aviões, em ataques rápidos e principalmente surpresas. O propósito da estratégia alemã, completamente difundida e aprimorada pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) é, além de ser um ataque extremamente violento e massivo, impedir que o inimigo ou as forças de resistência tenham tempo de se realocar ou contra-atacar.

Sendo assim, narra Scahill (2014) que os homens que se encontravam no poder na época que o governo americano declarou guerra contra o Afeganistão e depois contra o Iraque, decidiam juntos questões que iam muito além das guerras que estavam em curso: Addington e seus colegas estavam determinados a mudar a forma com que os Estados Unidos travavam suas guerras, assim como buscavam, a todo custo, maneiras legais que atribuir poder absoluto ao presidente. Exclamavam, pelos corredores da casa branca, cobertos de orgulho e prepotência, que a partir daquele momento, “*o mundo se tornaria um campo de batalha*” (SCAHILL, 2014, p.26).

Aliás, o mantra “*o mundo é um campo de batalha*”, também estava presente nos slides de PowerPoint apresentados nas reuniões de segurança do Estado. O vice-presidente americano na época dos fatos, Dick Cheney, e o secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, neoconservadores convictos, destacavam a necessidade de um *governo feito nas sombras*, que trabalhasse com grupos de direita e principalmente com a iniciativa privada. Inclusive juntos, Cheney e Rumsfeld, assim que ascenderam ao poder, passaram a pressionar o governo para a retirada da chancela americana no Estatuto de Roma, que preza pela legitimidade de um tribunal internacional de justiça. Uma estratégia de autodefesa, caso os planos dos mesmos de uma guerra sangrenta e desumana, viessem a apresentar *problemas* (SCAHILL, 2014, p. 32).

Ainda segundo Scahill (2014), desde o momento em que George W. Bush e equipe ascenderam ao poder, eles tentavam de todas as maneiras achar uma justificativa para invadir o Iraque, tinham pelo respectivo país, uma espécie de obsessão. E após o Onze de Setembro, trabalharam arduamente para encontrar uma mera partícula que ligasse o governo de Saddam Hussein com os respectivos atentados.

Logo depois do Onze de Setembro, a Casa Branca reuniu um grupo de advogados dos altos escalões do governo cuja missão seria justificar legalmente a tortura, o sequestro e o assassinato. O grupo, que se autodenominou “Conselho de Guerra”, era liderado por David Addington, assessor jurídico e conselheiro de longa data de Cheney e seu colaborador no “relatório minoritário²¹”

²¹ Não é respectivamente um relatório, mas sim a condução como um todo da Guerra contra o Terror de George W. Bush, justamente por defender ações *bélicas e preventivas*, com a justificativa de “deter” criminosos antes mesmo destes cometerem o crime. Slavoj Zizek satiriza

defendendo a operação Irã-contras²². (...) O grupo fora criado para produzir a justificativa legal de táticas empregadas numa guerra suja e secreta, e não para avaliar independentemente a legalidade dessas táticas. (...). Juntos, constituíam efetivamente uma operação global de assassinato e sequestro (SCAHILL, 2014, p.51)

Se é possível mencionar a comunicação interna do governo, por meio de memorandos que defendiam um recrudescimento por parte da armada norte-americana, é importante frisar que o mesmo foi feito até mesmo via documentos públicos, como um decreto presidencial assinado em novembro de 2002, em que George W. Bush afirmava que as Convenções de Genebra não seriam mais aplicadas aos prisioneiros da Al-Qaeda e do Talibã no Afeganistão, porque eles eram combatentes *fora-da-lei*, como demonstra a narrativa de Gourevitch e Morris (2008). Um problema maior ainda do que este, é que em pouco tempo esta determinação também chegou no Iraque fazendo com que qualquer tipo de resistência civil à invasão americana, sofresse da mesma restrição.

Com estas atitudes, tanto internas como externas, do governo norte americano, verifica-se a clara intenção deste, na época dos fatos, em não aderir as Convenções Internacionais, assim como outros amparos legais, que protegem a dignidade do ser humano. O ímpeto pelo assassinato gratuito de um povo, do qual George W. Bush não conseguir cunhar meios suficientes para culpar, encontrou forças nesta nova condição de humanidade que o governo americano acabava de agenciar: *o ser humano ilegal*.

Sendo assim, de uma hora para outra, como demonstra Gourevitch e Morris (2008), qualquer cidadão iraquiano ou afegão que confrontasse as forças militares americanas em seu país, seriam assiduamente considerados como

a situação e a analisa a partir do conto de Philip Dick que, inclusive, tem o mesmo nome que Scahill utiliza para referenciar as condutas preventivas americanas da época. Ver: ZIZEK. Slavoj. *Bem-vindo ao Deserto do Real*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

²² Em 1980, o governo Reagan estava financiando uma investida direitista na Nicarágua. O ponto principal deste apoio do governo estadunidense era o financiamento secreto aos grupos de esquadrão de morte, pagos para matar todos aqueles que fossem “contra” a insurgência direitista na Nicarágua. Em 1984, o Congresso americano proibiu o financiamento dos esquadrões de morte, fazendo com que um grupo de funcionários, defendendo os interesses de Ronald Reagan, iniciassem um plano clandestino para continuar arrecadando dinheiro para os mercenários da Nicarágua. Desrespeitando nitidamente o que fora firmado como lei pelo Congresso, mas com o apoio do presidente, o grupo começou a vender armas para o governo iraniano, violando, também, o embargo de armas vigente. Foi durante esta mesma insurgência que o presidente americano Reagan autorizou que minassem todos os portos da Nicarágua. Anos depois, a ação do então presidente levou os Estados Unidos para a julgamento na Corte Mundial, por uso ilegal de força. Ver: SCAHILL, Jeremy. *Guerras Sujas*. São Paulo: Companhia das letras, 2014.

combates ilegais, por isso estariam, conseqüentemente, *fora* de qualquer amparo legal a humanidade dos mesmos.

Após o discurso da “*missão cumprida*”, já citado, os prisioneiros de guerra feitos no Iraque permaneciam sem qualquer acesso à justiça ou a condições humanas de cárcere. Concomitante a esta situação, estes cativos foram rapidamente perdendo o status de prisioneiro de guerra e sendo enquadrados em uma nova categoria cunhada pelo Exército Americano, denominada de *detento de segurança*. Diante da amplitude dos tratados internacionais que zelam pela humanidade dos mais fracos, termos como *combatentes-fora-da-lei* e *detento de segurança* ajudavam a burlar a legislação internacional em prol dos Direitos Humanos que os EUA eram, inclusive, na época dos fatos, e permanecem sendo, signatários.

c) A “nova” Abu Ghraib (ou como o exército estadunidense realizou sua política de segurança no Iraque)

Era um fato consumado, que os Estados Unidos da América, que estavam em guerra contra o Iraque, usavam da “responsabilidade”, que haviam assumido publicamente, de “reconstruir” o respectivo país, prendendo seus antigos líderes (e mais especificamente Saddam Hussein) e capturando as supostas armas de destruição em massa que, depois de tanto tempo de invasão, ainda não tinham sido encontradas, como uma espécie de cortina de fumaça para travar uma guerra suja, levada até as últimas conseqüências. Para a condução de tais fatos, a reconstrução do sistema penitenciário e principalmente de um grande complexo prisional, mesmo que hesitando à princípio, como fora o caso de Abu Ghraib, era mais do que essencial.

Para que seja possível ler o contexto no qual a “nova” Abu Ghraib se inseriu, junto às práticas nada alinhadas com os direitos humanos da armada norte-americana, a entrevista que Gary Deland (que havia chegado ao Iraque junto com McCotter, com a responsabilidade de formar a polícia que cuidaria do novo sistema criminal do país) deu aos jornalistas Gourevitch & Morris (2008) é de fundamental importância. Nela, Deland demonstra que possuía uma noção, da então realidade da sociedade iraquiana, mais aprimorada do que McCotter principalmente sobre as imensas dificuldades que assolariam a armada

americana em seu projeto ambicioso de reconstrução do sistema de segurança pública, em um país composto por uma grande diversidade cultural interna e, por conta disso, profundamente fragmentado, e que possuía, e, ainda possui, lógicas completamente divergentes daquelas esperadas pela população estadunidense.

De acordo com Deland, assim que o exército americano pode contar com a reconstrução de Abu Ghraib, a instituição militar se sentiu mais confiante para prender aqueles que, em sua visão, estavam cometendo crimes. Não havia uma política declarada de como realizar as apreensões e nem de quais crimes (na perspectiva euroamericana) deveriam ser combatidos e quais deveriam ser desconsiderados. Com isso, os membros da invasão americana não sabiam como agir e acabavam prendendo “todo mundo”.

Deland expressa na entrevista concedida aos jornalistas citados anteriormente, que considerava esta ação da polícia militar do exército como um *desperdício de recursos*, pois resultou em um aprisionamento em massa de grande parte da população iraquiana, sem que houvesse um trabalho investigativo de peso para encontrar as antigas lideranças políticas do país, assim como os verdadeiros insurgentes que lutavam contra os americanos sem qualquer tipo de respeito as convenções internacionais de direitos humanos.

Ainda como aponta Deland em sua entrevista, os policiais prendiam qualquer pessoa que estivesse armada e/ou atirando, pois, atirar sem propósito em área com circulação de pessoas e não possuir porte de armar *é crime nos EUA*. Ao fazerem isso, desconsideravam que diversos grupos iraquianos realizavam suas comemorações fazendo salva de tiros, ou utilizavam suas armas para tarefas domésticas, como a caça, por exemplo. Outra situação reportada, referia-se ao fato de que, caso um homem suspeito fosse preso e, ele estivesse, no momento da prisão, acompanhado de qualquer filho seu, que fosse maior de quatorze anos, *o adolescente ia preso junto com o pai*. Esses exemplos são suficientes para entender que as pessoas estavam sendo presas tão facilmente que, a ainda pequena burocracia prisional, instituída no Iraque, não conseguia, depois, achar uma forma de libertá-las. Com isso, todos permaneciam em cárcere, sob a alegação de que aqueles indivíduos tinham *valor de informação*.

A partir deste momento reconstruir o sistema criminal iraquiano passou a ser uma atividade secundária, diante da ânsia de construir e reformar prisões

e prender todo mundo que fosse possível. Em sua entrevista para Gourevitch e Morris, Deland discutiu a complexidade de pôr em prática o que o governo americano estava almejando, por se tratar de um serviço extremamente delicado que envolvia mudar a cultura de um país inteiro. Para ele, o governo americano não tinha ideia do tamanho do problema com o qual estava lidando quando decidiu que queria criar um sistema criminal e penitenciário feito à sua imagem e semelhança para uma cultura completamente divergente da sua.

Enquanto o governo estadunidense via apenas um Iraque, Deland via vários. Com o desmanche do sistema penitenciário iraquiano por Saddam Hussein no final de 2002, todas as diferenças culturais entre as várias comunidades que compunham o Iraque vieram à tona. Durante o regime de Hussein as discrepâncias religiosas e culturais eram brutalmente silenciadas com tortura, massacres e uso desenfreado do poder. E, naquela circunstância, os conflitos entre as diversas comunidades se encontravam à flor da pele.

Em Washington, ignorava-se a situação caótica que havia sido instaurada no Iraque, enquanto que o projeto ambicioso de construir um sistema criminal e penitenciário, assim como reparar toda a segurança pública no respectivo país, aos moldes americanos, era justificado como sendo a ação capaz de conseguir devolver liberdade a uma país que se afundava em violência. Todavia, em solo iraquiano, os grandes líderes americanos preocupavam-se mais em construir prisões, em detrimento de realizar a fundamentação de um sistema legal civil apropriado.

A partir de agosto de 2003, a “nova” Abu Ghraib passou a ser dirigida pela capitã Carolyn Wood, que defendia assiduamente a nova perspectiva sobre o tratamento de prisioneiros de guerra, tanto no Iraque como no Afeganistão, que havia sido deflagrada pelo presidente George Bush e seus especialistas. A capitã, inclusive, só foi escolhida para ocupar tal posto devido a sua lealdade ao novo sistema, como também por ser a responsável pela implementação em totalidade do mesmo em suas atuações militares no Afeganistão.

No curto período que atuou na base aérea de Bagram (no Afeganistão), Carolyn Wood, então primeiro-tenente do exército, já adotara em seus métodos de interrogatório as novas configurações do que o governo americano compreendia por “direito” e “prisioneiro de guerra”. Concomitante as novas percepções americanas sobre a humanidade (ou a “não humanidade” daqueles

denominados de “fora da lei”), Wood fazia com que seus prisioneiros falassem depois de serem submetidos a uma gama de procedimentos, como por exemplo: solitária por trinta dias, nudez e acorrentamento, permanecer por muitas horas em posições extremamente dolorosas e estressantes, completa privação sensorial e exposição a cães ameaçadores para causar medo.

Durante a passagem de um mês de Wood no Afeganistão, três prisioneiros foram surrados até a morte. A autópsia realizada pelo próprio exército estadunidense apontou homicídio. Em dois, dos três corpos que passaram pela perícia, o exame apontou que caso os prisioneiros sobrevivessem, seria necessário que eles tivessem suas pernas amputadas, devido a severidade da violência a que foram expostos. Mais tarde, fora descoberto que um dos três homens assassinados em Bagram, sob a vistoria da Primeira-Tenente Wood, era inocente quanto às acusações que lhe foram feitas. Dado o laudo das autópsias, o exército americano abriu uma sindicância sobre os acontecimentos em Bagram e ficou comprovado que o abuso da violência dos militares para com os prisioneiros era corriqueiro (GOUREVITCH & MORRIS, 2008).

Entretanto, em vez de ser punida por seus crimes, Carolyn Wood foi promovida de primeiro-tenente para capitã, além de ganhar uma estrela de bronze pelo serviço prestado no Afeganistão. Considerada como militar modelo, foi transferida para Abu Ghraib, com o propósito de fazer no recém-reconstruído complexo penitenciário, o que havia feito em seu trabalho anterior.

Ao chegar na prisão modelo americana no Iraque, e ser direcionada para comandar as operações de interrogatório, Wood, inspirada pelas novas perspectivas americanas sobre o tratamento de prisioneiros de guerra, decidiu, *por conta própria (e em momento nenhum foi freada ou se quer questionada sobre)* que o manual de campo do exército e de inteligência e interrogatório, que havia sido atualizado pela última vez em 1992, era completamente obsoleto, tornando-se necessário pensar em “novos” métodos que convinhas com a, nas palavras da capitã, “*mentalidade árabe*” (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, p.57).

A decisão da capitã Wood e principalmente o seu argumento problemático sobre “uma mentalidade árabe”, exemplifica a discussão de Edward Said acerca das relações assimétricas de poder entre Oriente e Ocidente, respectivamente o que o autor denomina de orientalismo. Termo que

Said usa para analisar as relações de poder entre os dois hemisférios em questão, e que se fundamenta justamente como uma visão política, que sempre salienta a diferença entre "nós" (ocidentais, familiar) e o estranho (Oriente, "eles"). Além do mais, o orientalismo acaba servindo como uma espécie de afirmador da identidade euroamericana.

Outra característica marcante do orientalismo e que, por conseguinte, faz parte do posicionamento da oficial americana, é a questão do "especialista", que está sempre a cargo de fazer as *traduções imediatas* do simples e, muitas vezes considerado irracional, *material oriental* para uma substância "aproveitável", ou seja, traduzi-lo para a *complexidade* do pensamento ocidental, onde o oriental se torna uma raça inferior, com uma "mentalidade" descartável e tudo a serviço do aprimoramento da autoridade da pátria que *se faz mãe*, como demonstra Edward Said (1996).

Diante de distinções tão desumanas entre "nós" e "eles", que inclusive estão imersas em profundas e complexas relações de poder, pode-se dizer que é humanamente impossível sobreviver ileso a estas separações. A orientalização do oriental pelo especialista, alimenta ainda mais o que Said (1996) chama de *geografia imaginativa*. O que, em síntese, implica em uma prática universal de designar abstratamente um espaço familiar que é "nosso" e um espaço desconhecido além do "nosso", como "deles".

Desta forma, a *geografia imaginativa* é um modo de fazer distinções geográficas que são completamente arbitrárias. Uso a palavra "arbitrário", porque a prática da mesma percorre dicotomias como "*nossa terra*" e "*terra bárbara*", e em momento algum procuram a opinião dos tais "bárbaros" para reconheçam tal distinção. Por fim, as fronteiras geográficas criadas neste processo, expandem-se para separações sociais, culturais, linguísticas e étnicas, de uma forma "completamente previsível" (SAID, 1996, pág. 64).

Com Carolyn Wood à frente de Abu Ghraib, a autoconclamada *guerra contra o terror*, na qual as Convenções de Direitos Humanos e especialmente a Convenção de Genebra não mais se aplicavam. A prisão transformou-se rapidamente em um depósito de seres humanos que eram brutalmente acusados de crimes de guerra pelos Estados Unidos e facilmente declarados pela inteligência americana como prisioneiros de segurança máxima. Pode-se afirmar, portanto, que tão logo Abu Ghraib foi reconstruída e passou a ser

coordenada por militares que pactuavam sem problema algum com as novas medidas do governo americano, a mesma voltou a ser uma *espécie de limbo do ordenamento jurídico vigente*, onde a lei passou a ser força de violência. Recomeçando, desta forma, as duras práticas de tortura e morte gratuita em seu interior, porém, desta vez, geridas pelo exército estadunidense.

Sob o comando estadunidense, a prisão de Abu Ghraib era mantida sob as ordens da inteligência militar, mas cabe dizer que essas ordens não advinham do Departamento de Defesa (dos Estados Unidos), como seria a praxe, e sim do Departamento do Interior (que geralmente cuida de questões culturais e ambientais do país e não de guerras). Essa subordinação a outro Departamento, diferente do usual, não era fruto de simples confusão. Tratava-se, na verdade, de uma estratégia criada com o propósito de evitar qualquer tipo de evidência de “crime de guerra” potencialmente problemática (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 240).

Da forma como foi organizada, a inteligência militar ficava (burocrática e legalmente) imune em relação às práticas empreendidas no Iraque, a partir dos *novos métodos* de interrogatório implementados por Carolyn Wood em Abu Ghraib. Caso contrário, *os novos métodos* precisariam ser aprovados no Pentágono, envolvendo muitos atores políticos que não desejavam se comprometer ou mesmo se opunham a essas práticas. Em consonância com os fatos acima, os interrogatórios não aconteciam durante o horário comercial em Abu Ghraib: ao contrário disso, eles ocorriam durante a noite por um período de doze horas iniciados às 20h, todos os dias.

Além do mais, como apontam Gourevitch e Morris (2008), as regras de interrogatório no Iraque, nunca foram regras propriamente ditas. Na realidade, eram uma espécie de mera conjuntura facilmente manipulável, além de serem assustadoramente mais convidativas à exceção do que a prescrição. Em setembro de 2003, Abu Ghraib comportava uma população carcerária de cerca de três mil pessoas, dez vezes maior do que a população que estava na prisão em junho do mesmo ano, quando Carolyn Wood ainda não havia chegado ao Iraque. O crescimento da população prisional era aterrorizante e enfraquecia cada vez mais as estruturas legais da prisão (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 75).

Em outubro de 2003 – exatamente um ano após o início dos conflitos entre Bush e o recém reeleito governo iraquiano, que culminou no desmanche penitenciário do Iraque por Hussein e na invasão norte-americana –, a sargento-especialista Sabrina Harman chegou em Abu Ghraib com a cabeça empalhada de seu gato. Segundo Gourevitch e Morris (2008), Harman se sentia afeiçoada por fotografias com características forenses. Gostava de olhar diretamente para aquilo que as demais pessoas faziam questão de desviar seus olhos. Ao mesmo tempo em que comprava roupas e comidas para crianças carentes no Iraque, Harman pedia para que seus colegas militares a fotografassem fazendo pose ao lado de cadáveres mutilados.

Sabrina Harman é uma figura chave na história dos abusos e das torturas que aconteceram dentro da Abu Ghraib americana, já que uma grande parte das fotos que vazaram na imprensa internacional e que mostravam explicitamente as práticas de tortura dentro da prisão foram de sua autoria. Suas fotografias, contudo, não indicavam um intuito indiciário e denunciativo, uma vez que Harman também aparecia na composição das imagens, como uma das várias pessoas responsáveis pelas torturas.

Nas cartas que Harman enviou a sua esposa durante os meses em que serviu no Iraque (e que foram usadas para compor a história de guerra narrada por Gourevitch e Morris [2008]), a soldado especialista narra as práticas de tortura para a sua conjugue e dizia que elas “*eram engraçadas, mas ela não considerava cruel*”²³. Em outra carta, ela narrou o momento em que soldados da inteligência militar americana ordenaram aos policiais do exército que eles colocassem nas cabeças dos prisioneiros sacos ensopados de molho picante, como procedimento para conseguir depoimentos com as informações

²³ Fragmento original da carta de Sabrina para sua esposa Kelly usada no texto e que faz parte do livro de Gourevitch e Morris: “Os prisioneiros que temos vão desde roubo até assassinato de soldado dos Estados Unidos. Até a Cruz Vermelha chegar tínhamos prisioneiros que a Inteligência Militar fazia usar calcinhas na tentativa de fazê-los falar. *Era bem engraçado, mas eles dizem que é “cruel”. Eu não acho*”. (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 135). O uso das calcinhas como *parte do Procedimento Operacional Padrão* para interrogar os detidos em Abu Ghraib, que Sabrina cita em sua carta, consistia em levar os mesmos para as salas de interrogatório, completamente nus, geralmente com as mãos amarradas para trás e sempre com uma calcinha que cobria a sua cabeça. Devido ao puritanismo religioso do povo iraquiano, em assuntos íntimos ou de cunho sexual, os interrogadores americanos usavam de tal prática como uma forma de humilha-los e constrange-los o máximo possível. Para maiores detalhes das práticas de tortura ver: GOUREVITCH, Philip; MORRIS, Errol: *Procedimento Operacional Padrão: uma história de guerra*. São Paulo: companhia das letras, 2008.

desejadas. Sobre esse fato, Harman escreveu que *achava errada* a respectiva prática, embora entendesse que *estes homens* [os prisioneiros] *tinham informações*, e a nova prática adotada pelos policiais do exército estavam *apenas os instigando a falar*²⁴.

Algum tempo depois e com outro tom, Sabrina escreveu outra carta à sua cônjuge. Nela, a sargento-especialista dizia estar perturbada com as situações de violência vivenciadas corriqueiramente e afirmou que *iria fotografar as práticas para depois mostrar para o mundo quem realmente os Estados Unidos eram*²⁵. Além do mais, Harman demonstra ter consciência que os abusos que a inteligência militar estava legitimando no Iraque acabaria, a curto prazo, transformando todos os detidos em Abu Ghraib (mesmo aqueles que não tinham acusações suficientes para permanecer presos e que eram terrivelmente torturados todos os dias) em futuros terroristas.

Harman estava em uma situação paradoxal em vários aspectos. Primeiro porque a sua função em Abu Ghraib era de polícia, de forma que ela estava completamente subordinada ao que era exigido pela Inteligência Militar. E segundo, porque as cartas mostram que a sua afetação diante das práticas de tortura, das quais ela também participou, eram casuais. Além de mostrarem que Harman vivia uma situação com mesclas de solidariedade, crueldade, excitação, desespero, autocrítica, autojustificativa e até empatia em relação à população iraquiana.

Um fato é intrigante na história dos abusos em Abu Ghraib no Iraque: os primeiros nomes a aparecerem na imprensa internacional foram os nomes das soldadas envolvidas. A cadeia de comando que instaurou o horror no Iraque através do seu Procedimento Operacional Padrão (exceto Carolyn Wood que fora descoberta, e por conseguinte fazia parte da cadeia de comando, mas que novamente era uma mulher) que a bem da verdade não obedecia a regra

²⁴ Fragmento original da correspondência diz: “Um saco foi posto na cabeça deles, ensopado de molho picante. Concordo, isso é errado, mas esses homens têm informações, estamos tentando fazê-los falar, só isso, não fazemos isso com todos os prisioneiros, só com os poucos que temos, uns trinta ou quarenta, não muito” (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 137).

²⁵ No original: “A única razão pela qual quero estar ali é para poder tirar fotos e provar que os Estados Unidos não são o que pensam. Mas não sei se eu seguro esta barra mentalmente. (...). Estas pessoas vão ser os nossos futuros terroristas. Kelly, isso é horrível e você sabe como isso está fazendo mal para a minha cabeça. Os dois lados de mim mesma acham que isso é errado. Eu pensava que podia aguentar qualquer coisa. Estava errada” (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 138).

nenhuma, nem sequer teve seus nomes descobertos. Em parte, isso se deve a um simples procedimento, demasiadamente comum dentro dos blocos de tortura em Abu Ghraib: os oficiais da inteligência usavam seus uniformes “maquiados”, ou seja, estes não continham seus nomes, divisões e muito menos patente militar. Logo, quem autorizava e comandava a realização das torturas *não tinha nome*. Nessa perspectiva, não era de se esperar que os soldados subordinados ou mesmo os presos tivessem a mínima coragem para identificar os rostos desses homens e mulheres, que eram a bruta encarnação dos Estados Unidos na guerra.

Do outro lado, maquiar fardas permitiam que os mercenários contratados pelo governo americano se infiltrassem nas Forças Armadas como se realmente fossem militares, ganhando mais do que os próprios funcionários públicos. Uma conduta suja para o Estado que afirmou que não seguiria mais as Convenções de Genebra porque os militares afegãos e iraquianos eram *ilegais*. Desta forma, as torturas que ocorreram em Abu Ghraib mostraram, que mesmo quando a cadeia de comando cai, os homens, e neste momento me refiro ao gênero masculino, permanecem seguros.

Outro fator que colocou várias mulheres diante das fotos que denunciaram as torturas em Abu Ghraib consiste no fato de que as soldadas eram usadas, como pontua Gourevitch e Morris (2008), *da mesma forma que os cães nos blocos de tortura*: para intimidar e envergonhar os prisioneiros. Os policiais do exército haviam recebido uma mera conscientização cultural do Exército Americano acerca da cultura iraquiana. A conscientização serviu para endossar as práticas de torturas junto aos atos de abusos, dado o puritanismo sexual dos homens árabes, principalmente pela sua aversão de ficarem nus em público, especialmente diante de mulheres. Com isso, os atos de violência passaram a ser ainda mais pungentes (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 140).

Com a permanência americana no Iraque, o país árabe inteiro ruía devido à violência *importada*. As inseguranças que Sabrina Harman demonstrou em sua correspondência pessoal, da qual citei anteriormente, como por exemplo, o ingresso de pessoas que haviam sido torturadas em Abu Ghraib e depois (eram raros os casos) soltas pelo exército americano, nas fileiras armadas dos terroristas ou dos insurgentes, realmente passou a acontecer. A Abu Ghraib

americana começou a despertar uma espécie de ódio tanto na população que havia ao redor, como dos insurgentes ou dos terroristas, devido a suas práticas cruéis e injustas. Sendo assim, as pessoas que haviam sofrido gratuitamente durante a sua passagem pela respectiva prisão, passaram a integrar a resistência contra os americanos por pura vingança. Em pouco tempo depois de ser inaugurada, Abu Ghraib passou a ser a localidade mais atacada, seja por terroristas ou por insurgentes, em todo o Iraque.

d) As reações iraquianas e mundiais à “nova Abu Ghraib”

Ataques de morteiros contra a prisão, feitos por iraquianos, aconteciam todos os dias, durante o último Azan para a prática do Salah, isto é, durante um momento ritual, de extrema importância para os muçulmanos. Todos os dias, os muçulmanos devem fazer cinco orações, estando direcionados à Meca. O Azan é justamente o chamado feito pelo Muezim para que a população islâmica faça suas orações. O chamado é proferido por um poeta através de autofalantes que ficam espalhados estrategicamente pelas cidades árabes.

Certa vez, quando estava ao telefone com um amigo afegão, pude ouvir o primeiro Azan para as orações diárias. A comoção que senti ao ouvir o chamado, que por mim já era compreendido como uma forma de prece, fez com que eu solicitasse a meu amigo que ele transcrevesse em árabe e em língua inglesa o que o poeta dizia, ou, de acordo com minha escuta, cantava. Assim, transcrevo abaixo a versão em árabe de um Azan que foi por mim escutado e sua tradução para língua portuguesa, possível apenas porque meu amigo afegão Abdul Naweed Yousuff fez o que lhe solicitei. Eu mesma fiz a versão do chamado em língua portuguesa, mesmo sabendo de todos os problemas envolvidos no processo tradutório quando é referido às orações e demais textos que utilizam as palavras sagradas do Corão:

“Allahu Akbar Ash-hadu an-la ilaha illallah Ash-hadu anna Muhammadan rasulullah Hayya ‘alas-salah Hayya ‘alal-falah As-salutu khayru min an-naum Allahu Akbar La ilaha illallah”.

“Deus é o maior, testemunho que não é outra divindade além de Deus. Testemunho que Maomé é o mensageiro de Deus. Venha para a oração. Venha para a salvação. A oração é melhor que o sono. Deus é o maior. Não há outra divindade além de Deus”.

Mesmo sabendo que eu não posso usar esse exemplo como sendo exatamente o tipo de chamado executado no Iraque, acredito que incluí-lo no texto é interessante na medida em que dá o tom da importância deste momento, que passou a ser, na época da invasão estadunidense no Iraque, também um momento de resistência armada contra as práticas de tortura em Abu Ghraib.

Desta forma, bombardear uma prisão que era o símbolo da opressão americana no Iraque em um horário tão importante para os muçulmanos como este é algo imbuído de grandes significados. Os insurgentes lutavam durante o último chamado como uma maneira de mostrar que, apesar da assimetria de forças, eles resistiriam e fariam do momento da oração o símbolo da sua resistência.

Enquanto isso, novas unidades de combate recém-chegadas dos Estados Unidos se transformavam em policiais do Exército sem qualquer tipo de treinamento acerca de internamento e reassentamento de prisioneiros. As pessoas continuavam sendo presas sem nenhum tipo de acusação enquanto seus familiares definhando em dificuldades financeiras entravam para a resistência armada. Entretanto, o contingente capacitado de militares da inteligência não crescia na mesma proporção que a população carcerária. Por isso fazia-se necessária a inserção de mercenários em postos militares.

Como demonstra Gourevitch e Morris (2008), no início de outubro de 2003, a Comissão Internacional da Cruz Vermelha visitou o presídio de Abu Ghraib no Iraque. A inteligência militar americana foi severamente advertida verbalmente sobre a condição dos presos no complexo penitenciário. Os delegados da comissão relataram que os oficiais da inteligência não deixaram que eles entrevistassem os detidos a sós. Além do mais, os delegados foram proibidos de terem qualquer tipo de acesso aos presos das alas onde as torturas mais ocorriam. Quando questionados sobre a condição dos prisioneiros pela Cruz Vermelha, os oficiais de inteligência *responderam que aquele era o Procedimento Operacional Padrão da Polícia do Exército.*

A regra de conduta dos procedimentos militares no país era justamente a ausência da mesma. Além do mais, havia presos que não recebiam números de identificação: ninguém sabia seus nomes, eles chegavam e desapareciam sem deixar rastros. Da mesma forma, a existência destes presos dentro de Abu Ghraib não podia aparecer em nenhum tipo de documento oficial do governo. E durante as vistorias da Cruz Vermelha estes prisioneiros fantasmas eram escondidos.

Tudo isso acontecia como se fosse um grande teatro, uma encenação de que o exército estadunidense estava sendo vigiado por organismos internacionais supra jurídicos como a Cruz Vermelha e as Nações Unidas. Entretanto, o que acontecia para além da performance midiática era deveras constrangedor, uma vez que revelava a impotência desses organismos em advertir verdadeiramente os Estados Unidos da América, denunciando, inclusive suas ações criminosas de guerra. Logicamente, não deve ter sido fácil e nem agradável aos membros da Cruz Vermelha que visitavam Abu Ghraib, mas a potência econômica e política dos EUA colocava severos limites à atuação desses “fiscais”. Tanto isso é verdade que os relatórios sobre os abusos e torturas realizados em Abu Ghraib foram feitos, mas eram sigilosamente entregues somente aos membros do alto escalão da própria Inteligência americana, de forma a não alarmar a imprensa internacional ou causar qualquer desconforto ao exército ou ao governo de Bush (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 206).

É verdade que a conduta da Cruz Vermelha tende a ser a de encobrir os crimes de guerra cometidos pelo poder hegemônico. Apesar de realizar as vistorias, os relatórios que são resultados dessas visitas quase nunca vêm a público, ficando geralmente nas mãos de quem já sabe e inclusive muitas vezes coordena as violações graves de conduta. Além do caso acima relatado, no qual as violações à Convenção de Genebra são apontadas, embora mantidas em sigilo, quando esse mesmo organismo internacional vistoriou os campos de concentração da Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra Mundial, os resultados do processo foram também apenas partilhados com os nazistas, ou seja, entre os próprios carrascos (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 206).

Em 13 de janeiro de 2004, a situação descontrolada da Abu Ghraib americana, encaminhou-se finalmente para o seu “fim”, entrando em mais uma

crise: com a finalidade (ou a esperança) de ser uma forma de tornar público o que ocorria na respectiva prisão, o especialista militar Joe Darby entregou as fotos que delatavam todo o processo de barbárie e desumanização realizada pela Polícia do Exército durante os últimos anos dentro do respectivo complexo penitenciário, para os seus superiores em uma tentativa de *insinuar* que todos os militares que trabalhavam na prisão, assim como a imprensa, já tinham conhecimento das ações que ocorriam no presídio. Este poderia ser um ponto de inflexão na história da infâmia prisão americana localizada próxima a Bagdá. Momento propício para cunhar heróis, fazer grandes descobertas e proporcionar estarecimento no público.

Mais uma vez, o inverso aconteceu e comprovou que as Guerras de George W. Bush eram pobres de heróis. As entrevistas de Philip Gourevitch e Errol Morris com os Policiais do Exército que estavam envolvidos nos atos de tortura e barbárie apontam que Darby só denunciou seus colegas porque esta era a última tentativa que ele tinha em sair do Iraque com um trunfo nas mãos. As práticas de tortura visíveis nos registros fotográficos não eram novidade alguma para Darby, que ficou com elas por quinze dias após recebe-las, provavelmente calculando a forma de melhor utilizá-las.

Darby decidiu usar as fotos como comprovação das práticas cotidianas de violação aos Direitos Humanos em uma delação que fez ao agente especial Tyler Pieron, do Comando de Investigações Criminais do Exército. Entretanto, nem o relato de Darby e nem os registros fotográficos causaram o impacto esperado pelo delator. Isso ocorreu porque Tyler Pieron ao mesmo tempo conhecia muito bem a situação e também corroborava com ela, de forma que ele nunca havia se preocupado com a conduta dos militares envolvidos ou feito qualquer objeção em relação ao comportamento dos mesmos; ao contrário disso, Pieron já tinha expressado, em determinados casos, a sua aprovação e o seu encorajamento à tortura (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 288).

Mesmo com a recepção pouco preocupada do material por Pieron, as imagens que Darby detinha cumpriram a missão de circular rapidamente dentro do próprio presídio, de modo a evidenciar que havia provas das práticas comuns e cotidianas de tortura. Como efeito, os Policiais do Exército, Pieron e outros agentes da Inteligência Militar permaneceram em silêncio e afastaram prontamente todos aqueles que estavam diretamente envolvidos nos registros

imagéticos: Megan Ambuhl, Lynndie England, Sabrina Harman, Ivan Frederick, Charles Graner, Javal Davids e Jeremy Sivits.

Apenas três dias após a delação de Darby, o coronel Thomas Pappas que era nesse momento responsável pelo presídio (já que Carolyn Wood havia sido transferida novamente para outra base militar americana no Oriente Médio), resolveu agir para que ninguém mais se sentisse no direito de fazer o que Darby havia feito (e que foi internamente interpretado como uma forma de chantagem). Para isso, ele espalhou caixas da “anistia” por todo o presídio e “pediu” para que os militares que possuíssem arquivos com imagens ou vídeos dos detentos, principalmente em situações de abuso e tortura, assim como outros materiais como álcool e pornografia, depositassem tudo nestas respectivas caixas. Todos, com isso, seriam perdoados pelos seus crimes.

Entretanto, a inteligência deixou mais do que entendido de que as caixas precisavam permanecer vazias e que todos os materiais proibidos precisavam ser eliminados de outras formas. Sabrina Harman narra em sua entrevista a Gourevitch e Morris (2008, p. 292) que naquela noite nunca houve tanto fogo em Abu Ghraib. Aquele foi o aval dado pelo alto comando que geria a prisão para que seus soldados destruíssem qualquer prova que incriminassem tanto a si mesmos, como ao próprio governo americano. Infelizmente aos que já haviam sido pegos, como os sete policiais do exército citados anteriormente, não restava mais nada além do aguardar as decisões do Alto Comando.

Após as caixas da anistia de Pappas, houve uma investigação sobre as denúncias de tortura realizada pelo próprio Exército estadunidense, que enviou a Abu Ghraib o major general Antonio Mario Taguba como responsável. Em seu relatório Taguba argumenta pela necessidade de que os oficiais da Inteligência Militar também fossem responsabilizados pelos atos, junto aos sete policiais do exército já citados anteriormente, assim como os interrogadores civis que compunham a equipe. O Coronel Pappas também fora apontado no relatório por seus atos criminosos: os apontamentos de Taguba pedia a responsabilização imediata de Pappas pela sua atitude em destruir provas. Por mais que esse relatório mostra que havia pessoas no próprio exército que discordavam das práticas corriqueiras de tortura em Abu Ghraib, não houve punição aos responsáveis, visto que as recomendações de Taguba foram completamente ignoradas (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, pág. 309).

Como mostra a investigação jornalística de Gourevitch e Morris (2008), os sete militares citados anteriormente tiveram suas patentes rebaixadas e foram expulsos do Exército Americano, além de terem que passar, cada um com seu caso específico, uma quantia de anos na prisão. O Coronel Pappas recebeu apenas uma multa pela autorização de cães sem focinheira para amedrontar detentos. Entretanto, nem se quer uma única palavra foi dita sobre o seu ato de destruição de provas sobre os crimes ocorridos dentro de Abu Ghraib.

As sentenças dadas aos Policiais do Exército variam entre abusos, conspiração, descumprimento do dever e atos indecentes. Ninguém foi culpado por tortura, crimes de guerra, violação das Convenções de Genebra, assassinar prisioneiros em estado de plena vulnerabilidade sem chance alguma de defesa. Em síntese, os policiais do exército não foram condenados pelas práticas desumanas que praticaram, mas sim por terem fotografado e levantado provas das desumanidades cometidas pela Alto Escalão de Abu Ghraib e do governo americano.

e) O prisma analítico e os dispositivos de tortura

A ficção kafkiana exprime com maestria a máxima de que *a tortura é um anúncio da realidade mais contemporânea*. Kafka escreveu seu famoso texto “A colônia penal” em 1914. Nele as práticas de tortura eram realizadas de forma a marcar profundamente, na memória corporal do detento, o crime que ele havia cometido. No texto de Kafka, os prisioneiros não sabem do que são acusados, ninguém diz expressamente a eles o que ocorre. A única forma de comunicação entre o detento e a lei se dá por meio de uma máquina que “imprime” o crime cometido nas costas do indivíduo detido, até que o mesmo chegue a compreender qual foi seu delito. Um pouco menos de noventa anos separam o conto do autor tcheco e o início das práticas violentas de tortura realizadas pelo exército norte-americano em Abu Ghraib, mesmo assim poucos textos dialogam tão bem com a experiência da tortura como forma de subjetivação como o escrito por Kafka.

A máquina de tortura e morte que se tornou Abu Ghraib não é em nada diferente do aparelho singular descrito por Kafka. Ambos possuidores de uma tremenda eficácia em desumanizar, torturar e depois assassinar. O aparelho de

tortura, que é o epicentro da novela kafkiana, extermina qualquer menção de humanidade a aqueles que a seus rastelos são impelidos.

As fotografias de Abu Ghraib podem desenquadrar a participação primordial que o Estado teve nas sessões de tortura, ao produzir atos de tamanha bestialidade, mas a novela de Kafka não, pois não nos permite imaginar que uma colônia inteira fora fundamentada, equipada e legalizada apenas por um grupo de militares. Diante das fotos de Abu Ghraib, a novela de Kafka nos mostra muito mais as profundas entranhas decisórias do Estado. Além do mais, tanto a colônia penal descrita por Kafka, como o complexo penitenciário de Abu Ghraib não podem ser compreendidos como meros presídios. São genuinamente restos de campos de concentração, onde a lei não vigora, onde o extermínio ocorre livremente. São lugares conhecidos por transformar em regra o que conhecemos por exceção.

E como não comparar os policiais do exército, que mesmo condenados e expulsos da instituição militar por seus crimes, ainda não viam nada de errado com seus comportamentos desumanos no Iraque, ao militar kafkiano? A mesma situação se repete ao militar louco da narrativa de Kafka que insiste na decência da tortura e no decoro da máquina, defendendo a mesma com uma apaixonada devoção. Ao militar de Kafka, apresento um dos vários exemplos de militar do meu tempo: aquele que se fotografa com os polegares para cima com o rosto irradiando felicidade e descontração ao lado do corpo de um homem torturado e assassinado.

Da mesma forma que os detentos de Abu Ghraib não conheciam seus crimes e nem o motivo pelo qual estavam, além de presos, sendo torturados, os condenados ao aparelho de tortura da colônia penal também não sabiam. E em ambos os casos são suas carnes que receberam a sentença escrita dos crimes que nem imaginavam que haviam cometido.

“A culpa é indubitável”, afirma o militar que junto com o Estado e as demais instituições deste, sustenta um estado de polícia e preservam uma zona de indistinção entre direito e barbárie. No fim da novela se descobre o crime que levou o condenado para a tortura: dormiu em seu posto e descumpriu o seu dever de prestar continências ao seu superior de hora em hora. Uma similaridade assustadora com os prisioneiros de Abu Ghraib que tinham seus dedos

quebrados ou o corpo, que há dias permanecia nu, açoitado, por terem dormido segundos em 72 horas seguidas de vigília.

As semelhanças não param. Enquanto no conto de Kafka o condenado ao ser açoitado por seu comandante – minutos antes de a máquina de tortura começar a trabalhar em seu corpo – o enfrenta e grita: “*joga longe este chicote se não te devoro*” (KAFKA, 2009, p. 89), o prisioneiro de Abu Ghraib arrastado como um cão pela coleira, nu e severamente machucado, gritava “*eu me recuso*” assim que havia qualquer iminência de contato com um militar do exército estadunidense. Em ambos reside a força de resistência em um lugar sem lei, direito e humanidade. Em ambos há a representatividade de uma vida que já havia sido transformada em morte. Por fim, tanto na Abu Ghraib americana, como na colônia penal de Kafka, a tortura acontecia, independente de que nesses lugares não *houvesse adeptos confessos*.

O que tanto a narrativa de Kafka mostra, assim como a de Gourevitch e Morris, é que a legitimação dos atos de tortura e os abusos não são raros acontecimentos que fogem da realidade e, que por toda via, isentam a participação do Estado: muito pelo contrário, a ficção e o relato jornalístico nos servem como meios para compreender que antes mesmo dos militares (em ambos os contextos) performarem torturas e assassinatos, a pior das hipóteses já havia acontecido: a vida daqueles indivíduos em cuja carne a tortura se instalará como memória já não possuía mais valor algum.

A colônia penal de Kafka serviu de inspiração para a escrita de um texto clássico para a antropologia social: trata-se de “Da tortura nas sociedades primitivas”, escrito por Pierre Clastres, que estudou de perto os índios guayaki e outras sociedades ameríndias do sul. Em seu texto, Clastres argumenta que as ditas “sociedades primitivas”, por não usarem a escrita – e especificamente a escrita da lei –, precisam encontrar modos de que seus membros conheçam os códigos morais do grupo. Esses modos geralmente se dão, de forma mais efetiva, nos rituais de iniciação ou de passagem, quando a lei social se inscreve nos corpos dos sujeitos, constituindo uma memória que também é tátil e visível. Clastres nos mostra como os processos que nós entendemos como tortura realizada nas sociedades primitivas é uma forma de inscrição corpórea dos códigos morais e leis sociais, assim como ocorria com os condenados da colônia penal de Kafka.

O corpo do condenado ou do sujeito a ser iniciado é superfície para escrita. É possível dizer ainda que tanto o condenado (de Kafka ou de Abu Ghraib) como o sujeito que está passando pelo processo ritual experimentam o momento de liminaridade, quando não se encaixam na estrutura social que antes faziam parte. Os sujeitos liminares, diz Turner (2013), são considerados extremamente perigosos, são ambíguos e não pertencem a lugar nenhum. Todavia, há uma diferença crucial no que se refere à liminaridade experienciada no processo ritual e a que acomete os condenados de Abu Ghraib: a primeira é temporária e deve ser superada pelo próprio andamento do processo ritual (que tem como objetivo final reintegrar o sujeito iniciado de uma nova maneira na mesma organização social), enquanto que a segunda é permanente e visa excluir qualquer possibilidade de reintegração social. O condenado, ao contrário do iniciado, é marcado de forma destrutiva, de forma a manifestar sua condição “menos humana”.

O corpo é mesmo feito de memória, e por conta disso, as marcas deixadas pela tortura são sempre obstáculos imensuráveis ao esquecimento. Para além destas afirmações, há uma característica divergente e muito importante entre o estudo de Clastres (2003) acerca do papel da tortura nos ritos iniciáticos em comparação ao que houve em Abu Ghraib: nas sociedades ditas “primitivas”, a tortura cumpre o papel de imprimir a lei social nos corpos dos jovens que, após passarem por seus ritos iniciáticos provam-se como dignos da organização social que pertencem. E, tratando-se de sociedades ameríndias, a tortura opera como meio de socialização, a partir de uma prerrogativa que se coloca *contra* o Estado.

De maneira contrária, em Abu Ghraib, é exatamente pela força perniciosa da tortura que o Estado se sustenta e fortalece o seu poderio decisório sobre o corpo e a vida dos seus integrantes, fazendo com que ao contrário das “sociedades primitivas”, a vida que é capturada e inserida na liminaridade nunca mais consiga deixar esta condição que a coloca como iminente vulnerável. Assim, enquanto nas ditas “sociedades primitivas” a tortura afasta a existência do Estado, nas ditas “sociedades modernas” a tortura é um pilar que ao mesmo tempo garante a existência de Estados bárbaros e eleva a lei até sua última instância: tortura-se para garantir que o direito seja aplicado até mesmo por meio de sua *não aplicação*.

Sendo assim, os atos de tortura e crueldade em Abu Ghraib só aconteceram porque o Estado, em suas esferas de poder, decidiu pela desumanização do humano que se encontrava detido no respectivo complexo penitenciário. As torturas foram o resultado de um processo que aconteceu muito longe das mediações da prisão americana: o momento em que a soberania estatal capturou a vida biológica daqueles seres humanos e decretou, por assim dizer, o seu “desvalor”.

Para Agamben (2010), esta é uma das práticas que assinalam a modernidade política dos Estados. Retomando, desta forma, conceitos clássicos dos pensadores da Grécia Antiga, o filósofo italiano mostra que o início da desumanização do humano é o momento em que o Estado, ao adquirir a vida biológica do homem, denominada pelos gregos de *zoé*, a transforma em vida nua e a prende em um limbo, uma zona de indistinção onde o direito do respectivo indivíduo capturado passa a ser não ter direito algum, esta esfera é denominada por Giorgio Agamben de *bando soberano do Estado*. E assim, a mesma esfera que produz a vida desprovida de valor é a que também acaba sendo responsável pelo seu extermínio.

Ao contrário da nossa concepção do termo “vida”, os pensadores da Grécia clássica, dividiam a respectiva noção em duas vertentes: *bíos* e *zoé*. Na primeira esfera se encaixa o homem engajado, ou seja, o homem que pode pensar, que possui linguagem, que pode ser crítico e participar da vida política. Na segunda esfera, denominada de *zoé*, encontra-se a vida selvagem, o mero organismo biológico, isento de engajamento e participação político social. É o humano, sem nada, em outras palavras é o mero existir. A principal importância do conceito de vida para os pensadores da Grécia clássica era justamente a sua cisão: era de fundamental importância que eles permanecessem separados, para serem direcionados a esferas específicas de interesse. Ao contrário da modernidade, imbuir no aparelho estatal grego a vida sem engajamento do homem, ou seja, a *zoé*, era um verdadeiro ultraje.

Na modernidade, o poder se reinventa ao aderir em seu complexo elementos que em outros momentos eram inconcebíveis. Este processo é denominado por Agamben de *animalização do homem* (AGAMBEN, 2010, p. 11). Esta condição tão característica da modernidade fomenta ainda mais uma relação assimétrica de poder entre o homem e o Estado.

Por toda via, ao incorporar em suas esferas a vida biológica do homem, esta vida se transforma em *vida nua*, ou seja, é imbuída na esfera política, mas não é política, é uma vida natural, mas que paradoxalmente carrega o signo da inserção na vida política. Em outras palavras, é uma vida incluída nos interesses do Estado, entretanto através da sua exclusão. É uma vida que por carregar elementos das duas concepções de vida dado pelos gregos, ela acaba, por toda via, desprovida de qualquer valor.

O *arcana imperii*, ou seja, a relação de poder que é praticamente imperceptível, é o que resulta do momento em que a vida biológica passa a fazer parte dos interesses do Estado. As fotografias de Abu Ghraib chocam em todas as esferas possíveis justamente por mostrar o que é impercebível: as situações que acometem os humanos que tem suas vidas biológicas dominadas pelos interesses estatais.

A principal característica da política moderna, como descreve Agamben, são as plácidas zonas de indistinção que são produzidas pela mesma. Como por exemplo, a vida biológica que até então não apresentava importância alguma para os cálculos do Estado e por isso a indiferença do mesmo era dada a sua existência, agora se encontra no centro do interesse político, da mesma forma que categorias de seres humanos acabam sendo incluídas no ordenamento jurídico através da sua exclusão. *Zoé* e *bíos* parecem cada vez mais a mesma coisa, tudo isso fundamentando cada vez mais o conflito entre o que pode ser considerado lei e o que pode ser compreendido como exceção.

Concomitante à problemática da produção de vida nua pela esfera estatal, há ainda a figura do soberano que, diante do ordenamento político, se constitui-se ele também como um elemento híbrido e paradoxal, pois o soberano é aquele que o ordenamento político reconhece que possui poder, tanto de proclamar o estado de exceção, da mesma forma que pode, como George W. Bush o fez, declarar que as Convenções de Genebra eram inviáveis para a política internacional norte americana no Iraque. Ao revogar as Convenções de Genebra sobre o tratamento de prisioneiros feitos durante conflitos armados, George W. Bush criou uma atmosfera de exceção: o resultado, ou seja, as práticas de torturas e os abusos sofridos pelos presos dentro de Abu Ghraib, eram óbvios. Com a declaração do estado de exceção, as leis ficam impossibilitadas de serem instituídas.

Em outras palavras, o que estou afirmando é que ao destituir as regras que asseguram a humanidade e dignidade de cativos dos centros de decisões americanas durante suas guerras, Bush instaurou uma situação onde nenhum tipo de lei conseguiria resistir. Mudanças em ordenamentos jurídicos não acontecem durante conflitos, pois novas normas não se aplicam ao caos, principalmente em situações onde há histeria de guerra.

Como demonstra a história da Abu Ghraib americana, o soberano, é antes de tudo, aquele que detém o monopólio da decisão última. Eu considero Abu Ghraib o exemplo original das discussões de Agamben sobre zonas de indiscernibilidade, onde o acesso que uma determinada categoria de seres humanos tem ao direito é dado através da sua exclusão. A prova disso foi o momento que os soldados, responsáveis pela Inteligência Militar, ao admitirem práticas de tortura e principalmente fotografias das cenas, estavam, na realidade, exercendo o direito através do ato de não exercer o mesmo, por ter sido considerado anteriormente pelo governo americano que o conflito no Iraque precisava ser tratado como *exceção*.

A decisão de Bush mostra que os Estados Unidos possuíam um esgarçamento terrível no tecido de decisão do executivo, fazendo com que o mesmo ficasse responsável por um amplo espaço de regulamentação para modificar as leis em casos que o mesmo julgasse como urgentes ou meramente necessários, com o pretexto de salvaguardar a ordem constitucional de grandes ameaças.

Bush decretou um estado de exceção no Iraque, que desde de março de 2003 estava sob a sua tutela, e usou da guerra, que ele mesmo havia causado, para justificar tamanha atitude. Abu Ghraib mostra que os estados de exceção modernos não só legitimam práticas que eram inadmissíveis no *status quo* do ordenamento jurídico e político, assim como também facilitam a permanência ilimitada do mesmo.

A legitimação da tortura dentro do espaço que representava o Estado americano no Iraque, onde uma quantidade, até hoje desconhecida de seres humanos devido aos números maquiados, foram cruelmente submetidos a tortura, demonstra que o estado de exceção inserido no Iraque pelos Estados Unidos consistia no que Giorgio Agamben denomina de *força-de-lei*, ou seja,

uma força que é proveniente do ordenamento jurídico e que, entretanto, não possui lei alguma.

O processo em que a exceção se tornou regra, e por conta disso constituiu o âmago dos acontecimentos em Abu Ghraib, é o que Agamben denomina de “*máquina letal*”, onde por toda via, além de ser o espaço onde o Estado produz vida nua, acaba também sendo o lugar onde a extermina. Além do mais, este processo onde se inclui um ser humano, seja no ordenamento jurídico ou político, através da exclusão do mesmo é denominado por Agamben de *relação de exceção* (AGAMBEN, 2010, p. 25).

O que é mais importante perceber de tudo isso é que estas relações de exceção, ou seja, o acesso ao direito pela sua negação, o capturar e o exterminar da vida nua, ocorrem dentro de uma esfera do Estado denominada pelo filósofo italiano de *bando soberano*. O bando soberano é respectivamente uma zona de liminaridade, às margens do Estado, da participação político e do acesso ao direito. Esta é uma esfera onde a vida que fora capturada é mantida para ser abandonada. É pela esfera do bando soberano que o ser humano possuidor da vida nua é incluído no direito através da sua exclusão.

Não obstante, o bando soberano possui uma característica única: ele é abstrato, mas nem por isso ilocalizável. O que eu quero dizer é que, em determinados momentos o bando soberano do Estado (que constitui a relação original do *nómos soberano*, ou seja, a união paradoxal de fundamentar a justiça através da violência) acaba se materializando através dos campos de concentração. Observe o exemplo de Abu Ghraib: a prisão americana no Iraque era mais do que um cárcere para criminosos. Era um campo onde os cativos tinham acesso a lei por intermédio da suspensão da mesma, onde todo o ordenamento jurídico se fundamentou através da exceção. Assim como aquilo que o poder soberano declarou como justiça só era apresentado aos mesmos através da mais bárbara violência. (AGAMBEN, 2010, p. 27).

A força motriz do bando soberano do Estado é a dor do humano que, abandonado por todas as esferas possíveis, apenas guarda consigo mesmo o vazio e a indiferença. Com a total suspensão de seu acesso a lei e vendo seus carrascos chamar a violência de justiça, a mesma que açoita seu corpo várias vezes por dia, os prisioneiros de Abu Ghraib eram exatamente a imagem do homem do *campo* (narrado como parábola durante a novela “O processo” de

Franz Kafka) que diante da porta da lei tem o acesso a ela negado eternamente pelo porteiro (KAFKA, 2013).

O conflito entre a autoridade hierárquica, que corresponde ao porteiro, com o homem do campo, que tem seu acesso a lei incansavelmente adiado, remete ao que a Inteligência Militar americana no Iraque chamou de *prisioneiro de segurança*: além dos detidos de Abu Ghraib não terem acesso algum a justiça, quando, por falta de provas, o Centro de Investigações permitia a soltura destes, a Inteligência negava afirmando que o preso ainda tinha valor de investigação.

Diante da lei haverá sempre um guarda respaldado pelas forças do Estado. Para o homem que teve sua vida biológica capturada pela soberania estatal, a porta da lei é o limiar entre o bando do estado e a esfera do direito. Para que os prisioneiros de Abu Ghraib tivessem acesso a lei, eles precisavam, antes de tudo, serem quem eles não eram. Precisavam ter suas vidas fora dos jogos de interesse e de poder do Estado, assim como integrar ao mesmo através da sua vida engajada e não pela sua mera existência animal.

O bando soberano é sempre a potência da negação, ou seja, a lei que se mantém através de sua privação, que só consegue se aplicar, desaplicando-se. O abandono é o maior resultado da exceção e ênfase novamente: o homem abandonado não está fora da lei, o acesso deste ao direito é justamente não ter direito algum. A vida no bando do Estado está em risco continuamente, a última das suas garantias é a sua sobrevivência física (AGAMBEN, 2010, p. 35).

Desta forma, a afirmação de George W. Bush de que os iraquianos, assim como os afegãos, que resistiam à invasão americana em seus respectivos países, eram *fora-da-lei*, não passa de outra deturpação do Estado, já que ao se tratar do ser humano que detém a vida nua, ele jamais é um *fora-da-lei* justamente por estar completamente ligado ao direito, não através da execução deste, mas sim pelo abandono.

O bando soberano do Estado fomenta arautos sangrentos, é o lugar exatamente como Abu Ghraib: onde a lei vigora, todavia não signifique nada. Sendo assim, “por toda parte sobre a terra os homens vivem hoje sob o *bando* de uma lei e de uma tradição que se mantém unicamente como ‘ponto zero’ do seu conteúdo, incluindo-os em uma pura relação de abandono” (AGAMBEN, 2010, p. 57). Com a sua característica de ser dificilmente localizável na grande

maioria das vezes, o bando soberano do Estado não apenas faz com que a exceção se perpetue, mas também nos mostra que outras categorias de pensar a história precisam ser usadas, algo que corresponda ao fato de o que era exceção ter se tornado força-de-lei.

Pensar no ser humano que se encontra abandonado e ao mesmo tempo tutelado pelo *nómos* soberano do Estado é sempre uma tarefa muito árdua, pois o próprio bando soberano cria limitações para que se consiga pensar na categoria de humano do portador da vida nua. Segundo Agamben (2010, p. 64) para se conseguir pensar o ser que vive no abandono do Estado, é primordial que antes nos abstenhamos de toda a ideia de lei que faz parte das outras esferas do Estado, mas jamais do bando, da liminaridade.

Como demonstra Agamben, o portador do nexa entre violência e direito é a vida nua, ou seja, a vida *sagra* e paradoxal, pois esta é a vida que não pode ser assassinada (exatamente como afirmavam as Convenções de Genebra), mas se caso for, não há grandes consequências para aquele que pratica o homicídio²⁶ (até hoje, nenhum militar, independente da patente, foi responsabilizado pelas mortes, abusos e torturas que aconteceram em Abu Ghraib, mesmo com os relatórios de Taguba e as autópsias do Exército apontando homicídio). Por mais miserável que a vida nua seja, é ela que possui uma das relações mais íntimas com a soberania estatal (AGAMBEN, 2010, p.71).

O humano que teve sua vida capturada e inserida nos jogos de interesse do Estado, transformada, desta forma, em vida nua e por conta disso passou a habitar o bando soberano, é denominado por Agamben de *homo sacer*. Em outras palavras, o *homo sacer* é antes de tudo uma figura obscura do direito romano antigo. Era o humano exatamente descrito anteriormente: não podia ser assassinado, mas ainda assim, se caso fosse, o autor da morte não seria punido. É o humano que teve sua vida biológica capturada no bando estatal e transformada em vida nua, ingressando em uma eterna zona de indistinção.

Para Castro (2016), o *homo sacer* possui um caráter dual: insacrificável, entretanto perpetuamente exposto à morte. Uma característica importante sobre

²⁶ Ver em *anexos* a autópsia de al-Jamide, assim como o depoimento, traduzido para o inglês, de um ex-detento de Abu Ghraib delatando as práticas de tortura das quais foi submetido e todo o sofrimento do mesmo durante sua passagem pela prisão.

a condição do *homo sacer* é que este que poderia ser levado à morte sem resultar em nenhum tipo de penalidade para quem a consumou, não podia, de forma alguma ser levado ao sacrifício legitimado por algum tipo de ritual. *Homo sacer* é sinônimo de impunidade pela sua morte e veto a seu sacrifício. Caminha eternamente pela zona de indistinção de uma *matabilidade insacrificável* (CASTRO, 2016, p. 27).

Discutir o *homo sacer* é também discutir o verdadeiro significado da sacralidade da vida, ou seja, do sacro. O fato do *homo sacer* ser matável, entretanto insacrificável é denominado por Giorgio Agamben de *teoria da ambiguidade do sacro*. Aliás, uma das primeiras discussões mais fundamentadas acerca do sacro aparece no livro “As formas elementares da vida religiosa”, de Durkheim (2003), no qual este aponta que a noção de puro e impuro não correspondem a gêneros separados, mas sim a duas variedades do mesmo gênero. E por conta disso, o *homo sacer* pode passar de fasto a nefasto sem precisar alterar em nada a sua natureza (AGAMBEN, 2010, p.79).

Entretanto, as reflexões de Durkheim se mantêm apenas na esfera do religioso e não conseguem discutir que a condição do *homo sacer* vai da esfera religiosa à esfera político-jurídica. Olhar para o *homo sacer* além da esfera da religião permite uma compreensão mais justa acerca da inserção deste na história e da relação originária que o mesmo sempre teve com o ordenamento político e jurídico. Em síntese, a condição do *homo sacer* não conversa apenas com a religião, mais primordialmente com a lei.

Os prisioneiros de Abu Ghraib representam a figura originária da vida biológica que fora amargamente capturada pelo bando soberano do Estado. Detentores da vida nua, por isso, *homines sacer* em sua relação originária com a soberania estatal, estes seres humanos que foram expostos aos mais variados tipos de barbárie conservam em si a memória original da exclusão, a mesma que sintetiza toda a sua relação com o direito e com a dimensão política: o único direito que possuem é o de não possuírem direito nenhum.

Independente da ambivalência originária da sacralidade, ou seja, matável, mas insacrificável, a primeira condição do *homo sacer* é que ele sempre estará preso, ou seja, ele é inconstantemente um cativo do bando soberano do Estado. E por estar detido, a sua vida permanece interruptamente exposta à morte e a violência. A morte do *homo sacer* jamais é sacrificada, executada ou

assassinada, ela é unicamente insancionável e pode ser cometida por qualquer um.

Quando a linguagem aparece imbuída de sentido religioso, na situação do *homo sacer*, ela pode se concretizar como mais um instrumento que fortalece o assujeitamento da vida deste a esferas de poder, como é o caso, por exemplo, da expressão “vida sagrada” que encobre como uma espécie de cortina de fumaça as ações violentas do bando soberano. Esta sacralidade da vida, como afirma Agamben, que dissimuladamente afirma fazer oposição ao direito de morte do poder soberano, além de em muitos casos aparecer como um sinônimo ao direito humano da vida, “exprime, ao contrário, em sua origem, justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono” (AGAMBEN, 2010, p. 85).

Além do mais há uma relação intrínseca entre o *homo sacer* e o soberano, já que a existência de um, implica na existência e na sujeição do outro. São figuras correlatas. A relação entre iraquianos e americanos no Iraque exemplifica muito bem a situação: enquanto os militares americanos agiam soberanamente ao possuírem o poder de transformar em morte a vida do outro, só restava aos iraquianos, genuínos *homines sacer*, diante de qualquer grande potência militar do mundo, à dócil subordinação de quem não tem poder de fala e que diante do aparato jurídico (como no caso dos prisioneiros fantasmas de Abu Ghraib) só existe através da sua não existência.

Há um problema que permeia tanto a condição do *homo sacer* como do subalterno, estudado por Gayatri Chakravorty Spivak: a impossibilidade de fala. No caso da Abu Ghraib americana, as pessoas que foram ouvidas e que diante do horror tiveram poder de fala foram os torturadores e não os torturados. O pouco que se encontra sobre o testemunho dos ex-detentos de Abu Ghraib está disperso na internet, geralmente em pequenos portais que se posicionam claramente contra os ímpetos colonialistas norte americanos²⁷

Em contrapartida, os depoimentos dos torturadores ganharam traduções, capas de grandes jornais e revistas. Assim como foram parar em livros como o de Gourevitch e Morris (2008), ou até mesmo nas telas do cinema,

²⁷ Ver: https://www.thetorturedatabase.org/search/apachesolr_search , <https://wikileaks.org/irq/> & <https://www.alaraby.co.uk/english>

como o documentário dirigido e produzido por Errol Morris “*Procedimento Operacional Padrão*” de 2008. Apesar do posicionamento crítico em relação aos atos de tortura de Abu Ghraib, tanto Gourevitch e Morris, assim como outros grandes meios de comunicação, ainda permaneceram dando lugar de falar ao carrasco. Enquanto os testemunhos de quem foi torturado, humilhado e desumanizado permanece em árabe, pouquíssimos com tradução para a língua inglesa.

Apesar da correlação que cunhei ao citar Spivak para exemplificar a impossibilidade da fala do *homo sacer*, é importante ressaltar que o termo subalterno, como compreendido na concepção da autora, não pode referir a todo e qualquer *sujeito marginalizado*. Desta forma, a noção de subalterno em Spivak obrigatoriamente resgata o significado que Gramsci atribui ao *proletariado* em sua obra. Em síntese, o subalterno consiste *naquele que cuja a voz não pode ser ouvida* em hipótese alguma (SPIVAK, 2014, p. 13).

Por toda via, a discussão de Spivak enriquece prontamente a discussão do *homo sacer*, já que tanto o subalterno como o *homo sacer* são subcategorias de humanidade que se aproximam muito uma da outra. A diferença é que ao discutir sobre o *homo sacer*, Agamben olha diretamente para a *não relação* que este tem com o direito, mas principalmente, como já vimos anteriormente, a relação que este apresenta com a soberania estatal.

Já o subalterno descrito por Spivak constitui uma discussão muito mais voltada para a questão econômica. Entretanto, a autora aproxima novamente seu pensamento das discussões feitas por Agamben, ao apontar que são obliteradas pelo discurso dominante, para além da economia, as esferas ideológicas, científicas e principalmente a esfera legal (SPIVAK, 2014, p. 59). A análise da autora aponta para as camadas mais baixas da sociedade, que no caso corresponde a sociedade indiana, onde modos específicos de exploração sustentados pelos mercados econômicos debilitam completamente a representação política e legal destes seres humanos, assim como impossibilitam estes de se tornarem membros plenos no *estrato social dominante*.

Em ambos os casos, seja o *homo sacer*, ou o subalterno, a fala destes acaba sempre intermediada pela voz de outrem, que se coloca em posição de reivindicar algo em nome de um ou de outro. Este reivindicador de espaço de fala acaba sempre sendo o intelectual pós-colonial que se vê na posição de ser

apto a falar pelo marginalizado, enquanto negligencia a sua tarefa real que é a de criar espaços por meio dos quais o marginalizado consiga não apenas falar, mas principalmente ser ouvido (SPIVAK, 2014, p. 16).

A contribuição de Spivak é muito enriquecedora para compreender determinados matizes da vida do humano que colorem as margens da sociedade, da política e da linguagem, principalmente por seu trabalho ser voltado ao subalterno do Oriente. Entretanto, ao contrário da posição de Agamben que afirma que o *homo sacer* é o resultado de maquinações dentro da soberania estatal, o subalterno aparece como efeito do *discurso dominante*. A linguagem no pensamento de Spivak é a estrutura que cria, condena e cala o subalterno.

Tanto Agamben (2010) como Spivak (2014) defendem suas teorias sobre a condição marginal do ser humano construindo críticas ao pensamento de Foucault. Para Agamben, mesmo que os trabalhos de Foucault tenham contribuindo profundamente para pensar a problemática da politização da vida – inclusive a partir da elaboração da concepção de biopolítica feita primeiramente pelo intelectual francês e que é, de certa forma, fundamental para o pensamento de Agamben acerca de sua própria concepção de biopolítica –, ele teria negligenciado em suas análises contribuições importantes que antecederam às suas teorias como as de Hannah Arendt, por exemplo. Já para Spivak, Foucault aparece como um problema para a condição do subalterno por priorizar a experiência do intelectual e do contexto francês e europeu em relação às realidades periféricas. Tanto Agamben como Spivak parecem fazer críticas muito duras ao filósofo francês, cujo pensamento é fundamental para o desenvolvimento das perspectivas críticas de ambos. Isso ocorre porque eles precisam marcar as diferenças existentes entre suas análises e aquelas preconizadas por Foucault.

Não é possível dizer, como quer Spivak, que os sujeitos subalternos e marginalizados não tenham lugar na filosofia foucaultiana, marcada justamente por trazer os modos como a sociedade ocidental e capitalista criou formas específicas de julgar indivíduos por suas “anormalidades”. Foucault, inclusive, fundamenta a concepção de biopoder e também esclarece como a própria concepção acerca do que é normal ou patológico ancora a vida social euroamericana, inclusive em suas esferas jurídicas (ver o livro “Os anormais”,

resultado de um curso proferido pelo autor no Collège de France, por exemplo).

Todavia, é fato que Foucault não trabalhou com temáticas como campos de concentração (o que em parte pode justificar a ausência de Arendt em seus diálogos) e nem se interessou por vidas subalternas que não fossem francesas ou europeias²⁸. Com isso, seria possível estabelecer paralelos entre os pensamentos de Foucault, Agamben e Spivak, que geralmente são agenciados pelos mesmos intelectuais na Academia. Entretanto, para o presente trabalho, as contribuições de Agamben e Spivak dialogam mais precisamente com o contexto analisado, constituindo, dessa forma, o alicerce teórico desta discussão.

Spivak (2014) descreve o ritual do Sati e como o mesmo foi criminalizado e perseguido nos primeiros anos de colonização inglesa do território indiano, para com isso explicar a condição do subalterno, e especialmente da mulher subalterna. É possível, inclusive, vislumbrar como a discussão trazida por Spivak acerca do ritual das mulheres indianas viúvas demonstra na prática os argumentos sobre a sacralidade da vida utilizados por Agamben (2010).

Na Índia, pré-colonização, o Sati consistia no ritual onde a mulher viúva se jogava, junto ao corpo do marido morto, no processo de cremação do corpo deste último. Durante a colonização a autoimolação fora estritamente proibida pela coroa, por ser considerada um ato bárbaro. Porém, nenhuma mulher indiana fora ouvida pelas autoridades do governo sobre a sua posição diante da decisão do governo inglês. Na contramão de tudo isso, ao proibirem o Sati, as mulheres que eram “salvas” da fogueira morriam da mesma forma, entretanto através da morte social, já que passavam a ser consideradas como uma vergonha pela família (SPIVAK, 2014, p. 123).

Nesse sentido, a proibição do Sati na Índia remonta à arrogância das

²⁸ O trabalho em que Foucault mais se aproxima da perspectiva de Spivak sobre subalternidades é, provavelmente, o livro por ele organizado e apresentado com o título: “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio no século XIX”. O livro é uma organização dos autos do processo de Pierre Rivière, no qual constam, inclusive, os depoimentos do assassino, réu confesso. Rivière era um subalterno, embora Foucault não trabalhe com essa categoria. Diferente dos outros livros do filósofo francês, nesse, são os documentos e a forma de organização deles que nos contam a história de Rivière, que matou sua família por acreditar que ela havia contribuído para a morte do pai. Para Rivière, matar a mãe e os irmãos era uma forma de justiça. Contudo, trata-se de um cidadão francês em condição de subalternidade e não de um cidadão que vive o capitalismo periférico, onde a situação de subalternidade é ainda mais acentuada.

metrópoles ou nações que invadem territórios com missões “civilizadoras”, que não entendem a importância de compreenderem os sistemas lógicos e simbólicos existentes para atuarem de forma política ou como meio de polícia. Um paralelo pode ser feito, inclusive, com aquela situação, narrada no início deste texto, na qual os iraquianos, já sob a tutela do estado estadunidense, eram enviados para a prisão para serem torturados por possuírem armas de grosso calibre, como fuzis, muitas vezes usados com fins comemorativos. Tanto a posse de armas, como o ritual do Sati, expressões genuinamente culturais de cada país, foram completamente criminalizadas pelas grandes potências que exerciam seu papel de colonizadores nos respectivos países. Assim, a criminalização da prática cultural, seja no caso de posse de armas no Iraque, ou pela proibição do Sati na Índia, demonstra muito bem como se dá o processo de inserção do subalterno, do *homo sacer*, do marginalizado, no direito através da sua completa suspensão.

A morte social das mulheres da Índia ou a morte literal ou simbólica que os iraquianos recebiam por terem práticas culturais que desconstruíam com o que o discurso dominante americano denominava como *aceitável* demonstram claramente o que Agamben afirma sobre a proibição da morte do *homo sacer* através do sacrifício, enquanto se a morte deste se consuma pelo homicídio, nenhuma responsabilidade recairá sobre o autor da mesma. Em outras palavras, o que estou dizendo é que as esferas de poder do Estado não se importam sobre a vida do *homo sacer* quando vetam o seu sacrifício. A única responsabilidade que o bando soberano tem para com o *homo sacer* é lhe infligir sofrimento a toda e qualquer expressão de sua vida, principalmente impedindo suas próprias expressões culturais.

Os sofrimentos causados pelo bando soberano do Estado acontecem devido a sujeição da vida biológica do homem aos jogos de interesse de poder deste último. Fato que concomitantemente fortalece a soberania justamente pelo quesito da sujeição: pois ao possuir o corpo biológico do homem, o Estado tem a sua força no poder decisório de transformar em morte a vida do outro. Mas, o bando soberano também tem outro poder: o de *animalizar* o humano antes de permitir que consumam a sua morte.

II. O Bisclavret ou da tristeza do homem lobo

Em um dos poemas medievais narrativos de Maria de França, conhecidos como *lais*, a autora conta a história de uma fera que vivia às margens da civilização, sempre nas florestas, um genuíno animal selvagem, repleto de fúria, que só fazia o mal e ainda eliminava os homens. Aliás, a fera, chamada pela autora como *Bisclavret*, não vivia, vagava. Entretanto, um fato é de extrema importância: antes de se tornar esta fera lesiva, o Bisclavret era um homem como qualquer outro.

Em seu poema, Maria de França narra o início da transformação do homem em *Bisclavret*. A história da autora parte de um Lorde muito digno, um verdadeiro cavaleiro do qual todos já tinham ouvido falar. Um homem *tão nobre que mantinha uma relação de proximidade com seu rei*. Em um determinado momento, este nobre cavaleiro se casa com uma bela dama, entretanto há algo estranho no casamento deles, pois toda semana ele ficava desaparecido por três dias.

Certo dia, intrigada com a situação, a esposa do grande Lorde, com muito receio, questiona o mesmo sobre o seu desaparecimento semanal. Uma profunda tristeza recai sobre o homem, que diz que se contar a ela o que realmente acontece ele, além de perder o amor de sua amada, também se perderá em dor e tristeza. Não satisfeita com a resposta, a dama insistiu até ele lhe entregar toda a situação, e em um suspiro cheio de agonia ele responde: *“minha senhora, eu me transformo em Bisclavret”*²⁹.

Dada a revelação, a senhora faz um questionamento peculiar ao seu marido: *“o Bisclavret fica desvestido?”*³⁰. Esta é uma das perguntas mais importantes que a dama faz ao Lorde. Entretanto, devido a tradução o significado original do questionamento da senhora se perde. Como aponta a tradutora Judith P. Shoaf, o verbo usado no original em francês é *“se despuille”*, onde o substantivo *“despuille”* implica nas roupas do *Bisclavret*. Em francês, *“despuille”* se refere, por exemplo, a pele esfolada de uma cobra, assim como o couro de um animal ou até mesmo os despojos de um cadáver.

²⁹ No original em inglês: *“my Lady, I turn Bisclavret”*.

³⁰ No original em inglês: *“(…) he undressed?”*.

O emprego do substantivo por Maria de França no original em francês implica muito mais na *pele* do que na roupa. Ao se transformar em *Bisclavret*, o lorde se desveste da sua pele, da sua *identidade social* como humano. Ele se desfaz daquilo que o faz ser socialmente reconhecido como homem³¹. A resposta do Lorde para com a dama é que ao se transformar em *Bisclavret*, ele emerge em sua vida selvagem, isenta de qualquer princípio de humanidade e civilização, ele fica completamente *nu*.

A esposa pede ao marido que lhe diga onde o mesmo esconde suas roupas, ou melhor, sua pele. Ele primeiramente diz que não pode revelar esse segredo, pois a pele que ele desvestia e a mantinha em um lugar secreto, era a sua única garantia de poder retornar à humanidade. Mais uma vez contrariada, a esposa não aceita a resposta do Lorde e insiste até que este conte onde guarda o que resta da sua humanidade.

Não resistindo a insistência da esposa, o Lorde acaba confessando onde guarda os seus *restos humanos*: debaixo de um arbusto perto da antiga capela que fica na estrada que leva até a sua casa. Enjoada com a situação do seu marido, ela decide, em segredo, que não deseja mais este casamento e assim envia uma mensagem a um cavaleiro que um dia a amou sem ser correspondido e lhe promete um noivado caso ele a ajude em seu plano. Com o combinado entre os dois, o resultado só poderia ter sido um: o *Bisclavret* traído. Com o desaparecimento do seu marido, buscas começaram por toda a região, resultando em nenhum achado. Com o caso do desaparecimento fechado, a senhora se casou com quem havia prometido casamento.

Um ano depois, o rei e sua guarda caçavam pela floresta onde habitava o *Bisclavret* e assim que o avistaram o perseguiram durante todo o dia. Ao seu aproximar da fera, o rei ficou surpreso com o comportamento quase humano do mesmo e pede para que seus guardas não o firam, pois, a sua misericórdia recaía, naquele momento, sobre a fera. Por fim, o rei levou o *Bisclavret* para o seu palácio e o tratou como um animal de estimação.

O restante da história, na qual a traição da mulher é descoberta pelo rei e o *Bisclavret* acaba se transformando novamente em homem, assim que sua

³¹ Ver nota de rodapé número dois da tradução de Shoaf do *Lais "Bisclavret"* do francês para o inglês.

pele lhe é devolvida, não nos interessa. O que nos interessa é a mesma parte que Agamben também utilizou do respectivo *Lais* de Maria de França para demonstrar a animalização do humano diante de forças que arrastam a humanidade desse para sujeição. Em síntese, o que estou tentando dizer é que novamente os apontamentos filosóficos de Agamben, que inclusive acaba usando a literatura para formular seu pensamento, explicam a animalização do humano dentro de Abu Ghraib.

Quando nos deparamos com a fotografia de um homem sendo arrastado como um cão pela coleira – ou então quando vemos as fotografias de homens completamente despidos de suas vestes³² em meio a cães espumando de raiva, como mostram alguns registros imagéticos de Abu Ghraib – é facilmente perceptível que a sujeição da vida biológica do homem ao poder do Estado não implica apenas no poderio de morte que a força estatal tem sobre o humano capturado em suas esferas, mas também na força que este tem em o animalizar.

Ao desprover os cativos de Abu Ghraib da sua humanidade, o Estado americano não só os transformou em desumanos, mas em criaturas que não tem uma forma fixa, são disformes, de forma que é possível afirmar que *a politização da vida biológica transformou aqueles seres humanos em feras*, que não apenas precisavam ser tratadas como tais, mas também precisavam ser exterminadas por *prover perigo* aos homens “humanos e civilizados”.

Este híbrido monstro que caminha em terras de homens e também de feras exemplifica o homem que fora banido de sua comunidade. Este homem-lobo é a resistência armada iraquiana e afegã que George W. Bush chamou de *fora-da-lei* e *bandidos* em seus discursos sobre a condução da guerra contra ao terror no Oriente Médio. A vida desses foras-da-lei, desses homens-lobo é assim como a do homem sacro: em hipótese alguma ela está fora do direito, pois estabelece com este a mesma relação já abordada na primeira parte deste texto ao falar sobre o *homo sacer*: trata-se de seres que são incluídos no direito por meio da sua exclusão.

Os cativos de Abu Ghraib, assim como o *Bisclavret* dos *Lais* de Maria de França, vagam na esfera do bando do Estado sabendo que não pertencem nem

³² Uso o adjetivo “despido” com o mesmo sentido do *despuille* em francês usado por Maria de França, ou seja, isento da sua pele como seu corpo, isento daquilo que o faz ser reconhecido como homem.

a esta nem ao mundo onde vidas não integram os jogos de poder e interesse da soberania estatal.

O homem-lobo é um elemento primordial na filosofia agambiana acerca da sacralidade da vida, pois ao passo que este mostra a condição deplorável que é viver no bando soberano, para Agamben (2010) ele também serve como instrumento para questionar a interpretação dada pelas ciências humanas a uma das obras mais importantes da teoria política: *O Leviatã* de Thomas Hobbes. O homem-lobo, segundo o autor, nos permite repensar todo o estado de natureza hobbesiano.

O estado de natureza hobbesiano não é simplesmente *besta fera* e vida natural. Ele é, antes de tudo, o imbróglio de uma zona de indistinção entre a fera e o homem. Agamben considera o homem-lobo como aquele que pode exemplificar o fato de que na formação do Estado, ou seja, no fim do estado de natureza hobbesiano, o poder que é entregue pelo povo ao soberano (a interpretação defendida até hoje), não é em hipótese alguma concessão, mas sim a conservação da melhor forma possível da violência do estado de natureza no âmago da fundamentação do contrato social. O mal-entendido da teoria hobbesiana em termos de *contrato*, o que deveria ser compreendido como bando soberano, ou seja, o lugar onde o poder soberano conserva a violência e captura a vida biológica do homem, condenou não apenas a democracia, mas elevou a impotência qualquer tentativa de se enfrentar o poder soberano (AGAMBEN, 2010, p. 109).

Tomando novamente o caso de Abu Ghraib como exemplo, sabe-se que uma parcela significativa dos militares em missão no Iraque considerava que as práticas de tortura eram o único meio pelo qual o Estado americano poderia conseguir informações dos insurgentes no Oriente Médio. As imagens das pessoas que resistiam às investidas armadas americanas foram cunhadas, tanto pela imprensa quanto pela ciência orientalista, como se elas fossem feras indomáveis que matavam por prazer. Junto a tudo isso, há ainda a situação de que mesmo após os abusos e os casos de tortura em Abu Ghraib terem sido denunciados, o Estado americano não foi punido, *porque não há como punir o Estado simplesmente pelo fato dele usar o poder que a ele fora outorgado pelo seu próprio povo*: a decisão última de usar a violência, assim como de exterminar a vida nua.

A violência proveniente do estado de natureza persiste na sociedade civil travestida de *realidade, direito, prisões* entre outros. Por isso, o fim do estado de natureza como outrora descrito por Hobbes não foi o momento em que o contrato social fora cunhado, mas sim o momento em que a violência fora mantida e transformada em bando, para depois justificar episódios de tortura e homens sendo violentamente *lupenficados*. Se a violência é o âmago da fundamentação do Estado moderno, fica nítido compreender porque Estados democráticos se relacionam tão facilmente com o autoritarismo.

Retomando alguns conceitos exemplificados anteriormente, já sabemos que o Estado fundamenta a sua soberania ao capturar da esfera da sociedade a vida biológica do homem e sujeitá-la aos seus jogos de interesse, prendendo-a no que Agamben (2010) denomina de bando soberano, ou seja, uma esfera de perpétua indistinção. Dentro desta esfera a vida biológica, passa a se chamar de vida nua e o homem a quem ela pertence de *homo sacer*. Dentro desta esfera de completa indistinção entre vida e morte, direito e suspensão de direito, qualquer ação que o Estado tomar em relação ao *homo sacer* é denominada de *biopolítica*.

Em síntese, a biopolítica vai ser sempre a sujeição da vida biológica dos homens aos interesses e atitudes do Estado. Michel Foucault foi um dos maiores responsáveis pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do termo. Os trabalhos do respectivo autor mostram que na Idade Moderna, a vida se tornou a maior aposta da política. O conhecimento da vida como produtora de riqueza foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, que passou a “tratar” esse coletivo chamado população, que deve servir aos seus propósitos. Assim, o termo de biopolítica, tal qual cunhado por Foucault tem como ênfase a forma pela qual os Estados modernos, desde o século XVIII, passaram a se preocupar e a normatizar a forma como a população cresce ou decresce demograficamente (incluindo aí a realização de censos que permitem ter acesso a taxas de natalidade, óbitos, reprodução e fecundidade), assim como a maneira pela qual ela realiza seus cuidados com a saúde (procurando entender a natureza das enfermidades endêmicas que assolam a população e as possíveis formas de evitá-las ou controlá-las).

Pode parecer, a princípio, que a biopolítica é algo bom na perspectiva foucaultiana, mas o autor não se preocupa com essa espécie de julgamento.

Suas normas servem para manter a população sã e salva, desde que essa população seja/esteja dócil aos propósitos do capital e sua expansão. Assim, “o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e sobre a maneira de viver, e sobre o *como* da vida” (Foucault *apud* CASTRO, 2009, p. 60). São nessas circunstâncias que emerge o poder médico como fundamental nas sociedades contemporâneas.

Seguindo outro caminho, Agamben traz para o debate da teoria biopolítica do poder a problemática dos campos de concentração. Com o olhar mais direcionado para as políticas de morte que também fazem parte do escopo da biopolítica, Agamben introduz a problemática da *tanatopolítica* na contemporaneidade. Para o respectivo filósofo, a *tanatopolítica* está além de ser apenas o direito de decidir sobre a morte de um corpo biológico ou de um grupo de corpos que são considerados pelo poder como indignos de viver: ela, ao decidir pela morte de um, escolhe prontamente zelar por outro grupo, cuja vida é considerada digna de ser vivida. Além do mais, a *tanatopolítica* faz com que o soberano entre em simbiose com o jurista, o médico, o sacerdote, o perito e até com o cientista. (AGAMBEN, 2010, p. 119).

A importância de se compreender que a *tanatopolítica* condena uma categoria de vida ao passo que zela pela outra, nos permite compreender que dentro do bando soberano, e com a simbiose do soberano com as categorias de poder que existem dentro da esfera do Estado, o *homo sacer* é impelido a uma gama de violência provindas das mais diversas esferas, inclusive a violência epistemológica.

Um dos tipos de violência que é impelida ao *homo sacer* e, que a seu modo, para além da discussão que já fizemos neste texto acerca de Estado, poder e soberania, explica mais um pedaço do quebra-cabeça que fora Abu Ghraib, é o *orientalismo*, como outrora já citei anteriormente ao analisar a fala da então capitã responsável pelo presídio americano no Iraque. Novamente, em forma de discurso de dominação e ciência, ou psicologicamente como uma “*forma de paranoia*” (SAID, 1996, p.82), o *orientalismo* respalda, a seu modo, a desumanização fomentada pelo Estado. Apesar de o *orientalismo* não ter sido uma das maiores práticas americanas, ele vem se tornando, a cada vez mais, uma. Principalmente nas últimas três décadas, como pontua Edward Said. O *orientalismo* é uma mescla de eurocentrismo e etnocentrismo levado até as

últimas consequências, onde vários povos que habitam a leste da Europa são compreendidos a partir de um mesmo imaginário, que os reduz à imaginação simplista que o ocidente tem do Oriente. Como consequência, as práticas culturais diversas, distintas e por vezes até conflitantes de vários povos territorializados no oriente são subjugadas e inferiorizadas, condenadas ao extermínio.

O orientalismo respaldou muito o discurso de ódio americano contra o Iraque e o Afeganistão no início do século XXI, embora sua prática seja antiga e remonte, pelo menos, ao século XVII. Todavia, nos momentos posteriores aos atentados de 11 de setembro de 2001, os discursos ganharam tons diferentes e ajudaram a justificar as práticas de torturas que aconteceram dentro da Abu Ghraib americana. Em *“Procedimento Operacional Padrão”*, o documentário que Errol Morris fez em 2008 com os policiais do exército americano responsáveis pelos abusos e tortura no Iraque, os respectivos militares instrumentalizaram os acontecimentos de Abu Ghraib em um discurso que usam como uma espécie de afirmador de identidade deles próprios, isentando-se da culpa, ao passo que demonstram que não havia outra forma de resolver a situação, já que os iraquianos possuíam *uma mentalidade diferente*, ou seja, inferior e ininteligível (exatamente o mesmo argumento de Carolyn Wood, que não foi entrevistada para a construção deste documentário). Nesse sentido, a tortura aparece como a única saída possível naquele contexto.

Ao acusar uma quantidade de pessoas, até hoje imensurável, de crimes que não existiam, o governo americano utilizava a antiga dicotomia nós *versus* eles, na qual o outro é entendido como a negação do “eu”. A alteridade, usada dessa maneira simplista, possibilitava a homogeneização do oriente como *locus* do terror e identidade inimiga, ao mesmo passo que o ocidente figurava por meio de sua benevolente identidade “pacífica intervencionista”. Nesse jogo de identidades radicalmente contrastantes, a acusação de que o Iraque possuía armas de destruição em massa funcionava perfeitamente para fundamentar todas as ações estadunidenses em solo iraquiano.

O orientalismo, ou seja, a sujeição de vários povos e de suas respectivas culturas é, segundo Edward Said (1996), fruto da imaginação ocidental. Logicamente, nessa imaginação os povos ocidentais são concebidos como mais civilizados, desenvolvidos e humanos do que aqueles que habitam esse outro

lugar, o Oriente. Edward Said aponta que o discurso orientalista não corresponde apenas ao poder político, já que a fundamentação do mesmo se dá através de várias esferas, como por exemplo, o poder intelectual, o poder cultural e o poder moral, fato que nos remete a simbiose do soberano com todas as esferas de poder possível descrito por Agamben.

Como compreende Said, “o orientalismo é mais bem entendido como um conjunto de coações e limitações ao pensamento [do oriental] que como simplesmente uma doutrina positiva” (SAID, 1996, p. 52). É sempre o grupo referido ao ocidente (tido como branco e civilizado) que se relaciona com sua negação, o oriente (tido como não-branco, terrorista e incivilizado). Agamben aponta que outro matiz da violência soberana é a territorialização dentro das cidades em espaços que ficam sempre à margem e que são os únicos designados aos que possuem uma vida indigna de ser vivida.

A mesma posição aparece no texto de Said, onde o orientalismo cunha, como já vimos anteriormente, uma geografia imaginária onde novamente se separa por completo o “nosso” e o “deles”. Um fator importante desta geografia imaginária descrita por Said e que ilustra o fato da Abu Ghraib americana se encaixar exatamente em um espaço como este é que, o ser humano que está sendo empurrado para uma liminaridade sangrenta da vida social não precisa reconhecer este lugar para o qual está sendo impelido. Basta que o homem que se encontra na condição de soberano em relação ao homo sacer estabeleça suas fronteiras imaginárias que o veredito já está dado.

Estes espaços geográficos imaginários, entretanto com uma forte relação de poder, implicam em cunhar o que denominam de *estrangeiro*, ao mesmo passo que incumbem este lugar marginal em suas esferas jurídicas e políticas, da mesma forma que Bush fez ao declarar guerra ao Iraque com a desculpa de que o *país estrangeiro não tinha liberdade e nem experiência com leis, por isso sua equipe de especialistas, sendo estes militares ou não, reformulariam todo a país a imagem e semelhança do Estado americano.*

Ao fazer dialogar em meu texto autores e teorias que não necessariamente conversam entre si, como é o caso da *tanatopolítica* de Agamben e o orientalismo de Said, busco mostrar a diversidade de formas e instrumentos que são utilizados pelo Estado para infligir sofrimento e desumanização. Nesse sentido, as práticas pertinentes ao discurso orientalista

de dominação, apesar de não terem sido precisamente descritas no aparato filosófico de Agamben, encaixam-se perfeitamente nas concepções sobre o bando soberano e sobre a politização da vida biológica do homem. O discurso orientalista, assim como as práticas de construir ordenamentos jurídicos e levantar Estados, que na verdade são colônias, como também demonstra Spivak (2014), evidenciam que a violência submetida ao homo sacer é ampla, já que a cólera dos homens soberanos é sempre vasta.

A característica original destes instrumentos de poder é a imposição. Por muito tempo, a violência que tomou Abu Ghraib foi vista de forma indiferente pelo Alto Escalão do governo americano, por se tratar de “cria do Iraque”, como McCotter mesmo se referiu a esta. Mesmo a prisão tendo sido reconstruída e tutelada pelos americanos, a barbárie que acontecia lá dentro ainda era de responsabilidade dos iraquianos que não tinham poder algum no complexo legal e penitenciário. O outro, é sempre a fera besta, o homem-lobo, cheio de barbárie e selvageria mesmo quando tudo que tem feito é se sujeitar a ao poder do soberano. É por isso que Said afirma que “(...) como aparato cultural, o orientalismo é todo agressão, atividade, julgamento, vontade de verdade e conhecimento” (SAID, 1996, p. 210). Um rico sistema de ficções ideológicas.

Retomando os acontecimentos em Abu Ghraib, quero agora apresentar ao leitor uma seleção das fotos responsáveis por terem denunciado ao mundo o comportamento desumano e grotesco dos norte-americanos que se diziam em missão de liberdade e paz no Iraque. Antes quero dizer que os critérios que usei para selecionar as fotografias leva em consideração as fotos que primeiro foram divulgadas pela imprensa internacional. Dado a força dos veículos de comunicação, as fotografias que agora apresento se transformaram na ilustração mais fiel da guerra de Bush contra o Iraque. Além do mais, preciso dizer que por questões éticas e estéticas não escolhi fotografias que mostrassem crianças e corpos carbonizados ou em decomposição, embora as mesmas existam e possam ser facilmente acessadas na internet.

A primeira foto que apresento é a que também dá nome, não só a este capítulo, mas também ao trabalho como um todo: ela mostra um homem nu, atado como um cão à uma coleira e sendo arrastado por Lynndie England, então membro do exército estadunidense, pelos corredores de Abu Ghraib. A ficção de Maria de França serve como a melhor explicação para o que aconteceu a este

prisioneiro. Ele é a personificação do homem-lobo que não vive, mas sim vaga pelo bando soberano do Estado. Submisso, machucado, nu, abandonado e mudo.



Figura 108 - Homem nu, atado como um cão a uma coleira e sendo arrastado por Lynndie England, membro do exército estadunidense, pelos corredores de Abu Ghraib. Fotografia que na época dos fatos foi feita por Charles Graner, também membro do exército dos EUA, 2003. Fonte: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/11295035/The-next-torture-report-photographs-show-US-troops-abusing-and-sexually-humiliating-prisoners.html>

Os responsáveis pela foto foram Lynndie England e Charles Graner, policiais do exército americano que se conheceram durante o período de treinamento para servirem no Iraque. Segundo Lynndie England, em seu depoimento tanto no livro de Gourevitch e Morris (2008), como no documentário produzido e dirigido por Morris (2008), esta imagem que mostra claramente a dor e o abandono sofridos pelo cativo, não conseguiu, contudo, retratar a *história de amor* da qual também é parte.

No documentário que leva o mesmo nome que o livro, *Procedimento Operacional Padrão* (2008), England diz que seu relacionamento com Charles Graner era perturbado, pois Graner queria dominar todas as suas atitudes e comportamentos. Já no texto de Gourevitch e Morris (2008), Graner é apresentado como um ex-fuzileiro naval que sofreu com estresse pós-traumático

depois de servir na guerra do Vietnã. Quando retomou da guerra e foi procurar por ajuda nas instituições de veteranos, teve seu pedido negado por falta de provas. Nada comprovava que ele havia sofrido qualquer coisa durante a guerra.

Por conta disso, ao desembarcar no Iraque para prestar seu serviço militar, Graner tinha uma câmera para registrar tudo que viveria nessa nova guerra, com o intuito de produzir provas. Em sua entrevista para o documentário, England fala sobre a foto que reproduzi (fig. 1) e narra que o prisioneiro arrastado era chamado por todos de “Gus”, já que seu nome permanecia em segredo. A condição do prisioneiro, na época do registro, era caracterizada pelo cárcere em solitária, sendo obrigado a comparecer a todas as sessões de tortura que a Inteligência Americana achasse necessária. A sua nudez total, justamente durante o início do inverno no deserto, também foi uma exigência da Inteligência americana.

O dia em que a fotografia em questão foi tirada, o prisioneiro precisava ser remanejado de cela e o responsável selecionado para a movimentação fora Charles Graner. England não estava de serviço neste dia, mas ainda assim decidiu acompanhar o namorado até a cela do respectivo cativo. Quando ambos chegaram à cela, o detido estava visivelmente machucado em uma das laterais do seu corpo, devido às torturas provenientes do interrogatório pelo qual havia passado anteriormente. Graner pediu para que ele se levantasse e ele não obedeceu. Por conta disso, o militar pegou uma correia de prender carga, amarrou em seu pescoço e veio puxando o detido como um animal para fora da cela.

Ao ver a cena que havia acabado de compor, e muito interessado na humilhação e no sofrimento do prisioneiro, Graner pediu para que Lynndie segurasse a coleira improvisada que ele havia criado, porque dessa forma ele conseguiria registrar fotograficamente a cena. Lynndie afirma que assim que a sessão de fotos acabou, o prisioneiro “decidiu” cooperar e, mesmo estando bastante machucado, ficou em pé (GOUREVITCH E MORRIS, 2008, p. 169).

Ao contrário do documentário que fora filmado durante os anos de detenção de Charles Graner, a pesquisa de Gourevitch e Morris (2008) conseguiu entrevistar o respectivo militar que afirmou que havia decidido tirar as fotos porque queria mostrar aos seus superiores a *brilhante saída* que ele acabara de inventar para situações em que os prisioneiros se negavam a ficar

de pé e caminhar ou meramente cooperar (MORRIS, GOUREVITCH, 2008, p.174)

Esta fotografia, composta por England e o prisioneiro e registrada por Charles Graner, é um retrato do nosso tempo. Ela apresenta, sem dúvida, o *humano nu e abandonado do meu tempo*. Todavia, para England, a foto é apenas um registro imagético e não quer dizer nada sobre a infâmia guerra do Iraque e seus militares. Para ela, a foto nada diz sobre a condição desumana a que um prisioneiro estava sendo exposto, *mas sim sobre o seu relacionamento conturbado com Graner*. Por mais que não seja possível, e nem aconselhável, desacreditar completamente o depoimento de England, que expunha, inclusive, a existência de relações de poder amorosas e militares que também a afligiam, torna-se, no mínimo, extremamente constrangedor o discurso de que a fotografia falava mais do relacionamento entre militares do que do relacionamento entre militares e o sujeito aprisionado. Não é possível retirar o cativo da cena, pois ela só faz sentido por causa de sua presença. De acordo com o raciocínio de England, o “outro”, já desumanizado, é menos sujeito à dor do que ela, sujeito de direitos. Com isso, o homem-lobo, ou melhor, o *Bisclavret* de Abu Ghraib, tem no relato da militar que compõe a cena com ele um papel secundário. Não importa que ele tenha sido torturado e humilhado, o registro imagético, para ela, narra apenas a dor que ela mesma passou, a dor do carrasco e não a do prisioneiro (GOUREVITCH & MORRIS, 2008, p. 171).

Independente de que história Graner e England contaram para si mesmos para polir o horror que compõe a fotografia, a tortura e a humilhação ocorreram da mesma maneira. Aquele prisioneiro só estava nu, porque havia sido torturado para falar e provavelmente não disse o que a Inteligência americana desejava escutar. Aquele prisioneiro se recusou a levantar porque estava exausto em decorrência das 10 ou 12 horas de interrogatório (que eram longos justamente para causar exaustão psicológica no detido) que havia sofrido. Aquele prisioneiro se recusou a levantar porque uma lateral inteira do seu corpo estava mortificada devido às torturas pelas quais havia passado.

Outra justificativa pouco crível que aparece no texto de Gourevitch e Morris (2008) usada pelos soldados entrevistados que claramente haviam participado como torturadores em Abu Ghraib consiste em afirmar que eles decidiram encapuzar e despír os detidos para fazer com estes ficassem andando

o tempo todo por suas celas, debatendo-se, às vezes, contra as paredes após terem observado um outro detido, que nitidamente tinha sérios problemas mentais e que se batia fortemente nas paredes sem estar encapuzado. Na narrativa dos soldados, os detidos encapuzados nem se batiam com o mesmo ímpeto que o prisioneiro psicologicamente doente (GOUREVITCH E MORRIS, 2008, p. 176).

As fotos que os soldados tiraram dos atos de tortura e humilhação, mostram que os americanos construía bazaros souvenirs a partir das cenas de barbárie. Muitas vezes, eles aparecem se posicionando no enquadramento fotográfico como turistas em cima de um grande monumento histórico, que em Abu Ghraib consistia em uma pilha de corpos despidos e torturados.

A fotografia em que Graner e England compuseram junto mostra que a policial do exército havia intimidade não apenas com o fotógrafo, mas também a prática da desumanidade. Graner foi o diretor desta cena nefasta, onde o próprio ato de fotografar tamanha injustiça acabou por fazer parte do processo de injúria, tortura e humilhação do prisioneiro. Gourevitch e Morris consideram que a fotografia cria uma esfera tão absurda e doentia que o observador da foto, ou seja, nós, acabamos arrastados também a fazer parte da composição desta (GOUREVITCH E MORRIS, 2008, p. 183).

Ao serem entrevistados por Morris no documentário de 2008, os militares que compunham a Polícia do Exército americano em Abu Ghraib desenvolvem, na medida do possível, narrativas polidas da situação. Com o intuito de abrandar os fatos ocorridos e que chocaram parte da comunidade internacional, eles se mostravam, em alguns momentos, conscientes da gravidade das situações que aconteciam dentro do presídio norte americano no Iraque, embora tenham buscado deixar claro que aquilo que eles fizeram não teria sido tão grave.

Há momentos em que as narrativas dos carrascos parecem contagiosas e até mesmo convincentes. Nos discursos presentes, é agenciado uma espécie de sentimentalismo que funciona como uma cortina de fumaça e que culmina por confundir o espectador acerca de como esses homens e mulheres do exército estadunidense se relacionavam em profundidade com os prisioneiros e com a relação de superioridade que havia sido construída belicamente. Em alguns relatos, militares confessam terem sentido profundamente a morte ou a dor de um prisioneiro. De fato, as relações que se estabeleciam no microcosmo

de Abu Ghraib eram complexas e atingiam os vários sujeitos que relacionavam-se entre si, mesmo que exclusivamente a partir da violência. No entanto, não dá para negar que esses militares eram os mesmos que matavam, abusavam e torturavam, tirando proveito de um sistema criminal e penal, que na realidade, não era composto de norma alguma, ou seja, eles exerciam o direito através da sua suspensão, sendo a exemplificação perfeita do bando soberano.

A segunda fotografia que apresento ao leitor ficou conhecida mundialmente como *“the man in the hood”*, ou seja, *o homem encapuzado*. Também tirada por Graner, ilustra amargamente tanto a Guerra do Iraque como a vida de sujeição do homem capturado no bando soberano. O homem que aparece encapuzado em cima de uma caixa, com uma espécie de veste medieval ligado a vários fios de eletricidade e com os braços abertos, foi parar na segurança máxima de Abu Ghraib sob a acusação de ser envolvido em um atentado que havia resultado na morte de um militar do Comando de Investigações Criminais do Exército.



Figura 19 - O homem encapuzado. Fotografia de Charles Graner, 2003. Fonte: <https://www.latimes.com/nation/la-na-abu-ghraib-lawsuit-20150317-story.html>

Como mostra a narrativa de Gourevitch e Morris (2008) o que vemos como uma veste medieval era na verdade um cobertor da prisão com um buraco no meio. Em sua entrevista aos autores, Graner disse que a Inteligência Militar

havia pedido que o prisioneiro ficasse nu em sua cela, mas por mera misericórdia do mesmo ele decidiu permitir que este tivesse o mínimo acesso possível a pelo menos qualquer tipo de veste, devido as baixíssimas temperaturas no deserto durante o inverno.

O depoimento de Charles Graner, cedido aos jornalistas, entra em contradição com o depoimento do próprio torturado que afirma que o cobertor como veste não fora uma gentileza de Graner. Ao contrário do que fora relatado pelo militar estadunidense, o indivíduo torturado disse ter feito, ele mesmo, essa veste com o cobertor, o que, ainda de acordo com este relato, era uma prática comum entre os detentos de Abu Ghraib. Segundo al-Qaisi, o homem por traz do capuz, a inteligência militar o havia obrigado a permanecer nu, mas diante do frio do deserto, ele mesmo teria rasgado, na parede da própria cela, um buraco no cobertor para que pudesse passar o mesmo pelo corpo e amenizar, mesmo que minimamente, o frio ao qual estava sendo submetido³³.

A inteligência apelidou este homem de *Gilligan*, e foi na ala 1A de Abu Ghraib, que Ali Shallal al-Qaisi foi torturado, abusado e desumanizado. Na rara entrevista que al-Qaisi concedeu para o *al-araby*, (portal de internet hospedado no Reino Unido que narra as guerras e o sofrimento humano do povo do Oriente Médio, a partir da perspectiva destes mesmos) na qual permitiu ser filmado, ele contou que precisou de seis cirurgias para amenizar os problemas de saúde que adquiriu após as sessões de tortura a que fora submetido na sua passagem por Abu Ghraib.

Para o jornalista Othman al-Mukhtar, Ali Shallal al-Qaisi confessou que não era militar e nem mesmo qualquer tipo de liderança vinculada ao antigo governo de Saddam Hussein. Falou que sempre se posicionou contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos e que nunca escondeu isso de ninguém, falando abertamente suas convicções a seus amigos ou pessoas próximas. Al-Qaisi também contou que possuía um campo de futebol em Bagdá que fora tomado pelos militares do Exército americano para ser feito de cemitério de valas comuns. E ao contrário do que foi descrito por Gourevitch e Morris (2008), al-Qaisi diz que foi detido e depois levado para Abu Ghraib porque havia entrado

³³ Ver depoimento em inglês de al-Qaisi na íntegra em: <https://www.globalresearch.ca/torture-at-abu-ghraib-the-full-sworn-testimony-of-ali-shalal/4865>

em contato com a imprensa internacional para contar sobre a situação do seu antigo campo de futebol.

Ainda segundo al-Qaisi, ao ser levado para interrogatório, os militares pediam para que ele entregasse nomes que compunham a resistência armada no Iraque. O cativo informou que não conhecia ninguém e então os militares pediram *para que ele desse nome de pessoas que ele odiasse*. Ao recusar novamente o pedido feito, ele foi levado para Abu Ghraib e as sessões de tortura iniciaram. O que mais abalou al-Qaisi foram as sessões onde cabos de vassoura eram enfiados ou pressionados em suas partes íntimas.

E segundo o ex-detento, novamente contradizendo o testemunho do carrasco, os fios que estavam ligados a seus dedos, como mostra na fotografia, possuíam sim energia elétrica. Inclusive, como testemunha o mesmo, o barulho do estalar dos fios de eletricidade ainda permanecem em seus ouvidos *torturando-o* constantemente³⁴.

A imagem de Ali Shallal al-Qaisi somado a fotografia de Lynndie England, deslocando um prisioneiro severamente debilitado e machucado com uma coleira, são as reproduções mais “*honestas*” do que aconteceu naqueles anos no Iraque e do projeto desumano de Bush de exportar democracia pelo mundo. De um lado a tristeza do homem lobo sendo cruelmente arrastado depois de ter sido *caçado* pelo soberano, a face mostra a nostalgia daquele que perdeu sua identidade humana e para toda a eternidade ficará impossibilitado de voltar a sua forma humana. Do outro, o *Cristo* do Iraque em seu momento de suplício, que ao contrário da imagem usada pelo cristianismo não enobrece, em hipótese alguma, o sofrimento do humano.

Ambas as fotografias são, ao mesmo tempo, a ilustração do resultado do projeto ambicioso de criar um sistema carcerário e criminal modelo no Iraque imbuído do discurso orientalista, da mesma forma que também são mais um dos instrumentos de tortura. Ambas são o resultado do processo de desumanização do humano tutelado pela lei do soberano, que o suspende de qualquer direito animalizando a sua condição e depois consumando a sua morte. Ambas as fotografias são a demonstração de atos que permeiam entre a mais extrema

³⁴ A entrevista em inglês na íntegra de Ali Shallal al –Qaisi para o al-araby pode ser lida na íntegra em: <https://www.alaraby.co.uk/english/features/2015/11/27/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi>

maldade e os mais variados tipos de condutas genuinamente jocosas que um Estado pode realizar.

Por volta do final de novembro de 2004, Sabrina Harman e seus amigos de serviço Lynndie England e seu namorado Charles Graner, figuras centrais, como mostrou o respectivo trabalho, na situação que envolvia a tortura e a prática fotográfica de prisioneiros em situações de extrema humilhação, se fotografaram fazendo diversas poses ao lado do corpo de um homem profundamente ferido, com a face, inclusive, desfigurada dada as condições de tortura e espancamento que fora submetido.

Nenhum dos militares sabiam o nome do prisioneiro porque ele era mais dos detidos fantasmas de Abu Ghraib. Mas, para além das fotos, outra situação, envolvendo o mesmo detido, assusta com a crueldade e a desumanidade em que fora tratado: após ser exposto a horas de interrogatório com todos os tipos de abuso e tortura, o mesmo fora levado arrastado da sala de interrogatório para a cela em que permaneceria dali em diante, com a ordem dos militares da inteligência de que ele não havia colaborado, principalmente no final do interrogatório, permanecendo em *silêncio*.

A ordem da inteligência fora clara: ele precisava permanecer com o rosto coberto e ser algemado em posições dolorosas e estressantes. Ao chegar na cela, o detido não apresentou qualquer resistência com a forma com que seus braços foram algemados para trás, praticamente no limite de quebra-los. Graner, que era o responsável pelo traslado do detido, tentou conversar com o prisioneiro que permaneceu em silêncio. Ao levantar o capuz do cativo, percebeu que além do seu rosto estar completamente desfigurado, o mesmo já havia morrido antes mesmo de ter chegado a cela.

Ao informar seus superiores de que o detido havia morrido, a Inteligência Militar permaneceu em alerta, temendo que uma rebelião pudesse ocorrer dentro do presídio caso os demais detentos soubessem do que havia ocorrido. Por isso, optaram por colocar o corpo, primeiramente, em um saco coberto de gelo e o deixaram por horas dentro do banheiro da ala. Foi, inclusive, neste momento que os policiais do exército se fotografaram. Mais tarde, depois que o gelo havia derretido, os oficiais da Inteligência envolveram o corpo em uma manta, o colocaram em uma maca com um soro intravenoso e o tiraram de dentro da

prisão sem nunca apontar para onde o levaram (GOUREVITCH E MORRIS, 2008, p. 218).

A seguir, reproduzo a fotografia em que Sabrina Harman posa ao lado do cadáver, sorridente e fazendo um sinal de “positivo” com a mão direita.



Figura 20 - Sabine Harman posa ao lado de um cadáver, vítima de Abu Ghraib. Fotografia de Charles Graner, 2003. Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Soldado-Sabrina-Harman-em-foto-com-um-dos-prisioneiros-mortos-em-Abu-Ghraib_fig3_276900777

O corpo, que tão desumanamente serviu de composição para as fotos desrespeitosas de Harman e sua equipe, era de Manadel al-Jamide, preso por ser suspeito de ter participado em um atentado terrorista que ocorreu em Bagdá que matou agentes americanos. Entretanto, al-Jamide era inocente e a autópsia realizada pelos médicos do próprio exército estadunidense apontou que a causa da morte fora devido à gravidade dos ferimentos que o prisioneiro havia sofrido na caixa torácica, resultando inclusive na fratura de cinco de suas costelas.

O laudo da perícia de al-Jamide afirma que sua morte fora *homicídio*. Até hoje ninguém foi responsabilizado³⁵. A barbárie da qual al-Jamide fora submetido confirma toda a discussão tratada neste texto, de que soberania estatal é mais do que a integridade de um Estado, ela, na realidade, como já tão discutido anteriormente, é o local onde a vida humana considerada indigna de ser vivida é assassinada sem implicar em crime.

Uma das últimas fotografias tiradas em Abu Ghraib é de um prisioneiro nu, extremamente amedrontado e encolhido diante do portão de uma cela na ala A1, enquanto dois militares responsáveis pelo uso de cães no processo de interrogatório, unidade conhecida como K9³⁶, instiga os cães a atacá-lo. O cativo em questão, estava sendo torturado porque a Inteligência Militar acreditava que ele era um dos generais de Saddam Hussein. A expressão no rosto do homem, não é apenas de terror, mas também de dor, angústia e sofrimento.



Figura 21 - Prisioneiro é aterrorizado por cão enraivecido. Fotografia desconhecido, 2003.
Fonte: <http://www.madrerussia.com/i-crimini-di-guerra-ad-abu-ghraib-ma-quale-liberatori-solo-una-banda-di-torturatori/>.

³⁵ Ver em *anexos* o laudo da autópsia de Manadel al-Jamide.

³⁶ *Kanine*, ou seja, do inglês *canine*, canino.

Novamente aparece o *Bisclavret* nitidamente expressando comportamentos e atitudes humanas diante das feras que habitam a liminaridade criada pelo bando soberano do Estado. O poder, como aponta José Carlos Rodrigues (1991), é cósmico. É, em outras palavras, o que Agamben fala sobre a imaterialidade do bando soberano, na maioria das vezes, onde mesmo sendo uma esfera de violência cuja as fronteiras entre vida e morte, direito e suspensão foram apagadas, é originalmente uma esfera de poder (RODRIGUES, 1991, pág. 16).

Esta imaterialidade, ou seja, esta característica cósmica, fundamenta a norma de violência, tornando-a, de certa forma, estrutural. É por isso que constantemente nos deparamos com situações onde vão-se os carrascos, entretanto permanece a tortura. Além do mais, o poder é completamente dependente da ordem simbólica, como foi possível averiguar por meio das fotos que comprovam como as práticas de tortura em Abu Ghraib eram realizadas. Em nenhuma fotografia os detentos são ameaçados com armas de fogo.

Em Abu Ghraib, os instrumentos de poder eram fios elétricos, capuzes, caixas de papelão, cabos de vassoura, tudo o mais rudimentar possível. Eram elementos que causavam pânico nos cativos porque eles são justamente reconhecidos dentro da ordem simbólica como instrumentos de poder. Independente da definição que aqueles objetos possuíam, em Abu Ghraib os seus significados eram de violência, morte e sofrimento porque eram identificados como tal (RODRIGUES, 1991, p. 37).

Mesmo que cosmológico ou abstrato, o poder não é metafísico. Ele se constitui em cada mínima relação possível constituída relacionalmente dentro e nas margens do bando soberano. Observe o caso do poder do torturador, ele é simbólico e ao mesmo tempo material. O poder, por exemplo, pode se reproduzir através da tecnologia, mas antes ele também é tecnologia. Pode se reproduzir através dos corpos dos carrascos, mas antes ele é o próprio corpo. Tudo isso porque as relações de poder, além de todas as características que as compõem, são, antes de tudo, integradas na ordem da crença e da significação (RODRIGUES, 1991, p. 43).

A história de Abu Ghraib nos mostra que cada potência política modela um corpo humano a sua maneira. O antropólogo José Carlos Rodrigues nos auxilia a compreender, um outro matiz da animalização do corpo do humano,

para o autor em questão, o processo de animalização do outro ocorre quando o corpo deste confronta o nosso conceito de humanidade ou as regras que fazem parte da nossa cultura.

Seja o corpo disforme pela violência ou não, ele aparece em grande medida, como uma instituição social, por isso podemos ver através das suas cicatrizes, como no caso de Tomas Young, ou na posição de sofrimento do qual al-Jamide fora imposto, não só matéria biológica, mas também história.

José Carlos Rodrigues, também fala sobre o poder de *considerar* a morte do outro que os humanos em condição de soberania possuem. Antes mesmo da morte biológica se efetivar, contingentes imensuráveis de seres humanos morrem socialmente antes de seus organismos. A condição de abandono cujo os prisioneiros de Abu Ghraib foram tratados por instituições supra jurídicas exemplificam grandiosamente esta situação (RODRIGUES, 1991, p. 104).

Olhando para garantias que deveriam ter força perante as decisões de Estado, como os Direitos Humanos, nos deparamos exatamente com a força da violência soberana, mergulhada em pressupostos etnocêntricos, instrumentalizando, ao passo que usurpa, estas mesmas garantias para estender ainda mais o seu poder de força. Como a retórica política de Bush ao afirmar que a população iraquiana estava *carente* e reivindicando por justiça, quando na realidade *não estava*. As grandes forças estatais justificam, paradoxalmente, seus comportamentos violentos em terras estrangeiras exatamente pela *falta* destas garantias nestes lugares. Insistem em definir o outro pela falta.

Garantias supra jurídicas tem sido a estratégia de grandes potências para inventar carências em outros Estados e assim assumir e se autoproclamar como responsáveis em atender estas necessidades travestidas. A força de violência que compõe a soberania tem inventados mundos que no final são incapazes de serem tutelados. Concomitante a tudo que discuti sobre o processo de desumanização do humano a partir do que se sucedeu dentro da Abu Ghraib americana, ainda me cabe mais um questionamento acerca de toda esta situação: o que foi feito dos Direitos Humanos em situações como esta? Por estarem justamente fora do ordenamento estatal, os Direitos Humanos seriam uma das únicas saídas para vencer as forças de violência oriundas do bando

soberano, mas porque então, nada foi feito? Essas são as questões que busco responder na próxima parte desta dissertação.

Parte II: Congresso Internacional do medo.

I. Ode ao disforme.

Na pequena cidade fictícia, e inominada, do conto *The Lottery* de Shirley Jackson, o *nómos* soberano não se maquia, muito menos se traveste. Ao se apresentar aos moradores do respectivo local, mostra-se exatamente como é: soberbo, violento e repugnante.

O conto nos insere no dia mais *sangrento* para aqueles que, ao terem sua vida biológica capturada pelo bando soberano do Estado, passam a ser incluídos no ordenamento jurídico através da suspensão do mesmo. O *nómos* é quem garante a “*festividade*”, ou seja, o dia da *loteria* na pequena cidade, cunha seus instrumentos para garantir o direito através da violência. O artefato mais assustador, é claro, depois das pedras, *a caixa*.

Feita dos restos de suas antepassadas, é nela que se coloca os nomes dos concorrentes à loteria. Consequentemente, é por ela que sai o nome do ganhador. O senhor Summer, o responsável pela loteria, *insiste para que os moradores se organizem e façam, o mais breve possível, uma nova caixa*. Entretanto, é nítido o desinteresse dos mesmos em cumprir com tal atividade. O motivo do repúdio, *é o temor pela própria função da caixa*. Mas como o senhor Summer *não participa* da loteria, *ele finge não compreender* a aflição dos demais moradores.

A caixa, que como bem narra Jackson, passa o decorrer do ano permanecendo um pouco em cada estabelecimento local, e, algumas vezes até esquecida nos depósitos dos mesmos, *como se fosse um mero objeto inofensivo*, é o engenho que respalda o homicídio da vida nua, sem permitir que este seja o que é, pois o prêmio da loteria que Jackson descreve em seu conto é a *morte* daquele que, em poucas horas, fora sorteado pela caixa como uma vida que não merecia mais ser vivida.

O mero extermínio da vida nua é um *direito* no conto de Jackson, mesmo que seja através da sua suspensão. É um respaldo legal, independente da sua consequência. Sendo a desumanização da vida daqueles que são considerados indignos para continuarem vivos e, depois a consumação desta em morte, a força motriz da soberania do Estado, *pensar em direitos humanos e até mesmo*

direito internacional, em condições onde a essência do ordenamento jurídico é a violência, ou seja, falar em *direitos* para aqueles que só os conhecem através de sua impetuosidade é *constituir congressos internacionais do medo, é cantar o medo* e suas derivações, como outrora afirmava Drummond³⁷.

Em Abu Ghraib, o acesso que os prisioneiros tiveram aos direitos humanos fora exatamente da mesma forma que os moradores do conto de Jackson: através do seu bloqueio. Os prisioneiros da penitenciária americana foram *considerados ilegais demais* para terem acesso a qualquer respaldo jurídico. Mas, como já vimos anteriormente, isto não significa que eles estavam fora do ordenamento jurídico, pelo contrário: eles estavam dentro, entretanto, em uma zona de indistinção.

Não é novidade o fato de que os direitos humanos foram pensados *por e para* ocidentais. Ao invadir o Iraque em 2003, os Estados Unidos não consideraram a opinião do povo que compunha a terra que eles prometiam *libertar* e mesmo assim uma guerra foi declarada e um povo inteiro, com toda a diversidade cultural que o compunha, fora massacrado. Resguardar a humanidade e a dignidade daqueles que – além de estarem fora das grandes potências, ainda vivem sob o seu julgo – nunca foi o maior plano de ação de instituições suprajurídicas como a ONU, assim como dos tratados e convenções internacionais que em muitos casos as acompanham.

Os excluídos do processo decisório dos direitos humanos não são os terroristas dos quais os Estados Unidos insistem em dizer que estão combatendo em terras estrangeiras, mas sim o povo que existe em meio a todo este conflito e que está *sempre no topo da ajuda humanitária*, ficando presos a ações de decisões acerca das quais eles mesmos não podem opinar em hipótese alguma. Este fato, em síntese, configura para Žižek (2003) como mais uma forma de manifestação da biopolítica. O *homo sacer* é o maior “*beneficiário*” da biopolítica dos direitos humanos: além de ser privado de sua humanidade, a condição desumana deste é sustentada com ojeriza pelo ordenamento que deveria protegê-lo (ŽIŽEK, 2003, p. 111).

³⁷ ANDRADE, Carlos Drummond de. Congresso Internacional do Medo. In: Sentimento do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 29-30.

Integram o núcleo decisório das políticas de direitos humanos, assim como dos tratados e convenções internacionais, justamente os países que mais desumanizam, mais guerreiam e que mais se colocam como o centro que decide o que é aceitável ou não, o que é humano ou inumano, o que é direito e o que a suspensão do mesmo, o que é certo ou errado.

Com 30 artigos facilmente manipuláveis, durante a sua história de existência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, fora inúmeras vezes usada como *respaldo*, por mais paradoxal que possa parecer, para justificar guerras e extermínios fora do Ocidente. Diversos tratados internacionais, pensados para resguardar a humanidade dos seres humanos, acabaram reproduzindo o mesmo efeito do bando soberano do Estado: criam uma zona indiscernível entre direito e tirania.

Assim como o Tratado de Versalhes de 1919, que já nasceu condenado, como colocara Harold Nicholson (2014) em suas memórias, as subseqüentes declarações internacionais continuaram surgindo sob o espectro da mesma sombra: *favorecem uma minoria absolutista e condenam uma maioria cada vez mais vulnerável*. Além do mais, paira uma vaidade inconsequente entre os líderes de Estado e outras categorias de burocratas de alto escalão que compõem os mais importantes núcleos de decisão que cunham estes tratados e convenções, fazendo com que os anos se passem, mas o problema do resguardo da vida do *homo sacer* permaneça cada vez mais resistente de ser resolvido.

A luta por uma perspectiva comum sobre quais são as garantias e os direitos do humano, vem desde a Grécia antiga. Mesmo sendo pioneira na discussão sobre os direitos humanos, nem tudo fora idílico na lei grega. O “berço” da democracia passou por vários períodos que contradiziam os ideários políticos e filosóficos de seus grandes pensadores. (Devine, Hansen e Wilde, 2007, p. 14).

Mesmo diante do discurso que defendia os direitos dos cidadãos, a *pólis* grega *nunca* incluía as mulheres, os escravos e principalmente os estrangeiros, em seu ordenamento jurídico. Uma prática que perdura até os dias de hoje em graus diferentes ao redor do mundo. Além do mais, a noção de direitos humanos que o Ocidente possui *é uma enorme herança da esfera religiosa*, respectivamente, do judaísmo e do cristianismo. Esta herança, por sua vez,

intensifica ainda mais a questão da exclusão e da não participação política no processo decisório destes grandes tratados de praticantes de fé divergentes como os mulçumanos e os budistas, por exemplo. Ainda é facilmente perceptível a quantidade de termos religiosos que foram laicizados e reutilizados na esfera política, entre estes, a tão problemática “sacralidade” da vida.

Para pensar toda a condição de Abu Ghraib em relação aos direitos humanos é necessário voltar a algumas questões que compõem a história destes, entre eles a problemática teoria contratualista, cuja a noção de *direito natural* fora uma *grande fonte de inspiração para a concepção dos direitos humanos* no Ocidente e depois para a declaração dos mesmos.

O iluminismo e o *laissez-faire* de Adam Smith, junto a outros grandes nomes do pensamento ocidental também inspiraram, cada um à sua maneira, o conceito de direitos humanos aderindo a estes, ideias essencialmente liberais. Tanto François-Marie Arouet, (Voltaire), Charles-Louis de Secondat (Montesquieu) e Denis Diderot, recusaram a aceitar a igualdade feminina e consequentemente tinham suas teorias sociais respaldadas na misoginia (Devine, Hansen e Wilde, 2003, p. 39).

Em 1789, o Marquês de Lafayette concebia na França a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Para um documento de tão grande importância: *um título ambíguo*. Em um Ocidente que já estava completamente politizado e com uma gama de Estados já reconhecidos como potências, diferir “homem” de “cidadão” não apresentava nenhuma colaboração para o meio social, a não ser respaldar mais um tipo de violência contra os subalternos e *homo sacers*: estabelecer os direitos daquele que é apenas considerado *homem* e daquele que é considerado *homem e cidadão*.

A *Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos* de 1789, não deixa claro se o termo *homem e cidadão* se referem a realidade divergentes e por isso autônomas uma da outra ou se, na realidade, trata-se de um sistema unitário na qual o primeiro conceito aparece oculto no segundo. E mesmo que opte-se por entender que o entendimento da declaração deve ser o que concebe o homem indubitavelmente como também cidadão, não fica claro quais são as relações que existem entre as duas designações (AGAMBEN, 2010, p. 123)

No final dos anos 1700, surgiram as primeiras críticas ao direito natural e principalmente ao *laissez-faire* de Adam Smith que, junto com a

industrialização, empurrou milhares de seres humanos para uma miséria profunda na qual o capitalismo, que se apresentava cada vez mais imponente, desumanizava, em um ritmo desenfreado, uma quantidade absurda de seres humanos, garantindo, antes de qualquer outra coisa, que eles não possuíssem direito algum. Entre os críticos da lei natural estava Edmund Burke afirmando que Lafayette, na sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, havia criado uma *ficção* monstruosa sobre uma *igualdade* entre os seres humanos, que na realidade não existia (Devine, Hansen e Wilde, 2007, p. 52).

Assim como Burke, Lynn Hunt (2007) também crítica a adesão da *naturalização* à noção de direito humano, pelo motivo mais óbvio: *os direitos humanos só ganham algum tipo de significado se estes estão inseridos dentro de um contexto político*. Isto ocorre pois não é possível acreditar na existência anterior da discussão acerca dos direitos humanos dentro de um estado de natureza, quando nenhuma outra noção de direito fora forjada. A naturalização rompe com uma questão lógica: direitos são costumes que precisam ser garantidos dentro de uma organização que os respalde através de uma ordem política secular (HUNT, 2007, p. 21).

A chegada dos anos 1800 *marca a luta das mulheres para serem reconhecidas como seres humanos* e, assim, poderem usufruir de seus direitos. A começar pelo sufrágio universal que sempre sustentou a convicção que todo ser humano *tem o direito de participar do processo que por fim, o governa*. Grandes nomes marcam esta época como Olympe de Gouges (Montauban, 7 de maio de 1748 – Paris, 3 de novembro de 1793) e Mary Wollstonecraft (Londres, 27 de abril de 1759 – Londres, 10 de setembro de 1797).

Em 1900, mesmo com a luta das sufragistas, as mulheres na Europa ainda não podiam votar, frequentar universidades ou ter controle de suas finanças. Eram pouquíssimas as mulheres que tinham acesso a instrução para alcançarem profissões com altos salários, como exercer o direito ou a medicina. Os anseios da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foram ao encontro com a luta das sufragistas (lembrando que já no início dos anos 1900 ou até mesmo antes, alguns estados dos Estados Unidos da América já haviam liberado o voto para as mulheres), e o direito ao voto só chegou para as europeias depois de 1918 (Devine, Hansen e Wilde, 2007, p. 57).

Os horrores da Primeira Guerra Mundial e, sobretudo, suas consequências coloniais, oprimiu ainda mais a luta de minorias políticas para serem entendidas como parte da humanidade. De todas as questões que podem ser colocadas em discussão, o *Tratado de Versalhes* emerge como um ponto importante inclusive nas memórias de Harold Nicholson (2014), que era aspirante a diplomata na época dos fatos. Nicholson narra os bastidores de um documento internacional de extrema importância, que por fim, ao ter praticamente todas as suas cláusulas prostituídas, acabou servindo como um dos maiores alicerces da retórica política nazista.

A forma com que Nicholson narra os proscênios da teatralização do respectivo Tratado possibilita aproximações analíticas e diálogos interessantes com as práticas feitas na atualidade. A *pax de Versalhes*, apontara o então diplomata, *não era justa*. Os Primeiros Secretários e Diplomatas da época recebiam telefonemas das divisões militares que permaneceram na Alemanha, mesmo depois do Armistício de 11 de novembro de 1918, para que a Inglaterra suspendesse os bloqueios alimentícios na região, pelo fato de os soldados não suportarem mais ver crianças morrendo de fome. As condições ofertadas pelo Tratado para a Alemanha eram tão absurdas que pairou sobre os burocratas o medo de que o respectivo país se recusasse a assinar o documento. Em síntese, *o Tratado de Versalhes foi uma paz de pressão e de imprensa*, não muito diferente da paz que conhecemos nos dias atuais (NICHOLSON, 2014).

Resultando em um documento inconsequente e, que na maioria das vezes não fazia sentido algum, um dos maiores documentos acerca da paz no pós-guerra que estava completamente envolvido com a humanidade de milhares de pessoas, era composto por erros simples que resultavam em fatores gravíssimos como o caso da escolha de Paris para sediar a conferência.

Durante os anos de guerra fora injetado na sociedade parisiense uma tormenta de ódio contra o povo alemão que acabou fomentando paixões incontroláveis. Sendo assim, enquanto a comissão se estabelecia na capital francesa para discutir o Tratado, o povo nas ruas definhava em histeria de guerra pedindo para que se freasse a justiça e instaurasse um processo de retaliamento à toda nação alemã e aos seus respectivos dirigentes.

A paz de imprensa e de pressão de 1919 não é nada diferente da paz de Bush em suas incursões sangrentas pelo Oriente Médio. Entretanto, com os

estadunidenses no comando, esses atos “*pacíficos*” como outrora fora o Tratado de Versalhes, especializaram-se ao decorrer dos anos até se tornarem as famigeradas *missões de paz*.

O Tratado de Versalhes foi uma segunda guerra travada nos restos da primeira. Entretanto, essa guerra teve lugar não no campo dos homens, mas no campo das leis. Nicholson, que esteve presente no processo de constituição do tratado, comenta que o Primeiro Ministro Inglês à época, David Lloyd George, avisou a todos que temia pelas decisões que os Estados Unidos da América, que cada vez mais se apoderava do processo decisório para a construção do Tratado, estava tomando diante da crise que a Europa inteira enfrentava devido a guerra. Ele ansiava que o declínio alemão, mais cedo ou mais tarde, devido aos fortes cortes econômicos que o país receberia por conta do Tratado, acabasse afundando toda a Europa junto (NICHOLSON, 2014).

Quando é sobre a vida e a morte do “outro”, e principalmente os direitos destes, o processo decisório é impregnado de subjetivismo. Parece improvável que depois de quatro anos de agressões, um país que entrou no final da guerra conseguisse se achar no direito de cunhar leis e pontos para “salvar o mundo”. Woodrow Wilson, então presidente dos Estados Unidos na época dos fatos, enxergava a sua participação no processo decisório acerca da construção da paz no pós-guerra, como uma espécie de *salvação coletiva* enquanto buscava, simultaneamente, sua autodeterminação e reconhecimento como um *político de categoria*, pelo mundo.

Antes mesmo de acabar a guerra, Wilson, junto ao Congresso americano, já tinha cunhado uma espécie de documento com o objetivo de *proporcionar caminhos libertadores ao mundo* no pós-guerra. Este documento ficou conhecido como os *14 pontos, 4 princípios e 5 detalhes*. Mascarados como *soluções*, as acepções de Woodrow Wilson estavam carregadas de assuntos coloniais e com o peso da conduta dos grandes países colonialistas. Para o então presidente americano, as soluções que o mesmo apresentou ao mundo, *faziam com que pairasse sobre ele algo que se assemelhava a uma áurea divina* transformando-o em uma espécie de messias. Wilson se colocou em uma posição absurda, mas muito semelhante ao comportamento de outros

presidentes, exigindo que *os homens dessem a César o que era de Deus*, superando uma piada de mal gosto³⁸.

Foram os doutores Hermann Muller, Ministro das Relações Exteriores na Alemanha de 1900, concomitante ao também doutor Johannes Bell, jurista e político, que assinaram o Tratado de Versalhes no dia 28 de junho de 1919. Ambos os dirigentes *foram conduzidos como prisioneiros* para fora da *Salle de L'Horloge do Quai d'Orsay no Hôtel du ministre des Affaires étrangères* onde o Tratado fora assinado. Raymond Poincaré, o então presidente francês, deixou o salão, logo depois em lágrimas.

Como Nicholson mostra em suas memórias, Poincaré tinha plena consciência da desumanidade que a delegação do Tratado havia empurrado ao povo alemão, que mesmo assim continuaria sofrendo com os bloqueios instaurados pela Inglaterra. No restante daquele 28 de junho, enquanto milhares de pessoas morriam de fome na Alemanha, diplomatas, primeiros secretários e chefes de Estados da França, Inglaterra e Estados Unidos comemoraram com champanhe, a segunda vitória da Primeira Guerra Mundial. *Hemingway estava certo ao dizer que “Paris é uma festa”, tão certo quando Henrique IV da França que afirmou que “Paris vale uma missa”.*

Woodrow Wilson e George W. Bush, entre outros presidentes norte-americanos, integram uma participação infernal tanto na história mundial como na constituição e na execução dos direitos humanos. O mais inacreditável é a persistência dos discursos religiosos que perpetuam entre os presidentes como um costume, que por sua vez, acabam contaminando decisões de extrema importância no meio político, seja em relação aos direitos humanos ou a política internacional. Além do mais, os presidentes americanos não hesitam em afirmar presunçosamente, que suas decisões possuem o *aval do Reino dos Céus*, como podemos ver nos exemplos a seguir:

³⁸ NICOLSON, Harold. *O Tratado de Versalhes: a paz depois da Primeira Guerra Mundial*. 1° ed. São Paulo: Editora Globo S. A., 2014.

World news

George Bush: 'God told me to end the tyranny in Iraq'

President told Palestinians God also talked to him about Middle East peace

Ewen MacAskill

Fri 7 Oct 2005 07:28 BST



26.762



▲ George Bush believes he is on a mission from God, according to the politician Nabil Shaath. Photograph: Charles Dharapak/AP

George Bush has claimed he was on a mission from God when he launched the invasions of Afghanistan and Iraq, according to a senior Palestinian politician in an interview to be broadcast by the BBC later this month.

Figura 22 - Print de tela de computador, no qual é exposta a notícia "George Bush: God told me to end the tyranny in Iraq", matéria do jornal "The guardian, publicada em 2005. Fonte: <https://www.theguardian.com/world/2005/oct/07/iraq.usa> , acesso em 29/06/2019

 INDEPENDENT

 JOIN US? SUBSCRIBE REGISTER

NEWS POLITICS VOICES FINAL SAY SPORT CULTURE VIDEO **INDY/LIFE** INDYBEST LONG READS INDY100 VOUCHERS MINDS

Bush: God told me to invade Iraq

President 'revealed reasons for war in private meeting'

Rupert Cornwell | @IndyVoices | [Friday 7 October 2005 19:26](#) | |



 Click to follow The Independent US

President George Bush has claimed he was told by God to invade Iraq and attack Osama bin Laden's stronghold of Afghanistan as part of a divine mission to bring peace to the Middle East, security for Israel, and a state for the Palestinians.

The President made the assertion during his first meeting with Palestinian leaders in June 2003, according to a BBC series which will be broadcast this month.

The revelation comes after Mr Bush launched an impassioned attack yesterday in Washington on Islamic militants, likening their ideology to that of Communism, and accusing them of seeking to "enslave whole nations" and set up a radical Islamic empire "that spans from Spain to Indonesia". In the programme Elusive

Figura 113 - Print de tela de computador, no qual é exposta a notícia "Bush: God told me to invade Iraq", matéria publicada no jornal Independent em 07/10/2005. Fonte: <https://www.independent.co.uk/news/world/americas/bush-god-told-me-to-invade-iraq-6262644.html> , acesso em 29/06/2019.

President Trump autographed Bibles for survivors of the Alabama tornado outbreak



President Donald Trump signs a Bible as he greets people at Providence Baptist Church in Smiths Station, Ala., Friday, March 8, 2019, during a tour of areas where tornados killed 23 people in Lee County, Ala. (Carolyn Kaster / AP)

Figura 24 - Print de tela de computador, com a notícia "*President Trump autographed Bibles for survivors of the Alabama tornado outbreak*", fato ocorrido em 08/03/2019 e publicado pelo jornal Chicago Tribune. Fonte: <https://www.chicagotribune.com/news/nationworld/politics/ct-trump-autograph-bibles-alabama-tornado-20190308-story.html>

As três imagens, quando vistas em sequência, nos mostra a intimidade com a qual os líderes estadunidenses falam e até autografam em nome de Deus. Suas ações são, portanto, messiânicas. Eles agem em prol da humanidade, mesmo quando dizem uma grande parcela dessa. A história dos direitos humanos, é nítida: por mais importante que tenham sido as declarações que reconheceram a dignidade e o direito do humano diante da hostilidade do mundo, a história ainda mostra como a humanidade dos mais frágeis foi aos poucos sendo meramente reconhecida, ou então, violentamente e perversamente instrumentalizada e legitimada em muitos casos, pelas próprias declarações e tratados que deveriam resguardá-las. Em outras palavras, por mais importante que seja a luta em prol dos Direitos Humanos e até mesmo a escrita dos textos que regem as convenções, como a Declaração de 1948, as discussões que estão no bojo dos Direitos Humanos ainda são carregadas de etnocentrismo, na medida em que reconhecem como humanos apenas uma parcela ínfima da humanidade. Logo, esses textos que se pretendem tão universalistas carregam uma espécie de antítese de si mesmos em sua própria constituição.

A permanência da prática da tortura, em plena *era dos direitos humanos*, nos mostra o quão estes tratados e convenções e até mesmo as ditas instituições suprajurídicas (como as Nações Unidas – ONU e a Cruz Vermelha) não conseguem ter forças políticas para o enfrentamento de contextos onde a violação aos Direitos Humanos é praticada por potências mundiais e, ainda, acabam sendo restringidas pelos seus próprios textos. Por muito tempo a tortura unira direito e violência como uma forma de justiça. Entretanto, o mais importante é que o conceito *direitos do homem*, apareceu pela primeira vez em um trabalho de Voltaire justamente sobre a morte de Jean Calas, um jovem rapaz que fora entregue pelo próprio pai à Corte Francesa para ser torturado até a morte porque queria se converter ao catolicismo. Em outras palavras, a primeira vez que nos deparamos com a expressão *direitos do homem* foi para fazer resistência frente às práticas de tortura³⁹ (HUNT, 2007, p. 72).

A empatia, como nos mostra a história, fora um pilar importante para que práticas de tortura fossem, paulatinamente, proibidas. Da mesma forma este mesmo sentimento coletivo colaborou para o fortalecimento dos direitos humanos. Aos poucos, práticas impiedosas que eram legalmente respaldadas foram sendo vistas como crueldades desnecessárias e representações de fanatismo.

Ainda assim a tortura sobrevive no âmago das nossas relações legais, não apenas como um afrontamento ou descumprimento da ordem, como já vimos na parte I deste trabalho. A tortura, para além dos tratados e convenções internacionais, é uma relação amargamente originária do *homo sacer* com o aparato legal. A relação mais intrínseca do *homo sacer* com qualquer esfera legal é através da violência. E, logicamente, nesta equação há a presença do carrasco.

Entre o *homo sacer* e a sua condição inerente à violência do Estado, existe ainda a vontade do carrasco e seus anseios de causar humilhação e sofrimento antes de exterminar a vida nua. Para Jacques Sémelin (2009), o torturador é o elemento chave desta situação, pois é através dele que se

³⁹ Em 1789, o governo revolucionário francês fez a sua tentativa de abolir a tortura *legitimando ainda mais a pena de morte*, no caso instaurando a guilhotina como uma *alternativa* a tortura para que todos pudessem ter uma penalidade *uniforme* pela lei, e menos *dolorida* (HUNT, 2007, p. 76).

concretiza a *passagem ao ato*, ou seja, o cumprimento da ordem, a materialização da força do Estado. Esta consumação da violência através do carrasco não implica apenas em pulsões psíquicas, mas sim envolve dinâmicas individuais ou coletivas de natureza social, política e psicológica (SÉMELIN, 2009, p. 20).

O movimento da desqualificação da tortura e da pena de morte como instrumentos legítimos de lei começa a ocorrer, como demonstra a perspectiva da historiadora Lynn Hunt (2007), quando o corpo físico do humano passou a ganhar mais notoriedade, e, principalmente, individualidade. O corpo que até então podia ser torturado e mutilado, com a justificativa de ser para um bem maior perante a sociedade, perde esta característica e adquire outra notabilidade: *passa a possuir o valor de sacro dentro de uma ordem secular*. (HUNT, 2007, p. 82).

A sacralidade aparece como uma forma de constituir ainda mais a subserviência do corpo daquele que está sempre diante de tribunais e punições às vontades do Estado. Na perspectiva agambiana não há ganhos para o homem quando seu corpo biológico passa a ser tido como sagrado. Esta nova característica, ou seja, a sacralidade, vai ao encontro com qualquer percepção de liberdade ou individualidade. O discurso é dotado de uma ambiguidade cruel: enquanto é balizado pelo enaltecimento da vida humana, qualquer que seja ela, diante dos holofotes da imprensa mundial, é imbuído, nas esferas da *intimidade*, das práticas de tortura. Nesse sentido, aquilo que Lynn Hunt (2007) considerou como ganho advindo das lutas que permearam a invenção dos direitos humanos, nada mais é do que uma ficção, provinda da zona de indistinção, cunhada pelo bando soberano do Estado, para infligir ainda mais sofrimento ao corpo do *homo sacer*.

O poder de destruir crava nos homens, através da tortura, a sua marca inapagável. Da mesma forma, transforma o corpo do *homo sacer* no receptáculo genuíno da *vontade* do poder. Ao lado da tortura, ainda repousam os massacres cometidos pelas grandes potências ao redor do mundo, como características televisivas e espetaculares, que afirmam a transcendência deste poder através do martírio e da destruição de corpos que ele mesmo designou como inimigo (SÉMELIN, 2009, p. 25).

Pensar em direitos humanos em uma época regida pela biopolítica é pensar de maneira limitada, pois os sujeitos que devem ser defendidos pelas leis universais do homem não é o homem engajado, que tem sua *bíos* preservada. No ordenamento jurídico moderno, as vítimas de violações dos direitos humanos já foram destituídas de sua humanidade política, sendo vista apenas em relação ao seu *corpus*, ou seja, a partir da representação da vida nua. A própria forma como o *writ* do *Habeas Corpus* de 1679 foi construído, onde o que se busca é a liberdade do *corpus* do indivíduo que se encontra frente a uma corte de justiça, e não a liberdade do cidadão, da vida engajada, demonstra muito bem a dificuldade que é discutir na política moderna direitos de um homem, quando na verdade, tudo o que se discute é o direito ou não de um corpo.

A democracia moderna reivindica o direito e a exposição do *corpo*, fazendo deste o seu principal sujeito político, da mesma forma que a sujeição do mesmo configura-se como o maior anseio do Estado e, o *corpus* se torna um elemento bifronte, onde ao se sujeitar ao poder soberano adquire suas "liberdades individuais" (AGAMBEN, 2010, p. 121).

A política moderna fez com que primeiro se existisse um corpo tutelado por um Estado e em último caso um ser humano ou cidadão. Desta forma, na perspectiva agambiana, as declarações e convenções acerca do direito do humano não foram proclamações *gratuitas* sobre valores metajurídicos e eternos. Na realidade, elas representam novamente a prática da soberania estatal em inscrever seu aparato legal, ao passo que toma posse da vida natural do homem. Em outras palavras, os direitos humanos, assim como outros documentos supranacionais apresentam-se para Agamben como mais uma forma do *bando* soberano de capturar a *zoé* dos indivíduos sociais (AGAMBEN, 2010, p. 124).

Para além da problemática do *corpus* no direito, a perspectiva agambiana aponta ainda a questão que coloca imigrantes e refugiados em situações ainda mais marginais: o fato dos direitos humanos ainda permanecerem completamente ligados à noção de *cidadania*. Com isso, caso um determinado humano perca seu valor de cidadão de um determinado país, ele, por conseguinte, perde seus direitos humanos. Os prisioneiros de Abu Ghraib passaram pela mesma situação quando todo o ordenamento político do Iraque passou a ser reconstruído à imagem e semelhança do ordenamento

americano e o povo iraquiano, ainda habitando em suas terras, foi considerado estrangeiro e paradoxalmente, não mais cidadão naquele país.

A outra face dos problemas dos direitos humanos é a guerra. Em muitos casos (e o Iraque é um deles), os tratados e convenções internacionais são compreendidos de maneira manipulada e manipuladora, de forma a iluminar a percepção interessada dos países mais poderosos envolvidos nos conflitos. O artigo 2 da Declaração das Nações Unidas, transcrito abaixo, que aborda a questão do emprego da força em caso de guerra, é um dos que mais sofrem com manipulações:

Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os propósitos das Nações Unidas

Art. 2, parágrafo 4. Declaração das Nações Unidas, 1945.

Há uma infinidade de interpretações para o respectivo artigo, como por exemplo: 1) apesar de defender que deve-se “evitar” o emprego da força diretamente contra outro Estado, ele nada diz, explicitamente, *sobre financiar o emprego da violência dentro de outro Estado de forma indireta*. Em relação a esse aspecto, são realizadas discussões caso a caso e não uma única diretiva a ser seguida por todas as nações. A ambiguidade que pode ser gerada a partir de diferentes interpretações desse mesmo artigo expõe também a fragilidade de instituições como as Nações Unidas, pois nessa organização supranacional alguns países possuem poder de veto no Conselho de Segurança, o que garante força e legitimidade a essas potências, além de disputas de poder inerentes à própria constituição do Conselho de Segurança.

Em relação à invasão estadunidense no Iraque em 2003, foco deste trabalho, manipulações acerca das determinações existentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos foram realizadas constantemente pelos Estados Unidos, que decidia fazer uso de parte da legislação para atacar o país do Oriente Médio – argumentando que o Iraque desempenhava uma conduta contrária do que era exigido pela Carta devido ao seu “possível” comportamento hostil em produzir armas de destruição em massa – ao mesmo tempo que decidiu desrespeitá-la quando disse que a Convenção de Genebra não deveria ser aplicada àqueles sujeitos iraquianos, por eles estarem “fora da lei”.

Os interesses estadunidenses na guerra se sobressaíram em relação a qualquer diretiva da ONU, devido à importância política do país. Na época, a secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, chegou a afirmar que tratava-se de *um novo tipo de guerra* e que o presidente George W. Bush havia dado autoridade máxima para uma série de pessoas fazerem o que fosse necessário em relação esta guerra. Além disso, a então conselheira de segurança nacional também afirmou que os demais funcionários do governo, que até então haviam se posicionado dizendo que iriam estudar as possibilidades da resolução da guerra do Iraque pedida por Bush, *não tinham o direito de não aceitar a resolução, porque a tolerância seria zero para esse jogo de gato e rato que Saddam Hussein estava fazendo*⁴⁰.

O artigo 51 da Carta das Nações Unidas aparece como outro grande problema para a situação do *homo sacer*, já que o intento deste é tratar justamente sobre a problemática da legítima defesa. Ei-lo abaixo:

Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacional.

Art. 51. Cartas das Nações Unidas, 1945.

Entre 1998 e 2001 os Estados Unidos invocaram o seu direito constituído pela Carta à legítima defesa para justificar diversas investidas violentas em países que os *ameçavam com terrorismo*, um exemplo destes é o Afeganistão. Da mesma forma, usou o mesmo artigo 51 para justificar suas investidas em Nairóbi e depois em Dar es Salaam. Trata-se também de prática semelhante realizada por Israel para justificar *assassinatos coletivos* de dirigentes palestinos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza (BYERS, 2007, p.18-19)

Com isso, o artigo 51 da Carta das Nações Unidas colabora para que muitas ações justificadas como “legítima defesa” sejam (ou se transformem), na realidade, em retaliações graves ao país que está sendo atacado, realizadas por outros motivos, como razões econômicas. Um exemplo de legítima defesa deturpada foi a tentativa *fracassada* de assassinato que o ex-presidente George

⁴⁰ As afirmações de Condoleezza Rice acerca da legitimação da Guerra do Iraque podem ser vistas na íntegra neste link: <https://www.theguardian.com/world/2002/nov/11/iraq.usa>

H. W. Bush sofreu em 1993 no Kuwait. Dois meses depois do atentado, os Estados Unidos dispararam 23 mísseis de cruzeiro Tomahawk contra o Iraque. Apenas 16 dos 23 mísseis atingiram o seu alvo que era o quartel general de inteligência que ficava em Bagdá. Oito pessoas morreram.

As convenções e tratados internacionais acabam criando uma zona de ficção, simulando completamente o seu funcionamento. Como é o caso das principais exigências da Convenção de Genebra de 1949, pensada justamente para regular o comportamento dos militares durante conflitos armados. Entre as exigências das Convenções de Genebra, também conhecidas como *jus in bello*, estão: não mirar alvos puramente civis e resguardar estações de energia elétrica e de tratamento de água. Da mesma forma, é assegurado que os prisioneiros de guerra *não podem ser torturados e tratados com falta de humanidade*. A Convenção de Genebra se tornou o parâmetro para ser as primeiras exigências a serem desrespeitadas no Iraque em 2003.

Muitas destas ficções geradas pelos tratados internacionais se dão pelo comportamento problemático dos Estados Unidos no cenário internacional. Em termos comparativos, como aponta Byers (2007) em 2005 os Estados Unidos dispunha de um poderio militar maior que qualquer outra força política desde o Império Romano.

De acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* – SIPRI, em 2005 os gastos que os Estados Unidos tiveram com despesas militares resultam na quantia de 631.782.000,000, bilhões de dólares. Enquanto 20 países do Continente Americano, somavam juntos, também no mesmo ano, o montante de 55.327.000.000 bilhões de dólares. Ou seja, os gastos deste conjunto de países corresponde a apenas 8,75% do que os Estados Unidos gastaram sozinhos⁴¹. Da mesma maneira, pontua Byers (2007), que no mesmo ano, ou seja, em 2005, a política agressiva estadunidenses de ocupação militar

⁴¹ Segue a relação dos gastos de cada um dos 20 países citados no texto, de acordo com o *Stockholm International Peace Research Institute* – SIPRI, em 2005: Brasil (20.328.000.000), Canadá (14.766.000.000), Colômbia (6.405.000.000), Chile (4.010.000.000), México (3.375.000.000), Peru (1.748.000.000), Venezuela (1.489.000.000), Equador (1.476.000.000), Bolívia (652.000.000), República Dominicana (306.000.000), Guatemala (193.000.000), El Salvador (173.000.000), Honduras (96.000.000), Cuba (91.600.000), Jamaica (77.400.000), Nicarágua (44.600.000), Argentina (38.600.000), Guiana Francesa (27.800.000), Panamá (0, ou seja, os dados do instituto apontam que não houve gasto) e Haiti (0 mesmo caso que o Panamá). A tabela com todas estas informações, assim como a de outros países, pode ser consultada em: <https://www.sipri.org/databases/milex>

implicava que pelo menos 140 países possuíam forças militares americanas estacionadas em seus territórios (BYERS, 2007, p.22).

Em meio a tantas problemáticas em relação a legítima defesa, há ainda a questão do terrorismo, que gera ainda mais dificuldade para definir politicamente a mesmo, pelo fato de não haver um *Estado terrorista*. É paradoxal a definição exata de terrorismo, já que o mesmo consiste em uma forma de violência praticada por um grupo específico de pessoas, e não por uma nação inteira. Contudo, geralmente os grupos de ação terrorista possuem escopo suficiente para *atacar uma nação inteira*.

O paradoxo se dá na questão de como se fundamenta uma ação de legítima defesa, uma relação intrinsecamente entre Estados, contra um grupo de pessoas, sem injuriar o Estado em que estas estão inseridas, mas que não toma parte ativa no terror. As práticas terroristas acabam se tornando genuínos solventes de barreiras e conceitualizações. Todas as tentativas de legítima defesa e legítima defesa preventiva contra o terrorismo se tornaram, na realidade, *máquinas de matar homo sacers*.

A complexidade que envolve o terrorismo só mostra o quão problemática era a retórica política americana em anunciar uma *“guerra contra o terror”*, que consistia unicamente em declarar guerra a um grupo de civis que se dissolvem facilmente entre os demais grupos de uma sociedade.

A experiência que os Estados Unidos tem com os tratados e convenções internacionais consiste na manipulação dos próprios membros das Nações Unidas a não usarem forças uns contra aos outros, enquanto o governo americano é o maior responsável pela execução de conflitos em todo o mundo. Este comportamento incoerente tem dois objetivos demasiado claros: *inventar* e reinventar as leis internacionais e fazer com que todo mundo esteja suficientemente ocupado assistindo aos Estados Unidos lutar contra os *inimigos* no estrangeiro, para que ninguém venha lutar contra estes mesmos inimigos dentro do próprio território americano (BYERS, 2007, p. 84).

A maneira com que os Estados Unidos proclamou o seu direito à legítima defesa contra o Afeganistão depois dos atentados de 11 de setembro de 2001 lembra uma novela kafkiana: na época o governo americano afirmava que o Talibã – um grupo violento que havia ascendido ao poder através de um golpe de Estado (sendo por isso ilegítimo) e que conseqüentemente também não

representava a vontade do povo afegão – havia *permitido* que a Al-Qaeda usasse um espaço do seu território no Afeganistão para treinar terroristas. Paradoxalmente, os Estados Unidos *reconheceram* o Talibã como governo legítimo apenas para declarar guerra ao Afeganistão em seguida. Entretanto, ainda em 2001, ficou comprovado que a cidade de Hamburgo, na Alemanha, também fora utilizada por terroristas da Al-Qaeda para planejar os atentados de 11 de setembro de 2001. Nunca os Estados Unidos procuraram justificar um ataque contra a Alemanha por isso (BYERS, 2007, p. 86).

A guerra que Bush instaurou no Iraque em junho de 2002 foi *justificada* através de diversos quesitos, como já mostrado ao decorrer do texto. Entretanto, a guerra do respectivo presidente americano, se mostrou como uma maneira de se executar cruelmente uma *guerra preventiva* através de brechas do direito internacional e das convenções e tratados acerca dos direitos humanos. Já que todas as justificativas que o então presidente americano deu ao mundo e aos órgãos internacionais que, tecnicamente, regulam os conflitos armados, não passaram de uma forma do governo americano de fazer uso desenfreado da violência bélica, enquanto *forjava ameaças*.

Entretanto, é importante que se compreenda que a legítima defesa preventiva não é ilegal para o direito internacional, mesmo sendo profundamente problemática, pois acaba conferindo um poder discricionário, praticamente ilimitado, para todos os tipos de potências, inclusive entre aquelas que, de certa forma, são inimigas. Por toda via, o direito internacional *proibe* a legitimação de *guerras preventivas*. Atente-se para o fato que: legítima defesa preventiva não é a mesma coisa que guerras preventivas. Em todo o caso, legítima defesa preventiva consiste em ataques militares isolados, de múltiplas formas, em territórios de países que, de certa forma, injuriaram outros países *gratuitamente*. Guerras preventivas consistem em declarar guerra, e conseqüentemente, fazer uso da força e da violência militar em países que tem *potencial* para realizarem qualquer tipo de violação de direitos.

Em outras palavras, guerra preventiva é atacar um país que ainda não fez nada, *mas poderia*. Além do mais, estas guerras preventivas se materializam sem ao menos terem informações ou provas suficientes que comprovem o comportamento ilícito do respectivo país. Não há exemplo melhor do que a Guerra do Iraque de 2003. Um quesito importante a se observar da relação

destas duas condições de uso da força militar é que os acontecimentos nos últimos vinte anos vem mostrando que guerras preventivas são *os rebentos indesejados da legítima defesa* que é respaldada pela lei (BYERS, 2007, p. 101).

Independente da verdadeira natureza da Guerra do Iraque, ela foi apresentada ao mundo e, principalmente ao *homo sacer*, como um caminho para a liberdade, mesmo sendo o simulacro desta. Concomitante a esse simulacro de democracia, há ainda a simulação da *intervenção humanitária*, onde grandes potências que compõem as Nações Unidas acabam exigindo o *seu* direito de intervir humanitariamente, mascarando ainda seus anseios neoimperialistas

O ato de *proteger* seres humanos com intervenções que, na maioria dos casos, são sinônimos de violência é um assunto extremamente complexo justamente pela sua característica de criar uma zona de ficção, maquiando os motivos econômicos e geopolíticos das intervenções realizadas. Na grande maioria dos casos, as intervenções também proporcionam uma violência maior ao povo que estaria recebendo a ajuda humanitária do que a própria violência que este mesmo povo já estava submetido.

O mundo em que George Bush e Tony Blair discursavam livremente sobre guerras preventivas, *ajuda* humanitária e ainda evocavam direitos que se assemelhavam muito mais com o direito internacional de cruzadas e conquistas era um lugar no qual, em 2004, o gasto em orçamento militares de apenas 15 países do mundo (entre eles Estados Unidos e Inglaterra) se aproximou a 723 bilhões de dólares. Em termos comparativos, vale mencionar que os gastos destinados a ajudas humanitárias de todos os países do mundo *foi apenas de 60 bilhões de dólares*, sendo que a maior parte deste dinheiro foi a *suspensão* de antigas dívidas externas dos países que receberam este “apelo” humanitário (BYERS, 2007, p. 138).

Ao *homo sacer* resta a violência intrínseca em qualquer relação e em qualquer esfera que ele esteja inserido. A inclusão, por meio do abandono; o direito pela suspensão do mesmo; a paz promovida pela guerra. Situações orwellianas⁴² foram vivenciadas no Iraque a partir da invasão estadunidense; a começar com a busca obstinada por Saddam Hussein, que era ditador do país,

⁴² “*Paz é guerra*”, tema do partido político que faz parte da obra de distopia criada por George Orwell denominada de “1984”.

mas que, *em nome da democracia*, foi substituído por outro déspota, de outra nacionalidade. Foi, aliás na cidade iraquiana de Fallujah (localizada a 69 quilômetros a oeste de Bagdá) que, em 2004, o povo iraquiano presenciou um dos ataques mais sangrentos ocorridos durante a guerra que vivenciavam. De acordo com Byers (2007), o hospital da cidade foi ocupado pelo exército estadunidense devido aos boatos e rumores que diziam existir lá números relativos às pesadas baixas civis que ocorriam no país desde a intervenção norte-americana. A ocupação do hospital pelo exército mandava um recado muito claro: naquela guerra os EUA não iriam permitir que o povo iraquiano contasse os corpos assassinados de seus próprios semelhantes (BYERS, 2007, p. 146).

A barbárie da Guerra do Iraque aconteceu em vários âmbitos, desde as ações políticas à escolha dos armamentos, como foi o caso das minas terrestres, que os Estados Unidos se recusaram a parar de usar durante a guerra. Da mesma forma, permaneceram usando as bombas de urânio empobrecido que possuem a capacidade de perfurar qualquer tipo de blindagem, mesmo sabendo que os riscos radioativos desse material ainda são completamente desconhecidos. Havia ainda as bombas de fragmentação, que proporcionavam um sofrimento imensurável a quem acaba sendo atingido (BYERS, 2007, p. 154).

Durante a guerra do Afeganistão centenas de civis foram mortos ou mutilados por armamentos que não deveriam ser usados. A população foi amplamente exposta a situações de extremo risco sem necessidade, como acontece quando há o uso das minas terrestres. Depois do escândalo do WikiLeaks, documentos oficiais de pesquisa dos Estados Unidos, que foram vazados, mostraram que 60% dos mortos⁴³ na Guerra do Iraque eram civis, entre janeiro de 2004 e dezembro de 2009. Uma atrocidade sem limites que aconteceu diante de um complexo de tratados e convenções internacionais que se

⁴³ Os documentos vazados pelo WikiLeaks, denominados como *Iraq war logs*, apontam que houve cerca de 109,032 mortes no Iraque durante a guerra travada pelos Estados Unidos entre janeiro de 2004 e dezembro de 2009. Estima-se que 66,081 destas mortes, eram de civis, ou seja, mais de 60%. É quase como se 31 civis morressem por dia durante os seis anos de invasão americana no respectivo país. Enquanto no mesmo período, apontam outros documentos vazados pelo mesmo portal, denominados de *Afeghan war diaries*, cerca de 20,000 pessoas morreram durante a Guerra do Afeganistão. Em síntese, a Guerra do Iraque foi *cinco vezes mais mortal* que a Guerra do Afeganistão. Ver: <https://wikileaks.org/irq/>

mostraram ineficientes em relação às guerras do século XXI “contra o terror” e que se constituem, também, “em terror”.

Segundo Byers (2007), em 2003 os Estados Unidos planejavam usar armas nucleares para atingir abrigos subterrâneos no Iraque, uma prática que, caso tivesse se realizado, seria impossível mensurar o tamanho da devastação que isso ocasionaria, não apenas no respectivo país, mas em toda a região. Na época, o secretário de Defesa britânico Geoff Hoon, concordou com tais práticas como o único meio para garantir a *sobrevivência* dos interesses norte americanos e ingleses no país, *mesmo que para isso o Iraque inteiro desaparecesse*.

Ora, não se tratava de uma estratégia militar comum ou corriqueira, de forma que é importante frisar que foi cogitado o extermínio de um *povo inteiro* por armas radioativas em razão de uma guerra baseada no argumento de que o Iraque (país invadido) teria armas de destruição em massa. Paradoxalmente, o motivo que havia levado os Estados Unidos a declararem guerra contra o Iraque, fora o susposto anseio de que o mesmo usasse suas possíveis armas de destruição em massa contra os países ocidentais. Interessante observar que em terras Ocidentais a destruição que estas armas radioativas poderiam causar implicava em uma infâmia sem milites. Entretanto, o uso das mesmas armas para o mesmo fim em terras Orientais, não fora considerado problema algum, muito pelo contrário, fora tratado como *solução* (BYERS, 2007, p. 155).

Antes mesmo da guerra do Iraque, mas em um período posterior aos atentados de 11 de setembro de 2001, várias práticas que atentavam contra os direitos humanos foram realizadas de forma sistemática pelo governo estadunidense. Cito a seguir algumas.

Em apenas oito meses de seu primeiro mandato como presidente dos Estados Unidos, George W. Bush rejeitou publicamente o Tratado de Misseis antibalístico, o Protocolo de Kioto sobre o aquecimento global e o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Também negou a aceitar uma convenção sobre vendas e transferências de armas de pequeno porte, assim como também rejeitou integrar uma convenção sobre armas biológicas. E por fim se negou a aceitar as resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre as possíveis extensões dos fronts de guerra americano que, elevados às últimas

consequências, acabaram realmente se concretizando com a *guerra contra o terror* americana (BYERS, 2007, pág. 188).

Em novembro de 2001, houve uma rebelião de prisioneiros em Mazar-i-Sharif, ao norte do Afeganistão, que foi “*resolvida*” com a utilização de mísseis terra-ar e bombas lançadas de aviões. Mais de cento e setenta e cinco detidos foram mortos, sendo que cinquenta deles morreram com as mãos amarradas nas costas. A guerra contra o terrorismo lutada com tanta violência pelos estadunidenses e seus aliados, acabou por gerar ainda mais convulsão política e instabilidade nos países do Oriente Médio, além de ter sido a cortina de fumaça perfeita que encobriu a verdadeira perseguição americana com suas condutas indignas (BYERS, 2007, p. 164).

Em janeiro de 2002 membros da Al-Qaeda e do Talibã foram levados para a prisão estadunidense de Guantánamo, localizada em Cuba. Donald Rumsfeld, então Secretário de Defesa americano, ignorou os tratados e as apelações internacionais, entre estas as solicitações da própria Cruz Vermelha e negou que estas pessoas eram prisioneiros de guerra, recusando-se a dar o direito ao tribunal e advogados para os mesmos.

Em 2004, cerca de seiscentas pessoas ainda continuavam encarceradas em Guantánamo (a prisão que serviu para milhares de presos iraquianos e afegãos serem transportados ilegalmente) sem acesso a advogados ou a qualquer formalização da acusação que os fazia permanecer ali. Destas seiscentas pessoas, apenas quarenta e duas foram libertadas e seis foram trocadas por prisioneiros britânicos. Mais de trinta detidos tentaram se suicidar somente no ano de 2004. Todas estas atrocidades ocorreram dois anos depois de o Tribunal de Recursos da Inglaterra considerar a prisão de Guantánamo como um *buraco negro jurídico*. Em junho de 2004, foram designados militares americanos para serem os “representantes pessoais” dos detidos, o que obviamente, não garantia nada a esses prisioneiros e mais uma vez a presença do *especialista orientalista* se fez marcante (BYERS, 2007, p. 161).

Além do mais, antes de fundamentar a sua guerra contra o Iraque, o governo americano uniu forças com países nada liberais como o Paquistão, o Uzbequistão, Quirguistão e Tadjiquistão para abrir o seu caminho até o petróleo e facilitar a invasão do Iraque. Para Byers (2007), este tipo de comportamento que os Estados Unidos vem desempenhando na esfera internacional, sem sofrer

nenhum tipo de punição, abre possibilidades para que outros Estados ajam com igual teor de belicosidade e desrespeito aos tratados e convenções de direitos humanos, como é o caso de Israel.

Guerras preventivas, descumprimento da ordem e suspensão do direito, paixões exacerbadas pelo semblante do real, guerras semióticas, desumanização, entre outros elementos, compõem, nos dias atuais, o cotidiano daqueles que vivem, como *homo sacer*, dentro do *bando* soberano do Estado. As ficções são inúmeras, por conta disso para Michael Byers (2007), o sistema jurídico internacional é, na realidade, uma imensa abstração. Em outras palavras, um sistema débil, mas altamente complexo, feito por especialistas, mas completamente inoperante. Um nítido aparelho de ficções.

As ficções que o *homo sacer* está submetido pelas esferas legais, também é denunciada pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek, que afirma ser *contra os direitos humanos*, dada toda a ordem ficcional que os mesmos acabam nutrindo. Ao falar sobre direitos humanos, o filósofo esloveno começa com uma das discussões mais importantes da antropologia: a questão da alteridade. Segundo Žižek (2010), o *outro* só é tolerado e respaldado, seja pelas leis ou pela sociedade civil a partir do momento que a presença do mesmo não seja intrusiva, em outras palavras, na medida que ele não seja o *outro* propriamente dito (ŽIŽEK, 2010, p. 17).

De acordo com Žižek (2010), há um paradoxo profundamente problemático quando se trata a universalidade da proposta sobre direitos humanos e a particularidade das vivências sociais e políticas iminente à diversidade cultural e histórica das populações que conformam a humanidade. Assim, a tolerância ao outro e às suas diferenças deveria significar respeito e não repetidas tentativas de ingerência (tanto econômica, quanto política), como averiguamos. Em um tom de denúncia, Žižek argumenta que as ingerências de potências capitalistas em relação às outras populações estão se tornando tão comuns que elas mesmas configuram, por si só, violências e violações aos direitos humanos. O mesmo paradoxo se aplica, ao tão enfatizado anteriormente por Byers (2007), militarismo pacifista ou humanitário. Ou seja, a guerra é justa para o *homo sacer*, a partir do momento que a mesma *traz* paz, democracia, ajuda humanitária e até mesmo o uso da tortura para reerguer Estados em ruínas.

Em síntese, Žižek (2010) defende que os direitos humanos têm proporcionado esferas puras de ficção, que consistem nitidamente em uma falsa universalidade puramente ideológica que encobre uma política de imperialismo repleta de intervenções militares pelas grandes potências ocidentais. A universalidade dos direitos humanos serve somente ao homem branco que possui posses, para agir livremente no mercado explorando mulheres, trabalhadores, recursos naturais e outras minorias.

A incursão pelos direitos humanos realizada até agora nos mostra que, diante da fragilidade da vida do *homo sacer*, o direito pode se constituir como mais uma ferramenta de violência. Mas, a saga do menos humano, que diante da lei, sempre encontra um porteiro que veta a sua entrada permitindo o seu acesso ao direito através da sua negação, não termina com as ficções do ordenamento jurídico: a caminhada avança até as *ficções da realidade*.

II. A síndrome de Morel

No romance de Adolfo Bioy Casares, há um mistério que gira em torno da pessoa de Morel que nos impede de conhecer profundamente quem o respectivo personagem é. Da mesma forma, pouco se sabe sobre o fugitivo, a não ser o fato que o mesmo apresenta ter problemas com a lei. Na narrativa de Casares, o fugitivo divide a mesma importância com Morel. O que se sabe é que por conselhos de um comerciante italiano, o respectivo fugitivo, que não tem nome, acaba indo parar em uma ilha deserta que possui apenas três construções: uma piscina, um museu e uma capela. O comerciante ao falar sobre a possibilidade do fugitivo se erradicar na ilha, e assim fugir da pena de prisão perpétua, é categórico: *este é um lugar que não se vive* (CASARES, 2016, p. 08).

Pouco também se sabe sobre a ilha, como a sua localização e o motivo de Morel ter escolhido a mesma para ser a guardiã de seu segredo. Entretanto, não há mistérios sobre a *invenção de Morel*. É claro que custa ao fugitivo compreender toda a lógica que compõe a mesma, mas não tarda para que ele consiga entender toda a sua estrutura e principalmente o seu motivo: Morel queria viver para sempre, e para isso ele decidiu criar um semblante eterno da própria realidade.

Naquela *ilha ocorreu mais do que um milagre*: aconteceu uma manipulação da cognição do humano e da realidade, de forma que se tornou impossível discernir quem estava no real ou quem estava no semblante. Escrito em forma de diário na primeira pessoa pelo fugitivo sem nome (entretanto, sem as datas) a novela de Casares aos poucos constrói as aflições que acometem o humano diante de realidades ficcionais.

Ao chegar na ilha o fugitivo percebe que a mesma está deserta. Entretanto, em alguns momentos do dia pessoas aparecem repentinamente na mesma. Não há nenhum indício de como eles chegam e depois partem. No tempo que permanecem na ilha, interagem entre si com a maior familiaridade possível, entre danças e festejos. Mesmo a situação contradizendo a percepção que o fugitivo tivera de que a ilha estava deserta (sendo, inclusive, que as construções que compunham a mesma estavam completamente deterioradas) o fugitivo começa a duvidar de si mesmo: *seriam estas pessoas tão reais como*

ele? A princípio, ele se questiona se ele não estaria sofrendo com alucinações, ou com *sonhos que nunca se cansam*.

O primeiro indício de que algo fugia da normalidade foi quando o fugitivo tentou contato com as pessoas, mas elas não o responderam. Absorto, o fugitivo escreve em seu diário que *foi como se os ouvidos deles não servissem para ouvir e seus olhos não servissem para ver*. Com o desenrolar da história de Casares percebemos, junto como o fugitivo, que essas pessoas que apareciam e sumiam repentinamente *não eram reais*, mas sim uma espécie de projeção. Ao compreender o caráter ficcional que compunha esses personagens, compreendemos que os mesmos eram parte da *invenção de Morel*: uma espécie de gravador que não apenas captava a imagem e o som, mas o aspecto físico de objetos ou de seres humanos.

O mais interessante é que o semblante do real criado por Morel não era projetado em uma tela, mas em toda a extensão da ilha, cobrindo toda a realidade, pilar por pilar, construção por construção. Exatamente como no conto de Jorge Luís Borges, denominado de “*no rigor da ciência*”, escrito em 1946 em um único parágrafo, onde cria-se um mapa capaz de cobrir toda a extensão geográfica do império fictício criado pelo autor, fazendo com que as *partes reais* do respectivo lugar cedessem a sua existência para as representações da mesma. Seja na localidade inventada no conto de Borges, ou na ilha fictícia de Casares, em ambos os casos fora projetado por cima da realidade, como uma superposição, projeções capazes de fazer com que todos os elementos concretos acabassem encobertos e a realidade se tornasse uma espécie de semblante de si mesma.

Por isso, quando o fugitivo vê a piscina pela primeira vez ela está coberta de sapos e outras criaturas peçonhentas, mas quando o projetor é ligado, a piscina aparece limpa e intocável. O projetor funciona como uma máscara que recai sobre a realidade, cobrindo-a e criando a mesma condição criada pelo bando soberano do Estado e já exaustivamente tratada neste texto: uma conjunção de indiscernibilidade entre o que é o real e o que é o semblante.

Ao decorrer da história descobrimos, junto com o fugitivo, o motivo de Morel ter criado tamanha invenção: *para dar perpétua realidade às suas fantasias sentimentais*. Quando a realidade não lhe aprouve mais, dado o fato

de que uma das mulheres que está com ele na ilha, Faustine, nega o seu amor, ele decide, então, gravá-los para sempre com o seu aparelho.

O fugitivo, ao caminhar entre a realidade e o semblante, também se apaixona perdidamente por Faustine. Entretanto, ao contrário de Morel (que se apaixonou por uma mulher no âmbito da realidade e acabou por forçar o amor desta na ficção por ele inventada) o prisioneiro se apaixona por Faustine quando ela já foi transformada em ficção. A novela já havia iniciado com uma fuga da realidade, afinal o fugitivo vai em busca de outro destino, diferente daquele que o espera e que é sua condenação. No entanto, as fugas ocorrem constantemente no pequeno livro, de forma que o fugitivo termina de maneira a abnegar a sua condição real em todas as esferas possíveis: do amor à sua existência.

Morel, ao confessar para todos os seus convidados qual era a sua verdadeira intenção de tê-los levado até aquela ilha deserta, e diante da perplexidade dos mesmos ao tomarem conhecimento da situação, faz uma afirmação de extrema importância: “*não percebem*” – diz o personagem – “*um paralelismo entre o destino dos homens e o das imagens?*” (CASARES, 2016, p. 59).

Faço ao leitor, o mesmo questionamento que Morel fez a seus convidados: *você percebe o paralelismo entre as imagens de tortura e abusos de Abu Ghraib e a persistência da realidade ficcional criada pelos Estados Unidos para fundamentar suas paixões exacerbadas, porém não correspondidas, com o Iraque?*

A virtualização da realidade é o último elemento que decidi trabalhar neste texto que, de forma simples, tentou mostrar ao leitor as formas de violência que fazem parte do bando soberano do Estado. No final do principal trabalho de Agamben sobre a vida nua e a consumação do *homo sacer*, o filósofo faz um alerta a respeito do bando: diz que precisamos ficar atentos a sua capacidade de se travestir quando, ou se materializa, ou faz uso das suas muitas forças de violência (AGAMBEN, 2010, p. 171).

O alerta de Agamben se dá justamente pela questão de confusão, ou seja, a indiscernibilidade da esfera do abandono, responsável pelo fato de, muitas vezes, diante de suas forças medonhas e grotescas não sabermos como identificá-las, já que demasiadamente se mostram tão *reais* e *justas* ao

corresponderem com certos tipos de situações que não conseguimos questioná-las nem enfrentá-las. O maior exemplo que temos sobre este tipo de condição é o início da Guerra do Iraque com os discursos presidenciais apontando armas de destruição em massa que foram o tempo todo *imaginadas*.

E por incrível que pareça, eram discursos *sinceros*, como já mostrei no primeiro capítulo. Quando anunciou a invasão no Iraque, George W. Bush não mentiu ao dizer que não sabia se existiam ou não as armas de destruição em massa, que só realmente saberiam quando Saddam Hussein as usasse. E, ainda assim, uma guerra preventiva foi respaldada tanto pela opinião popular como pela opinião de outras grandes potências, como a Inglaterra. E este respaldo, aconteceu, como explica Slavoj Žižek, porque mesmo *dois anos depois do 11 de setembro*, os Estados Unidos ainda se colocavam no lugar de vítima.

Diante da capacidade de se travestir do bando soberano, cabe-nos olhar para o *campo*, ou como fora chamado posteriormente por Agamben, de *restos de Auschwitz*. O campo é uma das muitas materializações do bando, sendo na Alemanha nazista o lugar onde a absoluta *conditio inhumana* se concretizou. O campo que me refiro é o campo de concentração, a matriz mais oculta do espaço político do qual ainda vivemos. Coberto por projeções ficcionais, é o lugar mais perverso da política, é a essência do *nómos* (AGAMBEN, 2010, p. 162).

Das materializações do bando soberano, o campo é a resposta deste para situações de guerra. Em outras palavras, na perspectiva agambiana, Abu Ghraib, além de ser a concretude do bando, ou seja, o espaço que produz vida nua, é também um campo de concentração. Nele, não importa se existe direito carcerário ou direito durante a guerra, entre outros respaldos legais que prezam em manter a dignidade do humano. No campo, que mesmo suspendendo o direito, está incluso neste último, é tudo formado de excesso e exceções.

Por ser o lugar onde o *nómos* impera, a sua existência (que fora fundamentada com o propósito de ser passageira e uma questão de exceção) torna-se a regra permanente. Um fator importante a se compreender é que o campo se concretiza quando toda a esfera estatal fica emerge na exceção. Por materializar o bando, o campo de concentração fundamenta o mesmo paradigma jurídico-político que o compõe.

Com a suspensão do direito e ainda assim sendo considerado direito, Abu Ghraib fora não só o campo, mas também o espaço biopolítico por

excelência durante a Guerra do Iraque. Assim como na novela de Casares, no caso de Abu Ghraib e com a força da construção do semblante pelo governo americano, o que era campo de concentração fora maquiado como *complexo penitenciário* e o *homo sacer* foi chamado mentirosamente de cidadão iraquiano, sendo que os atos de tortura praticados contra ele não eram mais considerados como delitos.

A indiscernibilidade do bando soberano do Estado é a condição perfeita para se formular semblantes e para cunhar realidades ficcionais tão apaixonadas que quaisquer críticas às mesmas e às suas verdades parecem não fazer sentido. Uma grande parte da realidade em que vivemos se encontra hoje coberta pela *projeção de Morel*. A face da Guerra do Iraque é até hoje, quase vinte anos depois de seu início, uma grande incógnita. Os documentos oficiais estadunidenses, por exemplo, mostravam uma quantia de baixas civis e militares imensamente menor do que os dados divulgados pelo WikiLeaks e outras documentos que foram vazados ao decorrer destes últimos anos.

Além do mais, o avanço tecnológico e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação contribuem maciçamente para a criação de zonas indiscerníveis de ficção e realidade, onde acabamos todos inseridos. Novamente, retomo as imagens de Abu Ghraib a ilustração perfeita de como a condição do humano, “menos humano”, permaneceu trancada em um enquadramento fotográfico quando os únicos condenados pelos atos representavam uma ínfima parcela dos torturadores. Os grandes criminosos da guerra, como era de se esperar, ficaram impunes.

A condição de intrínseca violência a qual o *homo sacer* é submetido continua presa nas imagens de Abu Ghraib que, por fim, foram cobertas por uma projeção da realidade como a fabricada por Morel, na novela de Adolfo Bioy Casares. No plano discursivo convivem duas afirmativas: 1- as justificativas do exército estadunidense que negam a precariedade da vida em Abu Ghraib (afinal, de acordo com eles, *lá não era tão ruim assim*) e 2- a justificativa dos Estados Unidos da América, que dizem *não terem culpa alguma nos acontecimentos*.

A criação de simulacros e, em suma, a formulação de imagens que se colocavam como superpostas à realidade marcam várias narrativas sobre a Guerra do Iraque e sobre a vida em Abu Ghraib, que mostram um ávido empenho

em cunhar revisionismos da realidade e da história, para isso destruindo quaisquer provas que poderiam incriminar ainda mais o governo estadunidense pelos abusos e pelos atos de torturas que aconteceram dentro do complexo penitenciário iraquiano.

Um dos principais indícios do controle da realidade se deu no momento em que o governo americano não só não fez questão de manter as fotografias diante do holofote, como também simulou uma falsa solidariedade com os cativos que haviam sido torturados, chegando a pedir desculpa em rede nacional⁴⁴. Todavia, a consumação do controle da realidade se deu mesmo quando de um lado tinham-se sete policiais do exército condenados e expulsos e nenhum funcionário do governo proveniente das grandes esferas de decisão do outro. Entretanto, a questão é: Bush se desculpava pelo o que, se as práticas de tortura e abusos foram uma consequência de suas decisões e incentivos? As atitudes do então presidente americano só salientam que Abu Ghraib é a ilustração originária da relação entre o bando e o direito.

Em seu trabalho, cujo usei como subsídio etnográfico para a construção deste texto, Gourevitch e Morris (2008) decidiu não usar as fotografias de torturas e abusos que foram feitas pelos policiais do exército dentro de Abu Ghraib. A justifica dos autores se baseava na afirmação de que as fotografias não enquadravam a maior participação da barbárie: a do Estado.

É verdade que o governo americano usou as fotografias como instrumento para fazer com que os soldados que estavam hierarquicamente mais baixos dentro do exército fossem considerados os únicos envolvidos em toda a situação. Com isso, o Estado protegia não apenas a si mesmo como a todo o Alto Escalão da Inteligência Militar em Abu Ghraib. Por mais terrível que as fotos sejam, a descontextualização das mesmas acabou colaborando para que Bush e Rumsfeld saíssem de todo o processo como inocentes.

Ao contrário da opinião de Gourevitch e Morris (2008) eu prezei pela inserção das fotos de forma responsável e principalmente contextualizada em textos sobre o assunto, porque são elas a ilustração do bando soberano do Estado, da vida dentro do campo de concentração, da vida nua e da condição

⁴⁴ No original em inglês: *"I have been seeing those pictures did not understand the true nature and the heart of America"*.

FONTE: <http://edition.cnn.com/2004/ALLPOLITICS/05/07/bush.apology/index.html>

de abandono do *homo sacer*. As fotografias são exemplos dos vários tipos de violência que a esfera estatal pode condenar a vida que declara como indigna de ser vivida. Por fim, as fotos mostram como o Estado cria e fundamenta as suas ficções, instaurando o que chamo de *síndrome de Morel*.

Denomino de *síndrome de Morel* a ânsia do humano que se encontra fora do bando soberano do Estado em aceitar facilmente as imagens e narrativas ficcionais, que por meio de superposições criadas pelas esferas mais nobres do Estado, tem a função de encobrir o que é insuportável demais para ver e viver. Em uma busca acirrada por *fantasias sentimentais*, o humano fora do bando se agarra às realidades mais controladas e absurdas possíveis.

O humano atingido pela *síndrome de Morel* caminha, assim como o *homo sacer*, por uma zona de indistinção. Ele não consegue perceber mais o que é real e o que é semblante. Acredita em simulacros e quando, por um átimo de segundo, depara-se com provas de como é a vida fora da ficção (o que pode acontecer com ao ver as fotografias de Abu Ghraib), acredita que a situação dos cativos *não era tudo aquilo*, que o Estado não teve participação na situação e que o povo árabe, por ser *bárbaro demais*, não deixou outra alternativa, a não ser o emprego da violência.

Por fim, estes humanos se agarram a ficções como se elas fossem a mais nobre expressão da realidade. Acreditam até mesmo em coisas impossíveis, como quando George Bush afirmava (em seus discursos presidências) que *na Guerra do Iraque não haveria baixas americanas*.

O humano que comporta a *síndrome de Morel* acabou por aceitar em enviar seus filhos para a morte sem nenhum tipo de hesitação. Permitiu que o governo colocasse nas lápides do cemitério nacional de Arlington, no Texas, junto ao nome do soldado morto em combate a frase “*Operação Liberdade Iraquiana*”, assinando o atestado de politização da vida biológica dos corpos, que outrora haviam sido a extensão do Leviatã⁴⁵. Ele defendeu a posição do governo estadunidense quando ele disse que todos os esforços eram necessários na Guerra do Iraque e por isso não fez objeção quando forças militares americanas, devido a quantidade de baixas absurdas de soldados durante a guerra,

⁴⁵ WEINBERGER. Eliot. *Crônicas da era Bush: o que eu ouvi sobre o Iraque*. São Paulo: Record, 2006, p. 282.

começaram a recrutar homens por toda a América Latina, oferecendo cidadania estadunidense em troca de serviço militar⁴⁶.

Ele também não percebeu quantas vezes o governo se pronunciou publicamente falando que um grupo de elite de soldados americanos havia finalmente matado o segundo homem da hierarquia da al-Qaeda no Iraque. Essa mesma narrativa foi usada em diversos momentos, pois sempre haveria novos segundos nomes mais importantes dentro da al-Qaeda⁴⁷.

Em síntese, a *síndrome de Morel*, a que me refiro, captura os humanos dentro de sistemas de imagens superpostas à realidade, que se projetam exatamente por cima desta última, fazendo com que, nós, humanos, não consigamos mais discernir entre o que é *real* e o que é *semblante*. A *síndrome de Morel* acaba se tornando um pilar de sustentação pelo qual a violência, a suspensão dos direitos, as guerras e a miséria do humano acaba ficando por baixo de outras projeções menos terríveis. Assim como o projetor de Morel, que ao ser ligado, tinha o poder de encobrir perfeitamente as construções da ilha que estavam em ruínas, fazendo-as novas e suportáveis perante aos olhos outra vez.

A Guerra ao Terror que os Estados Unidos travaram com o Iraque e com o Afeganistão no início dos anos 2000 cunharam uma condição onde a vida humana, tanto a que se encontra dentro ou fora do bando soberano do Estado, ficasse sempre no limite da catástrofe, fazendo com que todas as relações humanas se encontrassem na sombra de uma ameaça eterna (ZIZEK, 2003, p. 11).

Guerras fundamentadas em paranoias, em possíveis ameaças futuras e em situações completamente hipotéticas que hoje condenam prontamente tanto o *homo sacer* como o restante do mundo. São guerras espetacularizadas, possuindo praticamente as mesmas características de filmes de ação que designam catástrofes e cenários apocalípticos, por meio de efeitos especiais.

Para além de vidas virtualizadas, também estamos inseridos em uma espécie de performance do horror: as guerras de Bush não são respostas ao terrorismo como virtualmente foram apresentadas. São massacres de vida

⁴⁶ WEINBERGER. Eliot. *Crônicas da era Bush: o que eu ouvi sobre o Iraque*. São Paulo: Record, 2006, p. 280.

⁴⁷ WEINBERGER. Eliot. *Crônicas da era Bush: o que eu ouvi sobre o Iraque*. São Paulo: Record, 2006, p. 274.

humanas que perderam o reconhecimento do seu valor pelas grandes potências. *As barbáries decorrentes destas guerras* são denominadas pelos Estados que as causaram como *efeitos colaterais*. O que nos é de extrema importância compreender é que, em guerras como a do Iraque, o derrame de sangue inocente não é efeito colateral, é o objetivo.

Esses processos de virtualização da realidade pelos quais estamos passando são os pilares principais destas guerras, nas quais democracia, liberdade e direitos humanos são apresentados pelas grandes potências como ferramentas para mistificar ainda mais a percepção de toda a situação. A Operação Liberdade Iraquiana foi um instrumento linguístico usado pelo governo americano para mascarar servidão como liberdade.

O filósofo esloveno Slavoj Žižek (2003) argumenta que o discurso (pseudo)democrático, por vezes, ajuda a mascarar a servidão, uma vez que há sempre o argumento de que os países imperialistas ofertam escolhas, a serem decididas de forma democrática, pela população. Ao perguntar, tão somente, *se você escolhe a democracia americana que garante a liberdade ou o fundamentalismo islâmico*, é imposta uma dualidade que se fundamenta em todas as “péssimas características do fundamentalismo islâmico” para assegurar que todo o pacote da democracia liberal seja aceito sem maiores questionamentos. Com isso, o liberalismo americano se torna não só a ideologia dominante, como também a solução para tudo.

Teorias como a de Žižek (2003) e trabalhos como o de Gourevitch e Morris (2008) nos mostram que a guerra que os americanos travam no Oriente Médio não é o oposto do que os terroristas fazem. Em síntese, estadunidenses ou grupos terroristas são as duas faces da mesma moeda. Até mesmo o *modus operandi* dos dois grupos se assemelha, muitas vezes. Durante a guerra do Iraque, por exemplo, quando se queria prender um homem que o exército estadunidense acreditava como combatente importante, mas cuja apreensão era difícil, tornou-se comum capturar os filhos deste e aprisioná-los em Abu Ghraib. Junto a isso, a polícia do exército afirmava que só libertaria as crianças no caso de o pai delas se entregar⁴⁸. Essa prática não pode ser considerada como uma estratégia comum de guerra. Ela é muito mais parecida com as práticas

⁴⁸ PROCEDIMENTO Operacional Padrão. Direção: Erros Morris, 2008.

terroristas, pois não pode ser compreendida de outra forma a não ser como sequestro.

As guerras do século XXI e atos terroristas não são opostos, muito pelo contrário, eles integram o mesmo campo de ação. No caso específico estudado – a Guerra do Iraque – percebemos que os estadunidenses foram tão terroristas como as organizações terroristas contra as quais eles guerrearam e afirmavam combater. A guerra contra o terrorismo é uma guerra entre os estadunidenses e seus próprios excessos de poder. E independente do revisionismo da realidade que o Estado americano faça, os Estados Unidos assim como os grupos terroristas são fundamentalistas, já que usam suas verdades como medidas para todas as coisas (ZIZEK, 2003, p. 104).

É importante atentar que os Estados que travam seus embates contra o terrorismo, acabam, na maioria das vezes, se constituindo como genuínos dramas teatrais, onde seus políticos são atores que não se cansam de performar. Quase da mesma forma, as ações terroristas também se comportam na mesma intensidade: suas práticas também são espetacularizadas e tem forte apelo midiático, provocando teatralizações sanguinárias e absurdas. Por isso, Zizek (2003) aponta que os terroristas escolheram derrubar o World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, não pelo dano material e humano que a situação acarretaria, mas sim pelo seu efeito espetacular.

Da mesma forma, o governo americano usou o atentado para criar condições de virtualização ainda maiores, onde o fato fora repetida vezes, sendo televisionado como tomadas cenográficas a partir de várias perspectivas. Entretanto, voltamos no quesito da *síndrome de Morel*: temos a televisão que conseguiu transformar o atentado em filme, mas não exibiu as fotos dos corpos, as imagens explícitas de sangue e nem de sofrimento humano. Zizek (2003) compreende a situação como uma nítida censura ideológica, por meio da qual o povo americano pode ser tratado como vítima, mas jamais como um ser humano como qualquer outro, frágil e decadente.

A virtualização da realidade chegou a uma situação tão complexa que diretores de filmes sobre guerra e catástrofes foram convocados pelo Pentágono logo após aos ataques ao World Trade Center, para poderem discutir quais seriam outros possíveis pontos em que os terroristas ainda poderiam atacar. Em novembro de 2001, os mesmos diretores foram chamados para discutirem como

Hollywood poderia ajudar na formulação da ideologia da *guerra contra o terror*, despertando o consentimento para a respectiva investida não apenas dos americanos, mas de todo o mundo (ZIZEK, 2003, p. 31)

A virtualização da vida e conseqüentemente seus simulacros aparecem na teoria do filósofo esloveno como uma opção do homem moderno em resguardar-se continuamente de qualquer elemento que o perturbe. Para o autor, este é um processo conhecido como transfuncionalização da vida, ou seja, o momento em que a realidade ou elementos dessa passam a ser percebidas de forma ficcional (ZIZEK, 2003, p. 34).

Nesse processo de virtualização é muito recorrente a existência de um sentimento: *a paixão*. A paixão desenfreada pela guerra, como no caso do Iraque, fez com que os seres humanos nela envolvidos fundamentassem o semblante por paradoxalmente estarem em uma busca pelo real, numa tentativa cega de justificar atos lesivos. A linguagem se transformou em um grande instrumento de poder nestes tipos de situação. Para justificar exceções infundamentadas ou até mesmos excessos, por exemplo, usa-se a expressão *especial*. O *especial*, na realidade, é uma forma de encobrir e virtualizar a realidade. Na Guerra do Iraque o emprego da palavra *especial* significou a prática cotidiana da tortura.

Os excessos do poder também são tratados de forma *especial*. Foi assim com o Talibã e com Osama Bin Laden. Ambos reconhecidos pelos Estados Unidos como inimigos de seu governo e da sua *liberdade*, figuraram como instrumentos do poder americano no Afeganistão durante a Guerra Fria, tendo sido inventados para deter a invasão soviética no território da antiga Pérsia. Anos mais tarde, ambos continuaram sendo tratados como “operações secretas” durante a Guerra do Afeganistão. Mas por que o governo americano poderia manter segredo da forma que cessaria estes dois elementos, se anos atrás eles eram parte do ordenamento violento do Estado norte americano em terras estrangeiras?

Os atos de guerra também se virtualizaram e as guerras de Bush foram os maiores exemplos disso. O combate corpo a corpo perdeu espaço para as telas de videogame, aviões pilotados à distância e armas biológicas. Todo este poderio tecnológico, que da mesma forma que diminui ainda mais o valor da vida, cria ainda mais simulacros, acabaram por sustentar a posição de *polícia do*

mundo que os Estados Unidos performa há tanto tempo (ZIZEK, 2003, p. 114).

Para além das barbáries fundamentadas pela ficção que são dissimuladas pelo mundo através das forças militares americanas, deparamo-nos com a violência cada mais insuportável de Israel para com os palestinos. Muito se tem visto Israel e Estados Unidos agindo juntos e proporcionando terror a pequenos países árabes. Entre as práticas mais nefastas dos respectivos Estados estão os golpes de Estado financiados pelos mesmos no Oriente Médio, alegando que *colaboraram* para a queda de um regime específico porque o líder do país sustentava relações estreitas com o terrorismo.

Estes *líderes democraticamente impostos* por Israel e Estados Unidos, não passam de mais outra forma de simulacro, cuja a função é entregar o país que recente sofreu o golpe para as grandes potências. Foi assim com Hamid Karzai no Afeganistão em 2002, o *líder* que o governo americano elegeu para *vigiar* o respectivo país enquanto eles instauravam suas políticas e práticas neocolonialistas (ZIZEK, 2003, p. 136).

Para além do Iraque e do Afeganistão, outros países no Oriente Médio sofrem profundamente as consequências de realidades controladas e revisadas, como é o caso da Palestina. Edward Said (2012) denunciou a esfera de ficção com a qual a Palestina fora empurrada, devido a geografia imaginária de Israel. Mesmo após as denúncias de intelectuais como Said, o governo israelense permaneceu instrumentalizando a linguagem como uma entre as várias ferramentas de violência, para continuar travando uma batalha semiótica com a Palestina. Paradoxalmente, Israel faz um esforço de guerra imenso para *lutar contra aquilo que eles mesmos dizem não existir*.

Da mesma forma que durante a Guerra do Iraque os Estados Unidos revogaram todo o direito internacional que assegurava a humanidade dos mais frágeis em tempos de guerra, Israel vem trilhando o mesmo percurso em relação a Palestina, fazendo com que o acesso ao direito do respectivo povo seja prontamente negado. A Palestina, há muito tempo, já se tornou a zona de indistinção do Estado Israelense, o seu bando original, que se encontra *hoje cobertos por mantas da ficção*. A guerra semiótica de Israel, que assegura a virtualização do povo palestino através das mais diversas esferas de violência, faz com que toda a luta pela sobrevivência do respectivo povo seja vista como *terrorista*.

Eternamente em exílio, a condição do *homo sacer* no Oriente Médio nos mostra que as geografias imaginárias e as zonas de ficção criadas por elas, assim como o direito e outras esferas que comportam relações de poder em seu ínterim, transformam os *homini sacri* em *estranhos* dentro de sua própria terra, perante a sua própria cultura. O poderio de força que as grandes potências ocidentais possuem se concentram em *poder de ocupação*, força de desalojar, de prender em campos de concentração aqueles cujas vidas são consideradas indignas de serem vividas.

As forças opressoras, as mesmas que cunham bandos soberanos e materializam campos de concentração, através das suas várias ferramentas de violência, incluindo a ficção, estão cada vez mais dominando toda a produção do signo das forças de resistência. Ao dominar a linguagem do *homo sacer*, elas alcançam a matriz do comportamento deles e dos seus pensamentos, garantindo ainda mais a subserviência.

A língua é um sistema preexistente a partir do qual o indivíduo não consegue ter ascendência, mas a fala, inversamente, não. A fala ainda é um ato individual que, ao combinar os signos da língua, só faz sentido para uma coletividade, a qual é dirigida. Nesse sentido, a fala é uma força única de resistência. Por mais árdua que seja a luta pela sobrevivência daqueles que perderam o seu corpo biológico para os interesses do Estado, é a fala, assim como outrora apontou Spivak (2014), o instrumento que permite que a resistência não seja encerrada em atos de mera potencialidade.

São as consciências humanas dos cativos de Abu Ghraib ou dos palestinos, que também são consciências linguísticas e particulares, a força originária para se vencer o bando soberano do Estado. É de responsabilidade da academia adentrar ao bando ou as suas materializações, de forma a permitir que o *testemunho* sobreviva. Da mesma forma que Elie Wiesel em suas memórias sobre o tempo em que permaneceu em Auschwitz (2006) falou sobre a proeminência de garantir a fala do homem desumanizado, de dar voz aos que diante de tanto sofrimento e violência foram emudecidos, é de profunda importância que se compreenda que o silêncio do torturado é mais uma (entre várias) vitória do carrasco.

A existência dos *homini sacri* estão presas em esferas de poder que são encobertas por ficções garantidas pelo discurso burocrático. O mesmo discurso

que fomenta o silêncio geral e que assegura ainda mais a inexistência do sujeito pelo qual, tão hipocritamente, afirma estar falando. Além do mais, assim como Kafka outrora pontuou em sua literatura, o discurso burocrático na maioria das vezes aparece sem rosto, possuindo uma tonalidade *cirúrgica*, ou seja, *especialista*, onde há o auto escamoteamento da fonte, como aconteceu em Abu Ghraib, quando a tortura fora incentivada e permitida e nenhum dos militares conseguia identificar quem era o responsável por trás da decisão. O discurso burocrático engendra o silêncio do ouvinte, salienta a alienação, constrói espelhos opacos, encerra a manifestação e a constituição do *eu* do outro (NETTO, 1980, p. 99).

Assim como acredito que a academia é uma força para enfrentamento do bando soberano do Estado, acredito que a arte, e especialmente a literatura, possa ser um dos seus maiores instrumentos. A literatura pode dar voz e formato ao que a experiência real de um indivíduo não permite. A literatura possibilita viver o invivido, enxergar o que se encontra encoberto por projeções, assim como a de Morel. *A arte*, como outrora afirmou Marguerite Yourcenar (2013), *já não é mais um luxo, é uma forma de socorro, é um recurso*, perante a violência e a insensatez do mundo⁴⁹.

O fugitivo da novela de Casares, assim como muitos de nós, optou pela invenção de Morel, mesmo sabendo que toda essa projeção construía *paraísos vulneráveis* que, mais cedo ou mais tarde, poderiam ser completamente encerrados na potencialidade inútil de *máquinas desligadas*. Ao lado do fugitivo de Casares, muitos de nós estamos aceitando o risco pela acomodação, em vez de buscar fazer da academia o lugar onde se isenta da ficção, onde se escreve sem temer sobre os augúrios da doença, a tortura do corpo do *homo sacer* e o sofrimento exacerbado criado pela condição do abandono. Em síntese, onde se enfrenta o Estado descrevendo como funciona seus aparelhos de violência.

A crítica ao semblante, ou seja, à ficção criada por discursos como os de George W. Bush, é o *testemunho do torturado*. Todavia, na contramão da situação, a condição deste como *homo sacer* e subalterno o faz perder a voz, como já vimos anteriormente com os apontamentos de Spivak (2014). É por meio da sobrevivência de alguns testemunhos, como o de al-Qaisi, que nós, na nossa

⁴⁹ YOURCERNAR, Marguerite. Memórias de Adriano. São Paulo: Saraiva, 2013.

posição de intelectuais, precisamos fazer o que o fugitivo da novela de Casares não fez: *desligar a casa de máquinas* onde o projetor fica, mostrando para aqueles que estão fora da academia e, respectivamente, fora do bando soberano do Estado, os matizes da violência e da subserviência, narrando ao mundo o sofrimento do humano desumanizado, transformando em testemunho mesmo o que só pode ser dito de outras formas, como ocorre com as autópsias de corpos torturados. Esta é a intenção e a responsabilidade do texto que aqui apresentei ao leitor.

Considerações finais: “*vem madame Hester, e exhibe a tua letra escarlata em praça pública*”⁵⁰”.

Logo que Hester Prynne chega em Salem, o epicentro do puritanismo norte americano, no século XVII, desacompanhada do marido do qual havia se perdido durante sua viagem da Inglaterra para a América, ousa desafiar os limites da sua suposta liberdade, e acaba, em segredo, mantendo relações amorosas com um homem que, para ela, era proibido duas vezes: primeiro, porque ela, diante da lei dos homens – e neste momento faço alusão a questão de gênero, pois por mais que ninguém soubesse o paradeiro do seu marido, que inclusive poderia ter sido morto em um naufrágio – continuava sendo casada. Segundo, porque o homem a quem Hester amou e foi amada em segredo, era um dos reverendos da localidade.

A tragédia humana na obra de Hawthorne acontece quando Hester engravida. Sem o marido, aquele que mesmo possivelmente morto ainda possuía a sua tutela, a gravidez era considerada além de impura, um ultraje e uma afronta de imenso desrespeito ao ordenamento jurídico local. A pena para tal crime, como comentam os personagens na trama, seria a morte. Mas, os juízes, *homens de muita compaixão e temor servil as vontades do Deus, que também é homem*, decidem, por maioria, que aplicariam uma punição mais misericordiosa a mulher: depois de ela ter passado todo o período gestacional confinada na prisão de Salem e de ter parido a criança dentro das mesmas circunstâncias, a lei “concede” a liberdade novamente à Hester, na condição que ela usasse para *o resto de sua vida a letra A, de adúltera, bordada em vermelho em suas vestes*.

O corpo de Hester era de uso e propriedade de dois agentes: o seu marido e o Estado. Quando, permitiu a si mesma uma liberdade da qual jamais possuiria, teve seu corpo arrastado para praça pública, teve toda a sua intimidade exposta e por fim sofreu por meses numa espécie de confinamento secreto, para que o povo da cidade não pudesse olhar com seus *olhos tão castos* a protuberância do ventre que carregava um ser humano, que mesmo antes de nascer, já havia sido julgado e criminalizado pelo Estado. O julgamento

⁵⁰ HAWTHORNE, Nathaniel. *A letra escarlata*.

espetacularizado na medida do possível para a época, fez com que Hester ficasse diante de toda a população da cidade, como se ela fosse uma alegoria circense, porém, neste caso, também jurídica.

Com o corpo biológico livrado da morte por enforcamento, restou-lhe a morte social. O bando soberano do Estado pode ser visualizado na história de Hawthorne em sua totalidade: além de toda exclusão abstrata que Hester sofreria para o resto de seus dias, o espaço urbano comum a todos também lhe fora negado. Por ser considerada “suja”, a sua habitação era afastada completamente do convívio com os outros. Sendo assim, a sua morada só era permitida ou na prisão ou em uma choupana longe de todas as casas da cidade.

A clássica história de Hawthorne compartilha semelhanças imensas com as narrativas que foram apresentadas nesta pesquisa. A começar pela prisão, que na narrativa de Hawthorne é apresentada como a instituição mais importante da cidade de Salem. Assim ocorre com a província de Abu Ghraib, localizada a 32 km de Bagdá, cuja instituição mais importante era o presídio que levou seu nome.

O corpo de Hester Prynne, assim como os dos cativos da prisão americana de Abu Ghraib, também fora marcado com o signo da inumanidade. De um lado a letra “A” que insistia em afirmar o desvalor daquela vida humana, do outro lado a tortura legitimada pelas forças do Estado norte americano, que a sua maneira, afirmavam a mesma coisa que a letra no peito de Hester.

Entretanto, há uma diferença significativa entre os cativos de Abu Ghraib e a história apresentada pela obra clássica da literatura americana escrita por Nathaniel Hawthorne. E é esta diferença, que acredito eu, ser o quesito mais importante nas considerações finais desta pesquisa: *a necessidade pungente do homo sacer também travar o seu embate semiótico contra as forças políticas dominantes.*

“*A letra escarlata*”, não é um romance apenas sobre culpa e o crime ou sobre a estigmatização do *homo sacer* ou o processo de cunhar marcas no corpo do mesmo que simbolizam a perda da sua humanidade: o texto de Hawthorne é sobre a batalha travada entre Hester Prynne e os burocratas da Salem puritana, *em ressignificar o signo que lhe fora imposto.* Desde o momento em que Hester deixa a prisão, a sua luta é direta para trazer à *letra escarlata* um outro significado, aquele que não fora cunhado pela burocracia.

Em outras palavras, o texto do autor americano mostra a luta pelo domínio da significação do símbolo. Para os juristas, a letra significava não apenas a palavra adultera, mas também significava perversidade, vergonha e inumanidade. Para Hester, o significado da letra sempre implicou em identidade, liberdade e coragem. A luta de Hester é no plano da linguagem, em criar seus próprios significados, mesmo caminhando na liminaridade, onde as fronteiras e os limites do direito e do Estado permanecem indiscerníveis, Hester, à sua maneira, conseguiu ressignificar o símbolo que lhe fora imposto.

Com Estados que conduzem suas políticas cada vez mais na obscuridade, com o poder, como George W. Bush mostrou diversas vezes, de conseguir revisar a história e a própria realidade, justamente através de estruturas linguísticas, não resta ao *homo sacer* outra forma de resistir e garantir a sua sobrevivência a não ser adentrar no mesmo conflito semiótico que as forças políticas travam com este há tantos anos. A linguagem é uma estrutura clara de poder, que concomitante ao direito e à medicina, entre outros, consegue empurrar para a subserviência uma gama imensa de seres humanos.

A linguagem, feita de instrumento do poder, ajuda a criar categorias de sub-humanos, atribuindo a eles características ficcionais, mas muito convincentes que conseguem descrever sobre como *funciona o pensamento* até o comportamento destes seres humanos desumanizados. Como é o caso, por exemplo, do terrorista e do *muselman*, este último uma categoria sub-humana, que nasceu nos campos de concentração nazista.

O *muselman* aparece no testemunho do sobrevivente do campo de concentração de Auschwitz, Elie Wiesel, como um sub-humano completamente abatido pela doença e pela fome, que na sua condição deplorável não conseguia servir para mais nada, a não ser para a morte. Nas palavras do autor, era o humano considerado “*bom para ser cremado*” (WIESEL, 2006, p. 70).

O horror e a humilhação haviam, juntos, eliminado toda a humanidade, consciência e identidade do *muselman*. Inclusive, a sua condição deplorável excluía até a mais remota empatia dos outros inumanos que conviviam com o mesmo. Excluído pelos próprios excluídos e ainda mais desumanizado pelos próprios humanos que também haviam sido desumanizados, o *muselman* era o votado, para que em um futuro próximo, fosse submetido à morte, livrando os demais da sua presença tão angustiante. Para Agamben (2010), a respectiva

categoria de inumano não conseguia fazer parte do mundo dos homens e muito menos do mundo animalesco, ameaçado e precário do qual viviam os habitantes do campo de concentração. A mera existência do *muselman* consistia e ainda consiste na nudez, na proibição da sua própria memória e uma vida sem comiseração (AGAMBEN, 2010, p. 179).

Durante a construção deste texto, não tive tempo suficiente para me debruçar sobre esta categoria de inumano abordada brevemente por Agamben, no primeiro volume da série sobre o *homo sacer*. Entretanto, a sub-existência deste me traz novos paradigmas para futuras pesquisas acerca dos processos e das categorias de desumanização do humano. Me questiono, inclusive, se o *muselman*, não seria uma categoria de inumanidade ainda mais perversa do que a do *homo sacer*.

Seja o *homo sacer* ou o *muselman*, ambos são proibidos de exercer qualquer domínio sobre a linguagem, inclusive sobre o seu próprio testemunho. Além do mais, diante do extremismo das experiências que as categorias de sub-humanos são expostas, resta ainda uma situação muito problemática: *nos falta linguagem para descrever todas as barbáries e violências sofridas pelos humanos desumanizados*. Em outras palavras, falta linguagem para descrever a violência como ela é. Por mais que haja o testemunho integral do que fora sucedido, ainda é como se a língua humana não possuísse palavras apropriadas para realizar a comunicação. A língua do testemunho, pontua Edgardo Castro, “é uma língua cujo o significado funde-se no *não significado*. [...] É, nesse sentido, o intestemunhável” (CASTRO, 2016, p. 91).

Em relação à narrativa do carrasco, que sempre dispõe de toda as palavras possíveis, retomando ao caso de Abu Ghraib, os soldados americanos envolvidos com os processos de tortura na respectiva prisão no Iraque, permanecem dizendo que possuíam uma consciência de que os atos que cometiam eram ruins e bárbaros. Entretanto, os mesmos jamais se veem como responsáveis, mesmo que minimamente, pelos atos de agressão e tortura. Mesmo com as fotos desenquadrando o real responsável pelos atos contra a humanidade e criando uma situação onde os soldados envolvidos aparecem como os únicos responsáveis, não existiu em Abu Ghraib, nenhum militar inocente, muito menos herói, independente do que dizem seus testemunhos. Os

fatos que se sucederam dentro do respectivo presídio norte americano serão para sempre sinônimo de sofrimento humano e humilhação gratuita.

A Guerra do Iraque, desde os seus primórdios, fora pautada em narrativas deturpadas e absurdas. Com o revisionismo da realidade criado por Bush e sua equipe, a guerra fora conceituada como uma justificativa *moral* pelo o que havia acontecido em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, mesmo todos sabendo que o Iraque não tivera qualquer participação nos atentados terroristas.

Esta, além de ser uma guerra de corpos e tortura, também fora uma guerra de homens do poder que mentiam constantemente em seus ternos caros ou em suas *fantasias de soldados* e permaneciam em suas fortalezas, não muito diferentes dos palácios de Saddam Hussein no Iraque, enquanto jovens eram mandados para morrer enganados e matar inocentes. Esta também é uma guerra do absurdo, onde soldados americanos desejosos de sangue não conseguiam se ver como os criminosos que eram mesmo fotografados em circunstâncias limite dos projetos que se engajavam durante a guerra. Eles, inclusive, permaneceram nesta posição mesmo depois de terem sido desmoralizados e abandonados por um governo que deu o aval para que os mesmos praticassem atos tão desumanos.

Todos os militares envolvidos nas torturas e nos abusos cometidos aos prisioneiros em Abu Ghraib sabiam que mesmo tais prática sendo incentivadas e permitidas pelo alto escalão militar americano, elas permaneciam sendo ilegais de uma forma ou de outra. A polícia do exército só chegou a tal ponto porque mesmo o governo revogando todo o aparato legal internacional, ninguém do alto escalão da Inteligência Militar estava interessado em frear os abusos.

Além do mais, é difícil acreditar como os militares de uma potência que investe milhões de dólares em ciência militar pudessem acreditar que a prática da tortura realmente concedesse frutos positivos para as investigações criminais. Afinal, não é mistério para nenhum pesquisador e muito menos militar que expor um indivíduo por um determinado tempo aos mais diversos tipos de tortura faz com que o mesmo confesse qualquer coisa que o carrasco/interrogador quiser, apenas para cessar o sofrimento físico e emocional a que está sendo submetido.

Esquecer os crimes que foram cometidos contra a humanidade é um crime tão hediondo quanto cometê-los. O silêncio das pessoas, mas

principalmente da academia diante destas atrocidades, prejudica apenas um único tipo de ser humano: o que fora maciçamente perturbado e violentado. O silêncio é mais uma das vitórias dos perturbadores. Por isso, considero tão importante a inserção da obra de Hawthorne nestas considerações finais: diante de um possível futuro ainda mais devastador, cruel e desumano do que a atualidade, a esperança para o *homo sacer* é ressignificar seu próprio significado. É travar suas batalhas também no campo da linguagem, cunhar seus próprios signos e imortalizar seus testemunhos. Acredito, como Spivak (2014) outrora pontou, que este processo de domínio da própria linguagem pelo humano desumanizado só será possível se nós, pesquisadores e intelectuais, garantirmos a eles um local de fala, permitindo que o espaço acadêmico e as pesquisas se tornem o seu púlpito mais seguro.

O estudo sobre militares e respectivamente as barbáries cometidas por eles, precisa parar de ser um tabu dentro das ciências humanas, que ainda acredita que estudar assuntos dessa categoria acaba concebendo uma espécie de perdão aos violentadores, principalmente quando a pesquisa mostra a face humana por trás do carrasco. Recusar ou negar créditos a este tipo de pesquisa é colaborar para uma situação que cria caricaturas do que realmente foram e continuam sendo os períodos de extrema violência. Além, é claro, de favorecer um triunfo póstumo ao carrasco. Falar, escrever e debater os processos de desumanização do humano, principalmente os que de certa forma estão envolvidos em assuntos militares e bélicos é um dever mais moral do que intelectual que o pesquisador tem com nossa sociedade e com a nossa época. Ou assumimos a responsabilidade, ou condenamos mais gerações à miséria, ao sofrimento humano e a uma espécie de silêncio perpétuo.

*TU DORMES, DESPERTA, MAS FAZ JUSTIÇA*⁵¹.

⁵¹ SHAKESPEARE, William. Júlio César.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

'I WAS eating soufflé when Obama rang. I said good call': Bush revels the moment he was told Bin Laden was dead. **Daily Mail**. 15 de março de 2015. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-1386784/Osama-Bin-Laden-dead-George-W-Bush-eating-souffle-Obama-rang.html>>. Acesso em 17 de jun. De 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: poder soberano e vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AGOSTINI, Luca D'. I crimini di guerra ad Abu Ghraib. Ma quale liberatori, solo una banda di torturatori. **Madre Russia**. 16 de dez. De 2018. Disponível em: <<http://www.madrerussia.com/i-crimini-di-guerra-ad-abu-ghraib-ma-quale-liberatori-solo-una-banda-di-torturatori/>>. Acesso em 03 de jul. De 2019.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Congresso Internacional do Medo. In: **Sentimento do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 29-30.

BAILEY, Sarah Pulliam; THEBAULT, Reis. President Trump autographed Bibles for survivors of the Alabama tornado outbreak. **Chicago Tribune**. 08 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.chicagotribune.com/news/nationworld/politics/ct-trump-autograph-bibles-alabama-tornado-20190308-story.html>>. Acesso em: 08 de março de 2019.

BARKAN, Ross. The blood on George W. Bush's hands will never dry. Don't glorify this man. **The Guardian**. 20 de out. De 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/oct/20/george-w-bush-donald-trump-speech-blood-hands>>. Acesso em 10 de dez. de 2018.

BIERMAN, Noah. Few have faced consequences for abuses at Abu Ghraib prison in Iraq. **Los Angeles Times**, 17 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.latimes.com/nation/la-na-abu-ghraib-lawsuit-20150317-story.html>>. Acesso em 10 de dez. de 2018.

BIERMAN, Noah. Few have faced consequences for abuses at Abu Ghraib prison in Iraq. **Los Angeles Times**. 17 de março de 2015. Disponível em: <<https://www.latimes.com/nation/la-na-abu-ghraib-lawsuit-20150317-story.html>>. Acesso em 25 de maio de 2019.

BOLSONARO diz no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'. **Globo G1**. 08 de nov. de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/11/bolsonaro-diz-no-conselho-de-etica-que-coronel-ustra-e-heroi-brasileiro.html>>. Acesso em: 05 de jul. De 2019.

BORGER, Julian. There were no weapons of mass destruction in Iraq. **The Guardian**. 07 de out. de 2004. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2004/oct/07/usa.iraq1>>. Acesso em 10 de dez. de 2018.

BORGER, Julian. There were no weapons of mass destruction in Iraq. **The Guardian**. 07 de out. De 2004. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2004/oct/07/usa.iraq1>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

BYERS, Michael. **A lei da guerra: direito internacional e conflito armado**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

CASARES, Adolfo Bioy. **A invenção de Morel**. São Paulo: Editora Globo S. A., 2016.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

_____. **Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUDHARRY, Ajay Singh. Iraq is a reminder: US crimes against humanity predate Trump. **The Guardian**. 29 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2018/mar/29/iraq-war-15-years-later-george-bush-war-crimes>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

Clastres, Pierre. “Da tortura nas sociedades primitivas”. In: CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosca & Naify, 2003.

COBAIN, Ian. British troops breached Geneva conventions in Iraq, high court rules. **The Guardian**. 14 de dez. De 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/dec/14/british-troops-breached-geneva-conventions-in-iraq-high-court-rules>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

CORNWEEL, Rupert. Bush: God told me to invade Iraq. **The Independent**. 07 de out. De 2005. Disponível em: <<https://www.independent.co.uk/news/world/americas/bush-god-told-me-to-invade-iraq-6262644.html>, acesso em 29/06/2019>. Acesso em 02 de fev. De 2019.

DEVINE, Carol; HANSEN, Carol Rae; WILDE, Ralph. Uma história da teoria dos Direitos Humanos. In: **Direitos Humanos: referências essenciais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 13-82.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. (Org). **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio no século XIX**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: ed. WMF Martins Fontes, 2010.

FULL Text: George Bush's Iraq Speech. **The Guardian**. 29 de jun. De 2005. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2005/jun/29/iraq.usa>>. Acesso em 10 de dez. De 2018.

GOLDENBERG, Suzanne. We've lost battle for Baghdad, US admitis. **The Guardian**. 02 de out. De 2006. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2006/oct/20/usa.iraq>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

HAWTHORNE, Nathaniel. **A letra escarlate**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.

HUNT, Lynn. **Inventing human rights: a history**. Nova York: W. W. Norton & Company, 2007.

Iraq war deaths statistics. Disponível em: < <https://www.iraqbodycount.org/>>. Acesso em 19 de jun. De 2019.

Iraq War Logs. Disponível em: <<https://wikileaks.org/irq/>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

JACKSON, Shirley. The Lottery. In: **The Lottery and Other Stories**. London: Penguin, 2009. p. 291-302.

KAFKA, Franz. Na colônia penal. In: **Um artista da fome seguido de na colônia penal e outras histórias**. Porto Alegre: L&pm, 2009. p. 77-124.

_____. O processo. Porto Alegre: L&pm, 2013.

LEVY, Andrew. Pictures of courage: Britain's injured war heroes struggle to their feet to be honored by Charles and Camilla. **Daily Mail**. 03 de dez. De 2008. Disponível em: <<https://www.dailymail.co.uk/news/article-1091385/Pictures-courage-Britains-injured-war-heroes-struggle-feet-honoured-Charles-Camilla.html>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

MACASKILL, Ewen. George Bush: 'God told me to end the Tyranny in Iraq'. **The Guardian**. 07 de out. De 2005. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2005/oct/07/iraq.usa>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

MAUSS, Marcel. "O ensaio sobre a dádiva". In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MORGAN, Dan; OTTAWAY, David B. In Iraq War scenario, oil is a key issue. **The Washington Post**. 15 de set. De 2002. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2002/09/15/in-iraqi-war-scenario-oil-is-key-issue/ba43d2a9-abe5-4371-8f2c-445e262778a1/?noredirect=on&utm_term=.e7d4906eb0bf>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

MUKHTAR, Othman al-. Inside Abu Ghraib: meeting Ali Shallal al-Qaisi. **The new arab.** 27 de nov. 2015. Disponível em: <<https://www.alaraby.co.uk/english/features/2015/11/27/inside-abu-ghraib-meeting-ali-shallal-al-qaisi>>. Acesso em 02 de out. De 2018.

NETTO, J. Teixeira Coelho. **Semiótica, informação e comunicação.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1980.

NICOLSON, Harold. **O Tratado de Versalhes: a paz depois da Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Editora Globo S. A., 2014.

POOLE, Oliver. 'Worst war crime' committed by US in Iraq. **The Telegraph,** 27 de maio de 2006. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/1519608/Worst-war-crime-committed-by-US-in-Iraq.html>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

ROCH, Laurence Butet-. How one photographer aims to make sense of the Iraq War. **Times.** 02 de maio de 2017. Disponível em: <<http://time.com/4758416/iraq-war-franco-pagetti/>>. Acesso em: 02 de fev. De 2019.

RODRIGUES, José Carlos. Corpo liberado. In: **Ensaio em antropologia do poder.** Rio de Janeiro: Terra nova editora LTDA, 1991. p. 139-158.

_____. Reflexões sobre a liberdade, a morte e o poder. In: **Ensaio em antropologia do poder.** Rio de Janeiro: Terra nova editora LTDA, 1991. p. 11-54.

_____. Saúde e significação. In: **Ensaio em antropologia do poder.** Rio de Janeiro: Terra nova editora LTDA, 1991. p. 103-118.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina.** São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

_____. Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

SANCHEZ, Raf. The next torture report: photographs show US troops abusing and sexually humiliating prisoners. **The Telegraph.** 15 de dez. De 2014. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/northamerica/usa/11295035/The-next-torture-report-photographs-show-US-troops-abusing-and-sexually-humiliating-prisoners.html>>. Acesso em 15 de fev. De 2019.

SÉMELIN, Jacques. Compreender?. In: **Purificar e Destruir.** Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. p. 19-28.

SHAKESPEARE, William. **Júlio César.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: UFMG, 2014

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military Expenditure Database**. Estocolmo, 2018. (SIPRI Military Expenditure Database) 21 p.

THE Guardian George Bush's Iraq Speech. **The Guardian**. 29 de junho de 2005. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2005/jun/29/iraq.usa>>. Acesso em 25 de março de 2019.

THE guardian view on war in Iraq: a country that we helped to ruin. **The Guardian**. 4 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/04/the-guardian-view-on-war-in-iraq-a-country-that-we-helped-to-ruin>>. Acesso em 02 de fev. De 2019.

THE Guardian view on war in Iraq: a country that we help to ruin. **The Guardian**. 04 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jul/04/the-guardian-view-on-war-in-iraq-a-country-that-we-helped-to-ruin>>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.

THE invasion of Iraq and social anxiety. **Jump Cut: a review of contemporary media**. Disponível em: <<https://www.ejumpcut.org/archive/jc53.2011/buxtonTxChnswMscr/4.html>>. Acesso em 03 de jul. de 2019.

The Research gate. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Soldado-Sabrina-Harman-em-foto-com-um-dos-prisioneiros-mortos-em-Abu-Ghraib_fig3_276900777>. Acesso em 28 de jun. De 2019.

THEBAULT, Reis; BAILEY, Sarah Pulliam. President Trump autographed Bibles for survivors of the Alabama tornado outbreak. **Chicago Tribune**. 08 de mar. De 2019. Disponível em: <<https://www.chicagotribune.com/news/nationworld/politics/ct-trump-autograph-bibles-alabama-tornado-20190308-story.html>>. Acesso em 08 de mar. De 2019.

TORTURE at Abu Ghraib: the full sworn testimony of Ali Shalal. **Global Research**. 19 de fev. De 2007. Disponível em: <<https://www.globalresearch.ca/torture-at-abu-ghraib-the-full-sworn-testimony-of-ali-shalal/4865>>. Acesso em 20 de nov. De 2018.

TURNER, Victor W. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 2013

US 'war on terror' has killed over half a million people: study. **Al Jazeera**. 09 de nov. de 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2018/11/wars-terror-killed-million-people-study-181109080620011.html?xif>>. Acesso em 09 de nov. de 2018.

WEINBERGER. Eliot. **Crônicas da era Bush: o que eu ouvi sobre o Iraque**. São Paulo: Record, 2006.

WENTZEL, Mariana. Brasil é chamado a se explicar na ONU por esvaziar mecanismos de combate à tortura. **BBC Brasil**. 01 de jul. De 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48834185>>. Acesso em 01 de jul. De 2019.

WIESEL, Elie. **Night**. 1° ed. New York: Hill and Wang, 2006.

YOUNG, TOMAS. A message to George W. Bush and Dick Cheney from a dying Veteran. **Truthdig**. 19 de mar. De 2013. Disponível em: <<https://www.truthdig.com/dig/the-last-letter/>>. Acesso em 10 de dez. De 2018.

YOURCERNAR, Marguerite. **Memórias de Adriano**. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-Vindo ao Deserto do Real**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

Filmografia utilizada:

Body of war. Direção: Phil Donahue e Ellen Spiro. Estados Unidos; Film Sales Company, 2007. (87 min), color.

VEDDER, Eddie. **No more war.** 2009. (03m54s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qqPzS8Y27Ks>>. Acesso em 25 de março de 2019

ANEXOS:

Anexo I: A carta de Tomas Young, veterano da Guerra do Iraque, para George W. Bush e Dick Cheney:

To: George W. Bush and Dick Cheney

From: Tomas Young

I write this letter on the 10th anniversary of the Iraq War on behalf of my fellow Iraq War veterans. I write this letter on behalf of the 4,488 soldiers and Marines who died in Iraq. I write this letter on behalf of the hundreds of thousands of veterans who have been wounded and on behalf of those whose wounds, physical and psychological, have destroyed their lives. I am one of those gravely wounded. I was paralyzed in an insurgent ambush in 2004 in Sadr City. My life is coming to an end. I am living under hospice care. I write this letter on behalf of husbands and wives who have lost spouses, on behalf of children who have lost a parent, on behalf of the fathers and mothers who have lost sons and daughters and on behalf of those who care for the many thousands of my fellow veterans who have brain injuries. I write this letter on behalf of those veterans whose trauma and self-revulsion for what they have witnessed, endured and done in Iraq have led to suicide and on behalf of the active-duty soldiers and Marines who commit, on average, a suicide a day. I write this letter on behalf of the some 1 million Iraqi dead and on behalf of the countless Iraqi wounded. I write this letter on behalf of us all — the human detritus your war has left behind, those who will spend their lives in unending pain and grief.

I write this letter, my last letter, to you, Mr. Bush and Mr. Cheney. I write not because I think you grasp the terrible human and moral consequences of your lies, manipulation and thirst for wealth and power. I write this letter because, before my own death, I want to make it clear that I, and hundreds of thousands of my fellow veterans, along with millions of my fellow citizens, along with hundreds of millions more in Iraq and the Middle East, know fully who you are and what you have done. You may evade justice but in our eyes you are each guilty of egregious war crimes, of plunder and, finally, of murder, including the murder of thousands of young Americans — my fellow veterans — whose future you stole.

Your positions of authority, your millions of dollars of personal wealth, your public relations consultants, your privilege and your power cannot mask the hollowness of your character. You sent us to fight and die in Iraq after you, Mr. Cheney, dodged the draft in Vietnam, and you, Mr. Bush, went AWOL from your National Guard unit. Your cowardice and selfishness were established decades ago. You were not willing to risk yourselves for our nation but you sent hundreds of thousands of young men and women to be sacrificed in a senseless war with no more thought than it takes to put out the garbage. I joined the Army two days after the 9/11 attacks. I joined the Army because our country had been attacked. I wanted to strike back at those who had killed some 3,000 of my fellow citizens. I did not join the Army to go to Iraq, a country that had no part in the September 2001 attacks and did not pose a threat to its neighbors, much less to the United States.

I did not join the Army to “liberate” Iraqis or to shut down mythical weapons-of-mass-destruction facilities or to implant what you cynically called “democracy” in Baghdad and the Middle East. I did not join the Army to rebuild Iraq, which at the time you told us could be paid for by Iraq’s oil revenues. Instead, this war has cost the United States over \$3 trillion. I especially did not join the Army to carry out pre-emptive war. Pre-emptive war is illegal under international law. And as a soldier in Iraq I was, I now know, abetting your idiocy and your crimes. The Iraq War is the largest strategic blunder in U.S. history. It obliterated the balance of power in the Middle East. It installed a corrupt and brutal pro-Iranian government in Baghdad, one cemented in power through the use of torture, death squads and terror. And it has left Iran as the dominant force in the region. On every level — moral, strategic, military and economic — Iraq was a failure. And it was you, Mr. Bush and Mr. Cheney, who started this war. It is you who should pay the consequences.

I would not be writing this letter if I had been wounded fighting in Afghanistan against those forces that carried out the attacks of 9/11. Had I been wounded there I would still be miserable because of my physical deterioration and imminent death, but I would at least have the comfort of knowing that my injuries were a consequence of my own decision to defend the country I love. I would not have to lie in my bed, my body filled with painkillers, my life ebbing away, and deal with the fact that hundreds of thousands of human beings,

including children, including myself, were sacrificed by you for little more than the greed of oil companies, for your alliance with the oil sheiks in Saudi Arabia, and your insane visions of empire.

I have, like many other disabled veterans, suffered from the inadequate and often inept care provided by the Veterans Administration. I have, like many other disabled veterans, come to realize that our mental and physical wounds are of no interest to you, perhaps of no interest to any politician. We were used. We were betrayed. And we have been abandoned. You, Mr. Bush, make much pretense of being a Christian. But isn't lying a sin? Isn't murder a sin? Aren't theft and selfish ambition sins? I am not a Christian. But I believe in the Christian ideal. I believe that what you do to the least of your brothers you finally do to yourself, to your own soul.

My day of reckoning is upon me. Yours will come. I hope you will be put on trial. But mostly I hope, for your sakes, that you find the moral courage to face what you have done to me and to many, many others who deserved to live. I hope that before your time on earth ends, as mine is now ending, you will find the strength of character to stand before the American public and the world, and in particular the Iraqi people, and beg for forgiveness.

Anexo II: A Declaração de guerra contra o Iraque feita pelo então presidente americano George W. Bush:

"My fellow citizens. At this hour, American and coalition forces are in the early stages of military operations to disarm Iraq, to free its people and to defend the world from grave danger. On my orders, coalition forces have begun striking selected targets of military importance to undermine Saddam Hussein's ability to wage war. These are opening stages of what will be a broad and concerted campaign.

More than 35 countries are giving crucial support from the use of naval and air bases to help with intelligence and logistics to deployment of combat units. Every nation in this coalition has chosen to bear the duty and share the honor of serving in our common defense. To all the men and women of the United States armed forces now in the Middle East, the peace of a troubled world and the hopes of an oppressed people now depend on you. That trust is well placed.

The enemies you confront will come to know your skill and bravery. The people you liberate will witness the honorable and decent spirit of the American military. In this conflict America faces an enemy that has no regard for conventions of war or rules of morality. Saddam Hussein has placed Iraqi troops and equipment in civilian areas, attempting to use innocent men, women and children as shields for his own military. A final atrocity against his people. I want Americans and all the world to know that coalition forces will make every effort to spare innocent civilians from harm.

A campaign on the harsh terrain of the nation as large as California could be longer and more difficult than some predict and helping Iraqis achieve a united, stable and free country will require our sustained commitment. We come to Iraq with respect for its citizens, for their great civilization and for the religious faiths they practice.

We have no ambition in Iraq except to remove a threat and restore control of that country to its own people. I know that the families of our military are praying that all those who serve will return safely and soon. Millions of Americans are praying with you for the safety of your loved ones and for the protection of the innocent. For your sacrifice you have the gratitude and respect of the American people and you can know that our forces will be coming home as soon as their work is done.

Our nation enters this conflict reluctantly, yet our purpose is sure. The people of the United States and our friends and allies will not live at the mercy of an outlaw regime that threatens the peace with weapons of mass murder. We will meet that threat now with our army, air force, navy, coastguard and marines so that we do not have to meet it later with armies of firefighters and police and doctors on the streets of our cities. Now that conflict has come, the only way to limit its duration is to apply decisive force and I assure you this will not be a campaign of half measures and we will accept no outcome but *victory*.

My fellow citizens, the dangers to our country and the world will be overcome. We will pass through this time of peril and carry on the work of peace. We will defend our freedom. We will bring freedom to others and we will prevail. May God bless our country and all who defend her."

Anexo III: Laudo da morte de al-Jamade feito pelo *Armed Forces Institute of Pathology*.

APPROVED FOR RELEASE DATE: 06-Sep-2013

(b)(3)
(b)(6)



ARMED FORCES INSTITUTE OF PATHOLOGY
Office of the Armed Forces Medical Examiner
1413 Research Blvd., Bldg. 102
Rockville, MD 20850
1-800-944-7912



FINAL AUTOPSY REPORT

Name: Al-Jamadi, Manadel
SSAN: N/A
Date of Birth: Unk
Date Found: 04 NOV 2003
Date of Autopsy: 09 NOV 2003
Date of Report: 09 JAN 2004

Autopsy No.: ME 03-504
AFIP No.: 2903283
Rank: CIV, Iraqi National
Place of Death: near Baghdad, Iraq
Place of Autopsy: Mortuary
Affairs, Camp Sayther, Baghdad
International Airport

Circumstances of Death: This Iraqi National male was captured by Navy Seal Team #7 and died while detained at Abu Ghraib Prison in Iraq.

Authorization for Autopsy: Office of the Armed Forces Medical Examiner, IAW 10 USC 1471

Identification: Visual Identification as per Investigating Agency

CAUSE OF DEATH: Blunt Force Injuries Complicated by Compromised Respiration

MANNER OF DEATH: Homicide

k9-1

APPROVED FOR RELEASE DATE: 06-08-2013
At-Jamadi, Manadel

2903283 2

FINAL AUTOPSY DIAGNOSES:**I. Blunt Forces Injuries:****A. Head:**

- i. Right periorbital contusion and subconjunctival hemorrhage
- ii. Contusions of the right side of the face and nose
- iii. Parietal subgaleal and temporalis muscle contusions
- iv. Lower lip and buccal mucosa contusions

B. Torso:

- i. Multiple cutaneous contusions and abrasions
- ii. Anterior and posterior chest wall contusions
- iii. Sternal contusion
- iv. Fractures of right anterior ribs 5&6 and left anterior ribs 3-6
- v. Left lung contusion

C. Extremities:

- i. Multiple cutaneous abrasions and contusions

II. Ligature marks of the wrists and ankles**III. Remote Gunshot Wound of Torso (projectile removed from spleen)****IV. No significant natural diseases identified, within limitations of examination****V. Toxicology: negative**

K9-2

APPROVED FOR RELEASE DATE 06-08-2013

2903283 3

Al-Jamadi, Manadel

EXTERNAL EXAMINATION

The body is that of a well-developed, well-nourished 5ft 10-inch tall, 165-pound (estimated) Caucasian male. Lividity is fixed on the posterior aspect of the body. Rigor is present and symmetric on all extremities. The temperature is cold, that of the refrigeration unit.

The scalp is covered with brown hair with temporal graying and frontal balding. Facial hair consists of a close trimmed brown and grey beard and mustache. The irides are brown and the pupils are round and equal in diameter. Petechial hemorrhages of the sclera are not present. The external auditory canals are free of secretions and blood. The ears are unremarkable. The nares are patent. Injuries to the face will be described below in the "evidence of injury section". The nose and maxillae are palpably stable. The teeth are natural. Petechiae of the buccal mucosa are not present.

The neck is straight, and the trachea is midline and mobile. The chest is symmetric. The abdomen is flat. There is a well-healed 2 x 1/4-inch oblique scar on the left lower quadrant of the abdomen. There is a jagged irregular well-healed 6 x 2-inch horizontal scar extending from the lower left quadrant of the abdomen across the anterior lateral aspect of the left thigh. The genitalia are those of a normal adult male. The testes are descended and free of masses. Pubic hair is present in a normal distribution. Ano-genital trauma is not present and the buttocks and anus are otherwise unremarkable

On the posterior torso there is a well-healed vertical 3 x 1/4-inch scar in the midline over the thoracic spine. There is a 3 x 2-inch vertical scar in the midline of the lumbar spine. A well-healed 3-x 1/4-inch irregularly shaped scar is on the left lower back. A vertical 1/4 x 1/4-inch scar is on the upper aspect of the right buttock. A 1 x 1/4-inch vertical scar is present on the left buttock. There is an oblique 3 x 1/4-inch scar on the lower aspect of the left buttock. Injuries to the torso will be described below in the "evidence of injuries" section.

The upper and lower extremities are symmetric without clubbing or edema. Injuries to the palms of the hands and soles of the feet are not noted. There is a vertical 6 x 1/4-inch scar on the medial aspect of the distal left thigh, which extends to the upper left leg. On the dorsum of the right foot is a 1x 1/2-inch scar. On the dorsal aspect of the left foot is a 1x 1/2-inch scar. Injuries to the extremities will be described below in the "evidence of injury section".

CLOTHING AND PERSONAL EFFECTS

The deceased in unclad and personal effects are not present with body at the time of autopsy.

K9-3

C05950560

APPROVED FOR RELEASE DATE 06-08-2013
Al-Jamadi, Manadel

2903283

4

MEDICAL INTERVENTION

None.

RADIOGRAPHS

Postmortem radiographs are obtained and support the clinical diagnoses.

EVIDENCE OF INJURYI. BLUNT FORCE INJURIES:A. Head and Neck:

Externally, a circumferential periorbital contusion surrounds the right eye with associated subconjunctival hemorrhage of the eyeball. A 1 1/4 x 3/4-inch contusion is on the right side of the face, lateral to right eye. There is a 3/4 x 1/4-inch contusion on the left side of the nose, immediately adjacent to the left medial canthus. A 1/4 x 1/4-inch round contusion is on the right lower lip. There is a 1 x 1/2-inch contusion on the buccal mucosa of the lower lip. Reflection of the scalp reveals bilateral subgaleal hemorrhages of the parietal scalp with contusions of the right and left temporalis muscles. Injury to the skull is not identified. The brain and spinal cord are without injury. Incision and layerwise dissection of the anterior and posterior neck demonstrates no injury of the anterior neck and deep paracervical muscular tissues and no cervical spine fractures.

B. Torso:

On the upper lateral aspect of the left side of the chest is a 5 x 2-inch contusion. On the upper quadrant of the left side of the abdomen is an oblique 5 x 1-inch contusion. Just inferior to this contusion is an oval 3 x 2-inch contusion. On the posterior lateral aspect of the left buttock is a 3 x 1-inch linear contusion. On the mid aspect of the left buttock is an oval 3 x 2-inch contusion.

Internally, there are contusions of the muscles of the upper right and left chest walls. Posteriorly, there are muscle contusions of the right upper back. There are fractures of left anterior ribs three through six and right anterior ribs five and six. There are contusions over the mid aspect of the sternum. The left lung is involved by a 5 x 3-cm contusion of the anterior aspect of the upper lobe of the left lung.

C. Extremities:

On the posterior aspect of the right forearm is a linear 6 x 2-inch contusion with a 3 x 1/4-inch abrasion in its center. On the dorsum of the right hand is a 3 x 2-inch contusion and smaller contusions overlay the dorsal aspect of the second and third right digits. On the anterior aspect of the left upper arm is a 3/4 x 3/4-inch contusion. This contusion is continuous with the previously described injury on the lateral aspect of the upper left chest. There is a 2 x 1-inch contusion on the medial aspect of the left elbow. On the posterior aspect of the left elbow is a 2 x 2-inch contusion. There are contusions

K9-4

APPROVED FOR RELEASE DATE 06-03-2013

2903283

5

Al-Jamadi, Manadel

overlying the dorsum of the left hand centered over the fourth and fifth metacarpal joints. On the anterior aspect of the right thigh are three linear horizontal contusions. The most proximal contusion measures 3 x 1/2-inches. Immediately inferior to this is a 2 1/2 x 1/2-inch contusion and the most inferior contusion, located at the mid anterior thigh, measures 4 x 1/2-inches. A vertical 6 x 3-inch contusion is located on the anterior-lateral aspect of the mid right thigh. A 4 x 3-inch contused-abrasion overlies the anterior aspect of the right knee. On the anterior mid left thigh is a 1 1/2 x 1-inch contusion. The left knee is covered by a 3 x 1-inch vertical contused-abrasion. On the anterior aspect of the left leg is a 7 x 2 1/2-inch irregularly shaped contusion. On the posterior aspect of the distal left thigh, in the midline, is a 2 x 2-inch oval contusion. On the dorsal aspect of the left foot are 1/2-inch oval contusions overlying the second, third, fourth, and fifth metacarpophalangeal joints.

II. LIGATURE INJURIES:

The wrists and ankles show evidence of binding ligature injuries. On the anterior aspect of the right wrist is a 2 x 1/4-inch linear horizontal contusion and on the back of the right wrist is 2 x 1/4-inch linear horizontal contusion. Cut sections into these wounds show hemorrhage into the superficial subcutaneous tissue. On the front of the left wrist on the lateral aspect is a 1 x 3/4-inch contusion, extending to the left thumb. On the back of the left wrist is a 2 1/4 x 1/2-inch contusion, which extends across the diameter of the wrist. Cut sections into these wrist wounds show hemorrhage into the superficial aspects of the subcutaneous tissue. On the lateral aspect of the anterior right ankle is a 3 x 3-inch contused-abrasion and on the posterior-lateral aspect of the right ankle is a 2 x 1-inch contused-abrasion. On the anterior aspect of the left ankle is 3 1/2 x 1-inch linear contusion extending from the lateral to mid aspect of the left ankle. Incision into these ankle wounds show hemorrhage into the superficial subcutaneous tissue.

III. REMOTE GUNSHOT WOUND OF THE TORSO:

Dissection of the spleen reveals a minimally deformed medium caliber jacketed projectile within the splenic parenchyma. The projectile is surrounded by dense fibrous tissue.

INTERNAL EXAMINATION

HEAD:

Injuries to the subgaleal soft tissues of the scalp have been described. The remainder of the galeal and subgaleal soft tissues are free of injury. The calvarium is intact, as is the dura mater beneath it. Clear cerebrospinal fluid surrounds the 1400 gm brain, which has unremarkable gyri and sulci. Coronal sections demonstrate sharp demarcation between white and grey matter, without hemorrhage or contusive injury. The ventricles are of normal size. The basal ganglia, brainstem, cerebellum, and arterial systems are free of

K9-5

APPROVED FOR PUBLICATION BY THE BOARD OF HEALTH
 APPROVED FOR PUBLICATION BY THE BOARD OF HEALTH
 APPROVED FOR PUBLICATION BY THE BOARD OF HEALTH

2903283

6

Al-Jamadi, Manadel

injury or other abnormalities. There are no skull fractures. The atlanto-occipital joint is stable.

NECK:

The anterior strap muscles of the neck are homogenous and red-brown, without hemorrhage. The thyroid cartilage and hyoid are intact. The larynx is lined by intact white mucosa. The thyroid is symmetric and red-brown, without cystic or nodular change. The tongue is free of bite marks, hemorrhage, or other injuries.

BODY CAVITIES:

Injuries to the chest have been described. The vertebral bodies are visibly and palpably intact. No excess fluid is in the pleural, pericardial, or peritoneal cavities. The organs occupy their usual anatomic positions.

RESPIRATORY SYSTEM:

Injury to the left lung has been described. The right and left lungs weigh 650 and 485 gms, respectively. The uninjured external surfaces are smooth and deep red-purple. The pulmonary parenchyma is diffusely congested and edematous. No mass lesions or areas of consolidation are present.

CARDIOVASCULAR SYSTEM:

The 425 gm heart is contained in an intact pericardial sac. The epicardial surface is smooth, with minimal fat investment. The coronary arteries are present in a normal distribution, with a right-dominant pattern. Cross sections of the vessels show no significant atherosclerosis. There is 30% stenosis of the proximal left anterior descending coronary artery. Otherwise, the remaining coronary arteries are widely patent. The myocardium is homogenous, red-brown, and firm. The valve leaflets are thin and mobile. The walls of the left and right ventricles are 1.4 and 0.4-cm thick, respectively. The endocardium is smooth and glistening. The aorta gives rise to three intact and patent arch vessels. The renal and mesenteric vessels are unremarkable.

LIVER & BILIARY SYSTEM:

The 1500 gm liver has an intact, smooth capsule and a sharp anterior border. The parenchyma is tan-brown and congested, with the usual lobular architecture. No mass lesions or other abnormalities are seen. The gallbladder contains 10 cc of green-black bile and no stones. The mucosal surface is green and velvety. The extrahepatic biliary tree is patent.

SPLEEN:

Recovery of a remote projectile has been discussed. The 130 gm spleen has a smooth, intact, red-purple capsule. The parenchyma is maroon and congested, with distinct Malpighian corpuscles.

K9-6

APPROVED FOR RELEASE DATE 06-09-2013
 Al-Jamadi, Manadel

2903283

7

PANCREAS:

The pancreas is firm and yellow-tan, with the usual lobular architecture. No mass lesions or other abnormalities are seen.

ADRENALS:

The right and left adrenal glands are symmetric, with yellow cortices and grey medullae. No masses or areas of hemorrhage are identified.

GENITOURINARY SYSTEM:

The right and left kidneys weigh 115 and 120 gms, respectively. The external surfaces are intact and smooth. The cut surfaces are red-tan and congested, with uniformly thick cortices and sharp corticomedullary junctions. The pelves are unremarkable and the ureters are normal in course and caliber. White bladder mucosa overlies an intact bladder wall. The bladder contains approximately 300 cc of yellow urine. The prostate is normal in size, with lobular, yellow-tan parenchyma. The seminal vesicles are unremarkable. The testes are free of mass lesions, contusions, or other abnormalities.

GASTROINTESTINAL TRACT:

The esophagus is intact and lined by smooth, grey-white mucosa. The stomach contains approximately 200 cc of dark brown partially digested food. The gastric wall is intact. The duodenum, loops of small bowel, and colon are unremarkable. The appendix is present.

ADDITIONAL PROCEDURES

- Documentary photographs are taken by Sgt. [REDACTED]
- Attending the autopsy is Special Agent [REDACTED]
- Specimens retained for toxicologic testing and/or DNA identification are: vitreous, blood, urine, spleen, liver, lung, brain, bile, gastric, and psoas muscle
- The dissected organs are forwarded with body

MICROSCOPIC EXAMINATION

Selected portions of organs are retained in formalin, without preparation of histologic slides.

TOXICOLOGY

AFIP Accession # 035228, dated 24 Nov 2003

Volatiles: Blood-negative for ethanol

Cyanide: Blood-negative

Drugs of abuse: Blood-negative

K9-7

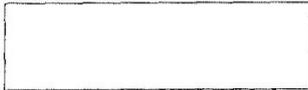
00000000
APPROVED FOR RELEASE DATE: 06-SEP-2013
Al-Jamadi, Manadel

2903283

8

OPINION

Manadel Al-Jamadi, an Iraqi National, died while detained at the Abu Ghraib prison where he was held for interrogations by government agencies. According to an investigative report, Mr. Al-Jamadi was captured by Navy Seal team #7 and resisted apprehension. External injuries are consistent with injuries sustained during apprehension. Ligature injuries are present on the wrists and ankles. Fractures of the ribs and a contusion of the left lung imply significant blunt force injuries of the thorax and likely resulted in impaired respiration. According to investigating agents, interviews taken from individuals present at the prison during the interrogation indicate that a hood made of synthetic material was placed over the head and neck of the detainee. This likely resulted in further compromise of effective respiration. Mr. Al-Jamadi was not under the influence of drugs of abuse or ethanol at the time of death. The cause of death is blunt force injuries of the torso complicated by compromised respiration. The manner of death is homicide.


CDR MC USN (FS)
Deputy Armed Forces
Medical Examiner

K9-8

Anexo IV: Depoimento de um cativo de Abu Ghraib sobre as torturas que sofreu na prisão:

ALL INFORMATION CONTAINED
HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 07-23-2009 BY 65179 DMH/MJS

0008-04-01 D 149-88

TRANSLATION OF STATEMENT PROVIDED BY [REDACTED]
Detainee # [REDACTED] 1600/28 JAN 04

b6 per CIC
b7C per CIC

"In the name of God who is Merciful

One day I was sleeping in my isolation room. All of a sudden I saw three American police officers. One had glasses on his face, he came towards my room and told me to get out of bed and I got up from the bed, got handcuffed and taken out of my cell #5 towards the hall. Next I saw two dogs were with them. They sent the dogs towards me. I was scared. The first dog bit my leg and injured me there and this was bad luck. The bite from the first dog caused me to have 12 stitches from the doctor of my left leg as a result I lost a lot of blood, which caused me to be weak. I didn't know anything because of weakness and I was afraid. I was holding myself when the dog was sent to me. The second bite injured my right leg severely and caused a lot of bleeding. I was laying on my side, and the soldier rolled me over. When I got up I saw there was a lot of blood in the hall. When I was planning on getting up from the floor, one of the American soldiers, who had glasses on his face and had blond hair, came towards me and hit me with his foot. He hit me hard in my face, towards my eyes, which caused me so much pain on my eyes and then he picked me up from the floor, and then put me back on the floor. The next soldier hit me on my head with his boot and he told me "This is the second time I told you to get up", and then he hit me in my balls with his boot. And because of the pain, I fell on the floor. And the next thing I saw was they picked me up from the floor by my hair and then hit my head back on the ground. And all I saw was his boot hitting my face and my mouth. The person who had the biggest boot hit me hard on my stomach and now it's been about three months since, and I still have pain. And when I go to the bathroom, I think I urinate blood. And also I have sharp pain in my balls. And after all those stitches, the doctor told me to go to my room on my chest. And then one week I was sleeping without blankets and clothes."

TRANSLATED BY:

[REDACTED]

Mr. [REDACTED]
Translator, Category II
Titan Corporation

Assigned to:

Joint Interrogation Debriefing Center
205th Military Intelligence Group
Abu Ghraib Prison Complex (ABPC)
Abu Ghraib, Iraq APO AE 09335

b6 per CIC
b7C per CIC

FBI019482CBT

OGC-CTLU#2#9

ADDUORD1163115 p.1

FBI0001394